



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PORTOS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Março/2013



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PORTOS**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, da Decisão Normativa TCU n.º 119/2012 e da Portaria TCU n.º 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno.

Brasília, 28/03/2012

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APPA: Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (PR).

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CDC: Companhia Docas do Ceará.

CDP: Companhia Docas do Pará.

CDRJ: Companhia Docas do Rio de Janeiro.

CODEBA: Companhia Docas da Bahia.

CODERN: Companhia Docas do Rio Grande do Norte.

CODESA: Companhia Docas do Espírito Santo

CODESP: Companhia Docas do Estado de São Paulo

DNIT: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte.

LOA: Lei Orçamentária Anual.

PAC: Programa de aceleração do Crescimento.

PIC: Projeto de incentivo à Cabotagem.

PPIM: Porto do Pólo Industrial de Manaus

PND: Programa Nacional de Dragagem.

PNLP: Plano Nacional de Logística Portuária.

POR: Port of Rotterdam.

PUC: Participação da União no Capital.

PDG: Programa de Dispêndios Globais.

REIDI: Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

REPORTO: Regime Tributário para Incentivo à Modernização e a Ampliação da Estrutura Portuária.

SIAFI: Sistema Integrado de Administração Financeira

SICPORT: Sistema de Custos de Infraestrutura Portuária.

SISCOLOG: Sistema Colaborativo de Logística Portuária.

SEP/PR: Secretaria de Portos/Presidência da Republica.

SERPRO: Serviço Federal de Processamento de Dados.

SIDERAMA: Siderúrgica do Estado do Amazonas.

TIC: Tecnologia de Informação e Comunicação.

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina.

UJ: Unidade Jurisdicionada.

VTMIS: *Vessel Traffic Management Information System* ou Sistema de Gestão de Tráfego de Navios.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Portos habilitados no REIDI

Tabela 2 - Empregados Anistiados (Lei 8,.878/94 – Dec.6.077/07 e 6.657/08)

Tabela 3 - Resultados alcançados

Tabela 4 – Despesas com pessoal

Tabela 5 – Perfil da Força de Trabalho

Tabela 6 - Perfil da Força de Trabalho – Faixa etária x Sexo

LISTA QUADROS

Quadro 1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual

Quadro 2 – Estrutura de controles internos

Quadro 3 – Programa de Governo Constante do PPA – Temático

Quadro 4 – Objetivos de Programa Temático 0177 de Responsabilidade da UJ

Quadro 5 – Objetivos de Programa Temático 0183 de Responsabilidade da UJ

Quadro 6 – Objetivos de Programa Temático 0188 de Responsabilidade da UJ

Quadro 7 – Objetivos de Programa Temático 0198 de Responsabilidade da UJ

Quadro 8 – Objetivos de Programa Temático 0218 de Responsabilidade da UJ

Quadro 9 – Objetivos de Programa Temático 0232 de Responsabilidade da UJ

Quadro 10 – Objetivos de Programa Temático 0233 de Responsabilidade da UJ

Quadro 11 – Objetivos de Programa Temático 0453 de Responsabilidade da UJ

Quadro 12 – Iniciativas de Programa Temático 00II de Responsabilidade da UJ

Quadro 13 – Iniciativas de Programa Temático 00IJ de Responsabilidade da UJ

Quadro 14 – Iniciativas de Programa Temático 00IK de Responsabilidade da UJ

Quadro 15 – Iniciativas de Programa Temático 00JJ de Responsabilidade da UJ

Quadro 16 – Iniciativas de Programa Temático 00JK de Responsabilidade da UJ

Quadro 17 – Iniciativas de Programa Temático 00JN de Responsabilidade da UJ

Quadro 18 – Iniciativas de Programa Temático 00JS de Responsabilidade da UJ

Quadro 19 – Iniciativas de Programa Temático 00JT de Responsabilidade da UJ

Quadro 20 – Iniciativas de Programa Temático 00JU de Responsabilidade da UJ

Quadro 21 – Iniciativas de Programa Temático 00JV de Responsabilidade da UJ

Quadro 22 – Iniciativas de Programa Temático 00JW de Responsabilidade da UJ

Quadro 23 – Iniciativas de Programa Temático 00KR de Responsabilidade da UJ

Quadro 24 – Iniciativas de Programa Temático 00KT de Responsabilidade da UJ

Quadro 25 – Iniciativas de Programa Temático 048C de Responsabilidade da UJ

Quadro 26 – Iniciativas de Programa Temático 04AP de Responsabilidade da UJ

Quadro 27 – Iniciativas de Programa Temático 04CI de Responsabilidade da UJ

Quadro 28 – Iniciativas de Programa Temático 00LL de Responsabilidade da UJ

Quadro 29 – Iniciativas de Programa Temático 00LN de Responsabilidade da UJ

Quadro 30 – Iniciativas de Programa Temático 00LR de Responsabilidade da UJ

Quadro 31 – Iniciativas de Programa Temático 00NQ de Responsabilidade da UJ

Quadro 32 – Iniciativas de Programa Temático 00NZ de Responsabilidade da UJ

Quadro 33 – Iniciativas de Programa Temático 00OK de Responsabilidade da UJ

Quadro 34 – Iniciativas de Programa Temático 00OL de Responsabilidade da UJ

Quadro 35 – Iniciativas de Programa Temático 00OM de Responsabilidade da UJ

Quadro 36 – Iniciativas de Programa Temático 00PU de Responsabilidade da UJ

Quadro 37 – Iniciativas de Programa Temático 00PV de Responsabilidade da UJ

Quadro 38 – Iniciativas de Programa Temático 00Q1 de Responsabilidade da UJ

Quadro 39 – Iniciativas de Programa Temático 00Q2 de Responsabilidade da UJ

Quadro 40 – Iniciativas de Programa Temático 01H9 de Responsabilidade da UJ

Quadro 41 – Iniciativas de Programa Temático 01HA de Responsabilidade da UJ

Quadro 42 – Iniciativas de Programa Temático 01HB de Responsabilidade da UJ

Quadro 43 – Ações vinculadas a Programa Temático 122A de Responsabilidade da UJ

Quadro 44 – Ações vinculadas a Programa Temático 122E de Responsabilidade da UJ

Quadro 45 – Ações vinculadas a Programa Temático 122H de Responsabilidade da UJ

Quadro 46 – Ações vinculadas a Programa Temático 122I de Responsabilidade da UJ

Quadro 47 – Ações vinculadas a Programa Temático 122J de Responsabilidade da UJ

Quadro 48 – Ações vinculadas a Programa Temático 122K de Responsabilidade da UJ

Quadro 49 – Ações vinculadas a Programa Temático 122O de Responsabilidade da UJ

Quadro 50 – Ações vinculadas a Programa Temático 12DG de Responsabilidade da UJ

Quadro 51 – Ações vinculadas a Programa Temático 12Y0 de Responsabilidade da UJ

Quadro 52 – Ações vinculadas a Programa Temático 12Y1 de Responsabilidade da UJ

Quadro 53 – Ações vinculadas a Programa Temático 122L de Responsabilidade da UJ

Quadro 54 – Ações vinculadas a Programa Temático 122B de Responsabilidade da UJ

Quadro 55 – Ações vinculadas a Programa Temático 122Z de Responsabilidade da UJ

Quadro 56 – Ações vinculadas a Programa Temático 12K7 de Responsabilidade da UJ

Quadro 57– Ações vinculadas a Programa Temático 7S17 de Responsabilidade da UJ

Quadro 58 – Ações vinculadas a Programa Temático 7L25 de Responsabilidade da UJ

Quadro 59 – Ações vinculadas a Programa Temático 12KP de Responsabilidade da UJ

Quadro 60 – Ações vinculadas a Programa Temático 7Q62 de Responsabilidade da UJ

Quadro 61 – Ações vinculadas a Programa Temático 10NP de Responsabilidade da UJ

Quadro 62– Ações vinculadas a Programa Temático 11XC de Responsabilidade da UJ

Quadro 63 – Ações vinculadas a Programa Temático 138S de Responsabilidade da UJ

Quadro 64 – Ações vinculadas a Programa Temático 128N de Responsabilidade da UJ

Quadro 65 – Ações vinculadas a Programa Temático 00JW de Responsabilidade da UJ

Quadro 66 – Ações vinculadas a Programa Temático 20SJ de Responsabilidade da UJ

Quadro 67 – Ações vinculadas a Programa Temático 12JQ de Responsabilidade da UJ

Quadro 68 – Ações vinculadas a Programa Temático 122X de Responsabilidade da UJ

Quadro 69 – Ações vinculadas a Programa Temático 12KQ de Responsabilidade da UJ

Quadro 70 – Ações vinculadas a Programa Temático 138T de Responsabilidade da UJ

Quadro 71 – Ações vinculadas a Programa Temático 12KR de Responsabilidade da UJ

Quadro 72 – Ações vinculadas a Programa Temático 138U de Responsabilidade da UJ

Quadro 73 – Ações vinculadas a Programa Temático 12KS de Responsabilidade da UJ

Quadro 74 – Ações vinculadas a Programa Temático 20B9 de Responsabilidade da UJ

Quadro 75 – Ações vinculadas a Programa Temático 138Y de Responsabilidade da UJ

Quadro 76 – Ações vinculadas a Programa Temático 20SK de Responsabilidade da UJ

Quadro 77 – Ações vinculadas a Programa Temático 8785 de Responsabilidade da UJ

Quadro 78 – Ações vinculadas a Programa Temático 138O de Responsabilidade da UJ

Quadro 79 – Ações vinculadas a Programa Temático 7S16 de Responsabilidade da UJ

Quadro 80 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção

Quadro 81 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ – 09HB

Quadro 82 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ - 2000

Quadro 83 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ – 2004

Quadro 84 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ – 2010

Quadro 85 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ – 2011

Quadro 86 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ – 2012

Quadro 87 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ – 20CW

Quadro 88 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ – 20TP

Quadro 89 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ – 4572

Quadro 90 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ – 4641

Quadro 91 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro 92 – Programação de Despesas Correntes

Quadro 93 – Programação de Despesas de Capital

Quadro 94 – Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro 95 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 96 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro 97 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesas Correntes – créditos originários

Quadro 98 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesas de Capital – créditos originários

Quadro 99 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 100 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Quadro 101– Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Quadro 102 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Quadro 103 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convenio, Termo de Cooperação e de Contrato de Repasse

Quadro 104 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Quadro 105 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Quadro 106 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Quadro 107 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31/12)

Quadro 108 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Quadro 109 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Quadro 110 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Quadro 111 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12

Quadro 112 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Quadro 113 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Quadro 114 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Quadro 115 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Quadro 116 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Quadro 117 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Quadro 118 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos de unidade jurisdicionada

Quadro 119 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Quadro 120 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Quadro 121 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Quadro 122 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro 123 - Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 124 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Quadro 125 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Quadro 126 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

Quadro 127 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 128 - Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no Exercício – 1806/2012

Quadro 129 - Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no Exercício – 718/2012

Quadro 130 - Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no Exercício – 632/2012

Quadro 131 - Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no Exercício – 285/2011

Quadro 132 - Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no Exercício - TC-008.477/2008-0

Quadro 133 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Quadro 134 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Quadro 135 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Quadro 136 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Ampliação em execução no Porto de Vila do Conde/PA

Foto 2 - Alargamento e Ampliação do Cais Comercial no Porto de Vitória/ES

Foto 3 - Detalhe da pavimentação do Terminal de Contêineres do Porto de Fortaleza/CE

Foto 4 – Porto de Itaqui/MA - Berço 100

Foto 5 - Porto de Itaqui/MA - Alargamento do Cais Sul

Foto 6 - Porto de Itaqui/MA - Cravação de camisas metálicas

Foto 7 - Porto de Itaqui/MA - Concretagem de pré-moldados

Foto 8 - Duplicação da pista rodoviária

Foto 9 - Ponte rodoviária sobre o Rio Massangana

Foto 10 - Serviço de Terraplenagem

Foto 11 - Vista interna do Armazém 7 (pavimento térreo)

Foto 12 - Armazém 7 (pavimento superior)

Foto 13 - Molhe Norte do Porto de Itajaí/SC

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resultados alcançados

Gráfico 2 – Despesas com pessoal

Gráfico 3 - Perfil da Força de Trabalho – Escolaridade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SEP/PR	12
A) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE	12
B) SECRETARIA DE PORTOS	13
C) ORGANOGRAMA FUNCIONAL	14
D) FINALIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	19
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	21
A) SECRETARIA DE GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE PORTOS	21
B) SECRETARIA PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO	21
2.1 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	22
I - OBRAS DE DESTAQUE EM COMPANHIAS DOCAS	22
II - OBRAS DE DESTAQUE EM PORTOS DELEGADOS	25
III - PROGRAMA NACIONAL DE DRAGAGEM (PND)	30
IV - PROGRAMA NACIONAL DE DRAGAGEM II (PND II)	32
V - SISTEMA DE CUSTOS DE INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA (SICPORT)	32
VI - PROGRAMA DE GESTÃO POR RESULTADOS	33
VII - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA (REIDI)	34
VIII - REGIME TRIBUTÁRIO PARA INCENTIVO À MODERNIZAÇÃO E À AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA PORTUÁRIA (REPORTO)	34
IX - DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE INCENTIVO A CABOTAGEM (PIC)	35
X - PROJETO PORTO SEM PAPEL	36
XI - PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA PORTUÁRIA (PNLP)	36
XII - SISTEMA DE GERENCIAMENTO E INFORMAÇÕES DE TRÁFEGO MARÍTIMO - VESSEL TRAFFIC MANAGEMENT INFORMATION SYSTEM – VTMIS	37
XIII - CADEIA LOGÍSTICA INTELIGENTE	
XIV - SISTEMA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA - GESTÃO PORTUÁRIA	39
XV - PROGRAMA DE CONFORMIDADE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES LÍQUIDOS	40
XVI - PROGRAMA FEDERAL DE APOIO À REGULARIZAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL PORTUÁRIA – PRGAP	40

XVII - ESTUDOS SOBRE A PRATICAGEM	41
XVIII - ARRENDAMENTOS DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS DOS PORTOS PÚBLICOS	41
XIX - ACESSOS PORTUÁRIOS	42
3 ESTRUTURA ORGÂNICA	43
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS	43
4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA	46
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	87
5.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	87
5.2 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	88
6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	95
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	95
6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS ..	107
7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	109
8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	111
9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	112
10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES E NORMATIVAS	114
11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	123
ANEXOS	124

INTRODUÇÃO

A Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), possui em suas atribuições e competências, dentre outras, formular políticas públicas estabelecendo diretrizes para o fomento do setor portuário, e executar medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura dos portos marítimos.

Além disso, tem como responsabilidade a promoção de medidas em prol do desenvolvimento e do fortalecimento do modelo brasileiro de exploração portuária, que tem na recente Medida Provisória 595/2013 o seu principal marco legal.

Assim, para o cumprimento de suas atribuições legais e em atendimento às necessidades dos portos marítimos brasileiros, a SEP/PR vem desenvolvendo uma política portuária e um plano estratégico de desenvolvimento dos portos brasileiros, com planejamento de curto, médio e longo prazos, com o objetivo de minimizar os problemas de quase duas décadas de ausência de uma política clara para o setor.

O presente relatório compreende, dando prosseguimento à política de reestruturação do setor portuário nacional do Programa de Aceleração do Crescimento –PAC para o período 2012-2015, de um rol de ações com vista a criar, ampliar, modernizar e recuperar as instalações e os acessos portuários dos portos organizados, bem como promover a modernização visando o aprimoramento da gestão administrativa pelas Companhias Docas e a ampliação da capacidade movimentação de cargas ofertadas pelos portos marítimos.

Devido a não ocorrência no âmbito da SEP, no exercício em questão, o presente relatório não contempla as informações dos seguintes itens: Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação; informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; informações sobre as renúncias tributárias sob a gestão da UJ; composição acionária do capital social; informações sobre conformidade da distribuição do fundo partidário; informações a respeito dos saldos dos financiamentos; indicadores de desempenhos das Instituições Federais de Ensino Superior; relatório de revisão dos critérios adotados quanto à classificação nos níveis de risco; informações sobre a remuneração paga aos administradores da UJ; informações sobre a contratação de consultores na modalidade produto; informações a respeito da desmobilização de ativos imobiliários.

O anexo está composto pelas informações sobre: a) declaração do contador, atestando demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da SEP/PR; b) declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei n.º 12.309, de 9 de agosto de 2010.

1 SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SEP/PR

A) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Quadro 1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Presidência da República			Código SIORG: 000026
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Portos			
Denominação abreviada: SEP			
Código SIORG: 92748	Código LOA: 20128	Código SIAFI: 110309	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: 50.99-8-99-Outros transportes aquaviários			Código CNAE: 101-5
Telefones/Fax de contato:	(061) 3411-3766	(061) 3411-3754	(061) 3326-2042
E-mail: faleconosco@portosdobrasil.gov.br			
Página na Internet: http://www.portosdobrasil.gov.br			
Endereço Postal: SCN Quadra 4, Bloco B, Centro Empresarial Varig, Pétala C, Mezanino, sl 1403			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Medida Provisória n.º 369, de 7 de maio de 2007 e Lei n.º 11.518, de 5 de setembro de 2007			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto n.º 7.262, de 12 de agosto de 2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria de Portos da Presidência da República, e dá outras providências; Lei n.º 12.314, de 19 de agosto de 2010; Decreto n.º 6.116, de 22 de maio de 2007, que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria de Portos da Presidência da República, e dá outras providências.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não há.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
110309	Secretaria de Portos		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
110323	Secretaria de Portos - Obras		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
110309/110323		00001	

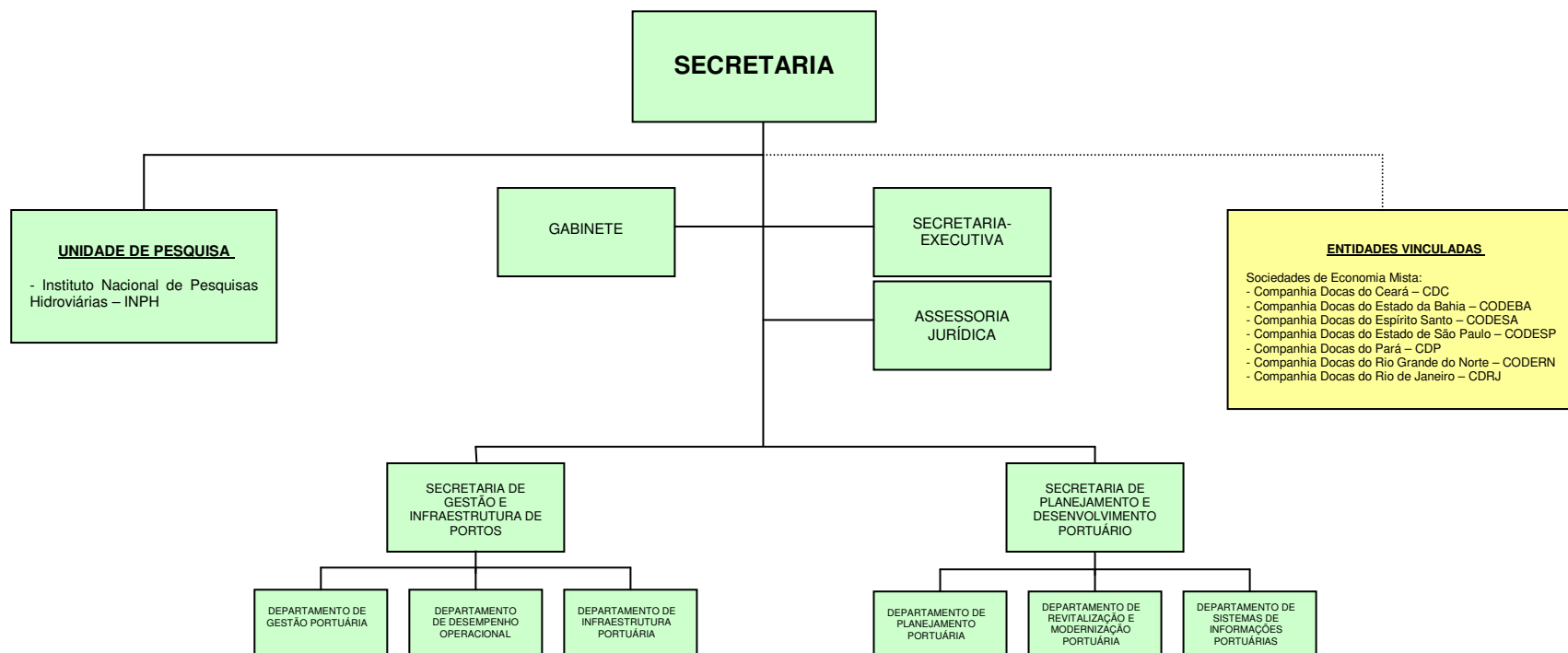
B) SECRETARIA DE PORTOS

A Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), foi criada por meio da Medida Provisória n.º 369, de 7 de maio de 2007, convertida na Lei n.º 11.518, de 5 de setembro de 2007. O Decreto n.º 6.116, de 22 de maio de 2007 e revogado pelo Decreto n.º 7.262, de 12 de agosto de 2010, aprova a Estrutura Regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da SEP, de acordo com a legislação vigente, compete a esta Secretaria:

- a) assessoramento direto e imediato à Presidente da República na formulação, coordenação e supervisão de políticas nacionais e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e terminais portuários marítimos;
- b) promoção da execução e da avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e terminais portuários marítimos, bem como dos portos outorgados às companhias docas;
- c) participação no planejamento estratégico, no estabelecimento de diretrizes para sua implementação e na definição das prioridades dos programas de investimentos;
- d) aprovação dos planos de outorgas;
- e) estabelecimento de diretrizes para a representação do Brasil nos organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados, no que se refere às competências atribuídas à Secretaria; e
- f) desenvolvimento da infraestrutura aquaviária dos portos sob sua esfera de atuação, visando a segurança e a eficiência do transporte aquaviário de cargas e de passageiros.

De acordo com a art.º 2º do Decreto n.º 7.262, de 12 de agosto de 2010 a Secretaria de Portos tem a seguinte estrutura organizacional conforme organograma a seguir.

C) ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Base Legal

Decreto n.º 7.262, de 12/08/10
Lei n.º 12.314, de 19/08/10

A seguir, a descrição das competências e das atribuições das áreas da SEP, conforme previsto no Decreto n.º 7.262, de 12 de agosto de 2010:

a) O Gabinete do Ministro compete:

- assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho de seu expediente pessoal;
- acompanhar o andamento dos projetos de interesse da Secretaria de Portos, em tramitação no Congresso Nacional;
- providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional;
- providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação da Secretaria de Portos;
- articular e apoiar a participação do Ministro de Estado em órgãos colegiados;
- exercer as atividades de comunicação social, relativas às realizações da Secretaria de Portos;
- elaborar e acompanhar os atos relacionados com a gestão dos fundos financeiros, voltados ao desenvolvimento da infraestrutura de portos marítimos;
- gerenciar os assuntos de desenvolvimento organizacional e de administração geral da Secretaria de Portos, em articulação com a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República;
- definir as condições gerais que orientam as propostas orçamentárias, projetos e atividades a serem desenvolvidas pela Secretaria de Portos; e
- assessorar o Ministro de Estado na articulação com organismos internacionais, inclusive na representação da Secretaria de Portos em eventos do seu interesse.

b) À Secretaria-Executiva compete:

- assessorar e assistir ao Ministro de Estado, no âmbito de sua competência;
- exercer a coordenação superior dos temas, das ações governamentais e das medidas referentes às áreas de atuação da Secretaria;
- colaborar com o Ministro de Estado na direção, orientação, coordenação e no controle dos trabalhos da Secretaria de Portos e na definição de diretrizes e na implementação das ações da sua área de competência;
- coordenar a articulação da Secretaria com os demais órgãos do governo federal para a condução das políticas e programas nas áreas afetas a políticas nacionais e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos;
- acompanhar o andamento dos projetos de interesse da Secretaria em tramitação no Congresso Nacional, em articulação com a Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República;
- coordenar e articular as relações federativas da Secretaria, realizando a interlocução com a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; e
- realizar a interlocução com a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República;

c) À Assessoria Jurídica, órgão de execução da Advocacia-Geral da União junto à SEP, compete:

- prestar assessoria e consultoria ao Ministro de Estado em assuntos de natureza jurídica;
- assistir ao Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos a serem por ele praticados ou já efetivados;
- elaborar estudos sobre temas jurídicos, quando solicitada, e examinar, prévia e conclusivamente, anteprojetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros atos normativos de interesse da Secretaria de Portos;
- emitir parecer nas representações e denúncias que lhe forem encaminhadas, por determinação do Ministro de Estado, sugerindo as providências cabíveis;
- preparar informações para instrução de processos judiciais de interesse da Secretaria de Portos;
- propor a declaração de nulidade de ato administrativo praticado no âmbito da Secretaria de Portos;
- examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito da Secretaria de Portos, os textos de editais de licitação e de contratos, convênios, acordos ou atos congêneres, a serem celebrados e publicados, bem como os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir pela dispensa de licitação.

d) À Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos compete:

- consolidar a proposição orçamentária e do plano plurianual de investimentos da Secretaria;
- consolidar, avaliar e coordenar a execução e implementação dos programas, projetos, ações, contratos e convênios de obras e serviços;
- supervisionar o desempenho operacional do setor portuário marítimo, estabelecer ações e diretrizes para sua melhoria, implementando indicadores econômico-financeiros e de qualidade, objetivando a avaliação dos programas portuários; e
- interagir com órgãos públicos e privados, garantindo a uniformização e a integração de procedimentos para a efetiva implementação dos programas, projetos, obras e ações do setor portuário.

d.1) Departamento de Gestão Portuária, compete:

- subsidiar a elaboração da proposição orçamentária e do plano plurianual de investimentos;
- acompanhar, avaliar e controlar a execução dos programas, obras e ações; e
- implementar a execução dos projetos e programas de investimentos portuários, bem como compatibilizá-los com os demais programas de governo.

d.2) Departamento de Desempenho Operacional, compete:

- subsidiar a elaboração da proposição orçamentária e do plano plurianual de investimentos;
- implementar e fomentar os programas voltados à logística do setor portuário marítimo, bem como coordená-los com os demais programas de governo; e
- avaliar o desempenho operacional do setor portuário.

d.3) Departamento de Infraestrutura Portuária, compete:

- subsidiar a elaboração da proposição orçamentária e do plano plurianual de investimentos;
- elaborar, coordenar, controlar, administrar e desenvolver as atividades de execução de ações e programas de construção, ampliação, recuperação, manutenção e operação da infraestrutura portuária marítima, por meio de execução direta ou por meio de convênios de descentralização;
- aprovar planos de trabalho nas obras e serviços, promover a elaboração e a revisão de projetos de engenharia e estabelecer padrões e normas técnicas para controle; e
- coordenar, controlar e supervisionar convênios, processos de contratação e execução de obras e serviços.

e) À Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Portuário compete:

- consolidar a proposição orçamentária e do plano plurianual de investimentos da Secretaria;
- subsidiar a formulação e implementação das políticas setoriais, planejamento estratégico e de planos e programas decorrentes, bem como monitorar e avaliar sua execução;
- coordenar as atividades relativas à outorga para exploração de infraestrutura e prestação de serviços;
- supervisionar as atividades de planejamento, estudos e pesquisas de engenharia de meio ambiente, bem como coordenar a realização de programas de desenvolvimento tecnológico e de capacitação técnica;
- supervisionar a revitalização e modernização das áreas portuárias e sua integração urbana e regional, bem como a harmonização intersetorial e interinstitucional dos agentes das atividades portuárias; e
- supervisionar os sistemas de informação, planejamento e tomada de decisão.

e.1) Departamento de Planejamento Portuário, compete:

- subsidiar a elaboração da proposição orçamentária e do plano plurianual de investimentos;
- implementar estudos, projetos e pesquisas necessários à formulação de políticas setoriais e de planejamento estratégico, propondo instrumentos e normas para a sua implementação e integração com outros órgãos governamentais, bem como executar programas de capacitação técnica;
- analisar e subsidiar a aprovação dos planos de outorgas e de delegação, bem como coordenar e avaliar essas atividades inerentes à exploração e prestação de serviços; e
- acompanhar o processo de outorga para exploração de infraestrutura e prestação de serviços.

e.2) Departamento de Revitalização e Modernização Portuária, compete:

- subsidiar a elaboração da proposição orçamentária e do plano plurianual de investimentos;
- coordenar, controlar e administrar as atividades de planejamento de infraestrutura, em consonância com a política ambiental portuária e implementar as diretrizes, ações e sistemas de gestão ambiental;
- promover a revitalização e modernização das áreas portuárias e sua integração urbana e regional; e
- promover a harmonização intersetorial e interinstitucional dos agentes das atividades portuárias, visando ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento do setor.

e.3) Departamento de Sistemas de Informações Portuárias, compete:

- subsidiar a elaboração da proposição orçamentária e do plano plurianual de investimentos;
- coordenar a execução das atividades relacionadas aos sistemas de informação;
- coordenar a manutenção e a atualização de dados e informações necessários ao processo de planejamento e tomada de decisão; e
- desenvolver, implantar e integrar sistemas de informação e de base de dados.

D) FINALIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

A Secretaria de Portos (SEP/PR) tem o objetivo de assessorar direta e imediatamente o Presidente da República: na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e terminais portuários marítimos; e na execução e na avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e terminais portuários marítimos, bem como dos outorgados às companhias docas.

A SEP, em sua atuação, busca o alcance da segurança e eficiência do transporte marítimo de cargas e de passageiros no País, com a adoção das seguintes ações:

- formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais;
- participação no planejamento estratégico, estabelecimento de diretrizes para sua implementação e definição das prioridades dos programas de investimentos;
- aprovação dos planos de outorgas;
- estabelecimento de diretrizes para representação do Brasil nos organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados referentes às competências mencionadas no caput deste artigo;
- desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura aquaviária dos portos e terminais portuários sob sua esfera de atuação, visando à segurança e à eficiência do transporte aquaviário de cargas e de passageiros.

No nível estratégico, a SEP, dentro de suas atribuições, está implementando o Programa Portos Eficientes, cujo objetivo é a modernização da gestão das 7 companhias docas vinculadas à esta Secretaria de Portos, por meio da implantação de uma reestruturação estratégica de gestão e de processos incluindo o Planejamento Estratégico da SEP-ANTAQ e do INPH.

O escopo do programa no âmbito SEP-INPH, se define no Planejamento Estratégico e Balanced Scorecard abrangendo, a construção de uma agenda de gestão; alinhamento das unidades, identificação dos macroprocessos e oportunidades de ganho rápido, e a implementação de um processo de acompanhamento e gestão. Inclui, ainda, a implantação de uma ferramenta de TI, de baixo custo, para acompanhamento de Indicadores de Desempenho no âmbito da SEP, com licença de 1 ano.

Dentro das companhias docas vinculadas à SEP, o Programa visa: o planejamento estratégico e balanced scorecard; governança corporativa; planejamento operacional; gestão de ativos e suprimentos; implantação do sistema de gestão ambiental/sustentabilidade; gestão de custos e tarifação/(custeioABC); gestão logística; processos contábeis e financeiros; gestão de RH – implantação de PLR participação nos lucros ou resultados/estruturação do plano de cargos e salários; gestão de TI/gestão de projetos; gestão tributária, implantação de sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional e assinatura de uma “Acordo de Resultados” com a SEP.

No que diz respeito a articulação com iniciativas em andamento, destacamos a integração dos projetos de automação via TI – Porto sem papel, VTMS e Carga Inteligente, com as boas práticas de gestão e de processos a serem discutidas e implementadas no âmbito do Programa.

Assim, para o cumprimento de suas atribuições legais e atendimento às necessidades dos portos marítimos brasileiros, a SEP/PR está desenvolvendo clara e objetiva política portuária e um plano estratégico de desenvolvimento dos portos brasileiros com planejamento de curto, médio e longo prazos, visando minimizar os problemas de quase duas décadas de ausência de uma política clara para o setor.

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Para o alcance dos objetivos estratégicos, a SEP em sua estrutura regimental conta com a Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos e a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Portuário. Ambas as secretarias contribuem para o desenvolvimento portuário, executando metas e atividades em prol da melhoria da infraestrutura e modernização do setor.

A) SECRETARIA DE GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE PORTOS

Em prosseguimento à política de reestruturação do setor portuário nacional, contemplada no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC para o período 2012-2015, a Secretaria de Portos elegeu um rol de ações visando o aprimoramento da gestão administrativa pelas Companhias Docas e a ampliação da capacidade de movimentação de cargas ofertadas pelos portos marítimos.

Da mesma forma, em razão dos eventos esportivos que acontecerão a partir de 2013 no Brasil, para quais se espera um aumento do fluxo de turismo nos próximos anos, está sendo ampliada a capacidade de atendimento a navios de passageiros nos portos localizados nas cidades que sediarão os jogos.

A atuação da SEP se dá mediante a transferência de recursos públicos para as Companhias Docas realizarem os investimentos eleitos como de interesse do Governo Federal, via participação da União no capital das empresas.

Para alcançar esses objetivos, dentre as rotinas desenvolvidas pela Secretaria de Gestão e Infraestrutura da SEP, destacam-se:

- subsidiar a elaboração da proposição orçamentária e do plano plurianual de investimentos;
- acompanhar, avaliar e controlar a execução dos programas, obras e ações; e
- implementar a execução dos projetos e programas de investimentos portuários, bem como compatibilizá-los com os demais programas de governo.

Além disso, é responsabilidade da Secretaria de Portos promover medidas em prol do desenvolvimento e do fortalecimento do modelo brasileiro de exploração portuária, que tem na recente Medida Provisória 595, de 6 dezembro de 2012, o seu principal marco legal.

B) SECRETARIA PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO

Para cumprir sua missão legal a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Portuário traçou os seguintes objetivos:

- Liderar o processo de planejamento de longo prazo do setor portuário brasileiro;
- Executar projetos e ações institucionais visando à modernização da gestão portuária nacional;
- Fomentar o aperfeiçoamento da gestão e a governança corporativa nas companhias Docas, vinculadas ou não à SEP, que administram os portos marítimos brasileiros;
- Articular medidas de incentivos tributários com vistas à modernização das instalações portuárias brasileiras;
- Incentivar a implantação de novas outorgas em portos organizados de uso público;
- Criar condições para o aumento da participação do modal aquaviário de cabotagem na matriz de transportes brasileira;
- Aliar a atividade portuária com desenvolvimento sustentável por meio de programas que visem dirimir o conflito existente entre o meio ambiente e as ações antrópicas;

2.1 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

A SEP tem atuado em ações com vista a criar, ampliar, modernizar e recuperar as instalações e os acessos portuários dos portos organizados, bem como promover a modernização e a agilização da gestão das Companhias Docas. Entre as estratégias adotadas frente às responsabilidades institucionais, por meio de suas secretarias ressaltam-se:

I – OBRAS DE DESTAQUE EM COMPANHIAS DOCAS

A SEP/PR tem implementado medidas estruturantes, trabalhando junto às Companhias Docas, fortalecendo o modelo brasileiro de concessão dos portos organizados, regulamentado pelo Decreto n.º 6.620, de 29 de outubro de 2008, em que o governo responde pela infraestrutura, e a iniciativa privada investe em equipamentos, instalações e operação.

AÇÕES RELATIVAS AO PAC

As Companhias Docas vinculadas à SEP/PR são: Companhia Docas do Pará - CDP, Companhia Docas do Ceará - CDC, Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN, Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ e Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

Assim, em 2012, obteve-se no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e PAC-COPA os seguintes resultados:

a) Ampliação do Píer Principal, Alargamento do Berço 302 e Duplicação da Ponte de Acesso no Porto de Vila do Conde/PA

Obra contratada diretamente pela CDP, concluída em agosto/2012, compreendendo a construção do Píer 400, com 254m de comprimento e 51,95m de largura, ainda, o alargamento do berço 302 em 19m com 256m de comprimento e a duplicação da ponte de acesso, com 375m de comprimento e 10,3m de largura, cujo valor total da ação alcançou R\$ 124.103.000,00.



Foto 1 - Ampliação em execução no Porto de Vila do Conde/PA

b) Recuperação, Alargamento e Ampliação do Cais Comercial no Porto de Vitória/ES

Obra contratada diretamente pela CODESA, com início propriamente dito em 2012, compreendendo a recuperação e alargamento em 21m, de um trecho de 356m, e prolongamento de 100m, chegando ao comprimento total de 456m. Em dezembro de 2012, 77% da obra já concluída e seu término previsto para abril/2013, ao custo final da ação de R\$ 142.000.000,00.

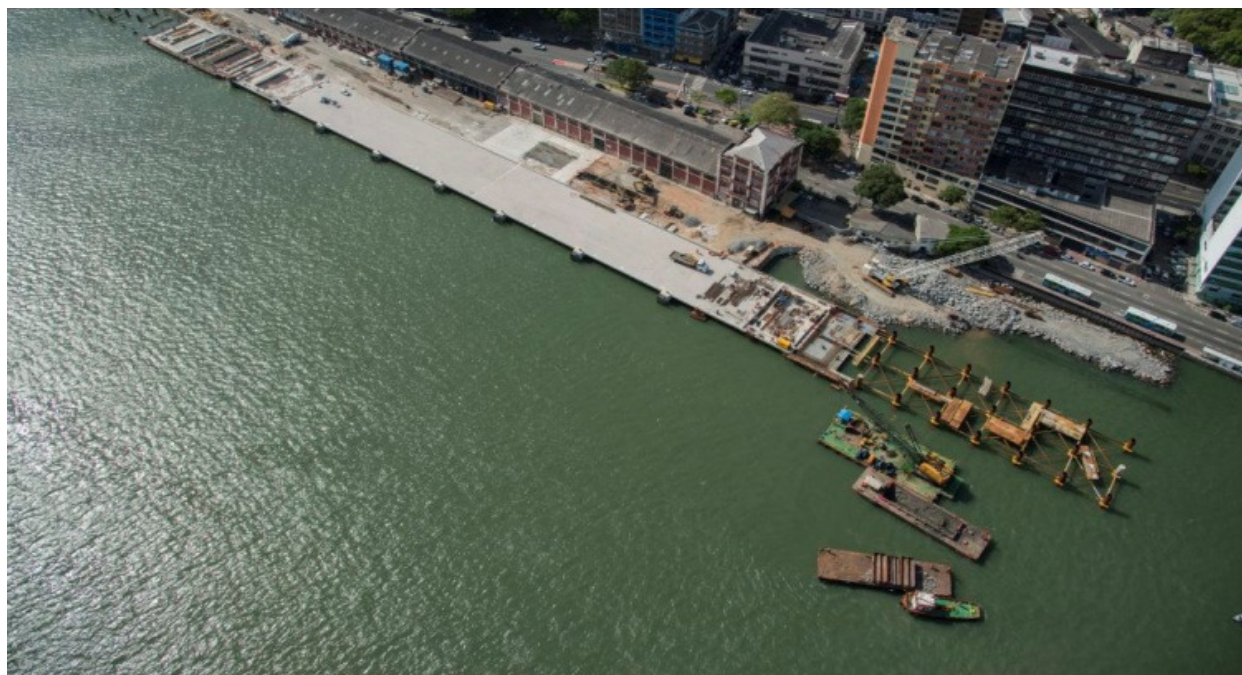


Foto 2 - Alargamento e Ampliação do Cais Comercial no Porto de Vitória/ES

c) Terminal Marítimo de Passageiro no Porto de Salvador/BA

Obra integrante do PAC Copa, contratada diretamente pela CODEBA, iniciada em abril/2012, compreendendo a construção de um Terminal Marítimo de Passageiros, destinado ao atendimento de navios de cruzeiros que cresce a cada temporada. Em dezembro de 2012, 23% da obra já concluída e seu término previsto para maio/2013, valor autorizado para a ação é de R\$ 36.000.000,00.

d) Terminal de Contêineres do Porto de Fortaleza/CE

Obra contratada diretamente pela CDC, iniciada em dezembro/2011, compreendendo a substituição de cerca de 150 mil metros quadrados de pavimentação do pátio de estocagem de cargas e adequação da rede de águas pluviais. O valor autorizado para a ação é de R\$ 24.500.000,00 e deverá estar concluída em 2013.



Foto 3 - Detalhe da pavimentação do Terminal de Contêineres do Porto de Fortaleza/CE

Em 2012, estavam, ainda, em plena execução as seguintes obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e PAC Copa: Construção de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Fortaleza, CE – 41% realizados; Construção de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal, RN – 32% realizados; Estudos e projetos para implantação do Porto de Águas Profundas no Estado do Espírito Santo, ES; Alinhamento de cais para promover a atracação de navios de grande porte, inclusive de navios de passageiros, no Porto de Santos, SP – 6% realizados; e, Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos, no Município de Guarujá (1ª fase), SP – 71% realizados.

Em fase de contratação, destacam-se os seguintes projetos: Construção do Berço 4 no Porto de Natal, RN; Ampliação do Quebramar do Porto de Salvador, BA; Construção de berço nos dolphins do Atalaia, com retroárea, no Porto de Vitória, ES; Construção de píer para navios de passageiros, no Porto do Rio de Janeiro, RJ; Reforço estrutural do Cais da Gamboa, no Porto do Rio de Janeiro, RJ; Reforço do píer de acostagem no Alamoia, no Porto de Santos, SP; e, Reforço de cais para aprofundamento dos berços entre os Armazéns 12A ao 23, no Porto de Santo, SP.

Já em fase de elaboração de ações preparatórias visando a contratação da obra, encontravam-se em 2012 as seguintes ações: Construção do Terminal de Múltiplo Uso 2 no Porto de Santarém, PA; Pátio de estocagem para carga pesada no Cais Comercial do Porto de Vitória, ES; Reforço dos berços de atracação da Ilha Barnabé, no Porto de Santos, SP; Construção de passagem inferior (Mergulhão) no Valongo, no Porto de Santos, SP; Projeto de implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos, no Município de Guarujá (2ª fase), SP; Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos, no Município de Santos, SP (trechos Alamoia/Saboó e Macuco/Ponta da Praia); Projeto de construção de 1 píer com 2 berços de atracação e ponte de acesso no Terminal da Alamoia, no Porto de Santos, SP.

DEMAIS AÇÕES

Adicionalmente às ações consideradas prioritárias para o Governo Federal, foram executadas obras suplementares e nem por isso menos importantes para o melhoramento da infraestrutura dos portos organizados, tais como: instalação de sistemas de defensas; recuperação de berços e do pavimento de áreas internas; modernização da sinalização náutica e terrestre; contratação de estudos e projetos para racionalização da operação portuária e proteção ao meio ambiente.

Durante o exercício de 2012, a Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos realizou atividades ligadas à consolidação e elaboração do orçamento de investimentos das Companhias Docas para o exercício de 2013. Some-se a isso a análise, consolidação, reprogramação e remanejamento do Programa de Dispendios Globais - PDG daquelas Companhias Docas.

II - OBRAS DE DESTAQUE EM PORTOS DELEGADOS

Visando a promover constante melhoria na execução de contratos e convênios e, conseqüentemente, no desempenho operacional de portos, a SEP vem atuando junto aos portos delegados, concedidos e autorizados, desenvolvendo ações de articulação institucional no sentido de eliminar eventuais gargalos à adequada execução das obras e serviços.

No ano de 2012, realizou-se a implementação de obras em diversos Portos Organizados com recursos do Tesouro, tanto por meio da gestão direta quanto por meio de transferências voluntárias e destaques orçamentários, com enfoque para as ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

AÇÕES RELATIVAS AO PAC

a) Construção do Berço 100, Alargamento do Cais Sul e Recuperação dos Berços 101 e 102 no Porto de Itaqui/MA (Convênio 173/2003 - SEP x EMAP)

Empreendimento concluído em dezembro/2012. O Berço 100 foi construído com 320m de comprimento e 40m de largura. Cada um dos berços recuperados (101 e 102) tem 239m de comprimento e 26m de largura.



Foto 4 – Porto de Itaqui/MA - Berço 100



Foto 5 - Porto de Itaqui/MA - Alargamento do Cais Sul

b) Construção do Berço 108 no Porto do Itaqui/MA (Termo de Compromisso 012/2011 - SEP x EMAP)

Empreendimento contratado pela Administração do Porto do Itaqui, consiste na construção de um terminal de granéis líquidos, de modo a permitir a atracação de embarcação de até 91.671 toneladas por porte bruto (TPB).

As dificuldades na execução das fundações (cravação das camisas metálicas) são as causas da diferença entre o percentual de execução física, previsto e realizado. Em dezembro/2012 a obra apresentou uma execução acumulada de 21%.



Foto 6 - Porto de Itaqui/MA - Cravação de camisas metálicas



Foto 7 - Porto de Itaqui/MA – Concretagem de pré-moldados

c) Construção do Acesso Rodoviário às Ilhas de Tatuoca e Cocaia, no Porto de Suape/PE
(Convênio 279/2006 e Termo de Compromisso 004/2009 - SEP x Administração do Porto de SUAPE).

Trata-se de um conjunto de obras composto pela construção de acesso rodoviário com duas faixas de rolamento, revestido em concreto betuminoso com 9,46 km de extensão, dotado de sinalização horizontal/vertical, drenagem/obras de arte correntes, obras de arte especiais e obras complementares. Foi executado 70% do empreendimento até dezembro/2012.



Foto 8 - Duplicação da pista rodoviária



Foto 9 - Ponte rodoviária sobre o Rio Massangana



Foto 10 - Serviço de Terraplenagem

d) Implantação do Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Recife/PE (Termo de Compromisso 003/2011 - SEP x Administração do Porto de Recife)

Empreendimento contratado pela Administração do Porto do Recife, consiste na construção de salas para embarque e desembarque de passageiros e pátio para estacionamento. Com previsão de conclusão para maio/2013, apresentou em dezembro/2012 uma execução acumulada de 74%.



Foto 11 - Vista interna do Armazém 7 (pavimento térreo)



Foto 12 - Armazém 7 (pavimento superior)

DEMAIS AÇÕES

a) Recuperação e Reforço da Estrutura do Molhe Norte do Porto de Itajaí/SC (Convênio 034/2010 - SEP x Administração do Porto de Itajaí)

Recuperação dos taludes e plataformas das estruturas do Molhe Norte, compreendendo os serviços de obras de enrocamento, com o lançamento de pedras entre 1,0 a 4,0 toneladas. Obra concluída em outubro/2012.



Foto 13 - Molhe Norte do Porto de Itajaí/SC

III - PROGRAMA NACIONAL DE DRAGAGEM (PND)

A evolução da atividade econômica do País foi sempre acompanhada do desenvolvimento da atividade portuária. O intercâmbio comercial entre nações demanda que o País disponha de portos para o embarque e desembarque de cargas dos navios que fazem o comércio internacional marítimo. O acesso a esses portos requer que os canais de acesso aquaviário possuam profundidades compatíveis com os calados das grandes embarcações que freqüentam os demais portos mundiais para que a navegação internacional encontre facilidade operacional para se desenvolver e, assim, possam ser viabilizadas as grandes rotas do comércio internacional.

A atividade de dragagem é, pois, uma atividade meio no âmbito da atividade portuária, pois visa aprofundar os canais de acesso aquaviário aos portos marítimos para permitir o tráfego de embarcações de grande porte que fazem a navegação comercial entre as nações.

Desse modo, viabiliza-se o incremento do comércio exterior brasileiro, alavancando o desempenho das exportações pelo aumento do fluxo dos navios, pela redução no custo de operação do navio por unidade movimentada e pela redução do tempo de atendimento, o que gera aumento da produtividade de carga/descarga dos navios correspondente a quase o dobro daquela obtida com a embarcação de menor porte e, também, pela redução significativa no custo do frete marítimo que impacta positivamente as Transações Correntes do Balanço de Pagamento, contribuindo para a redução do chamado “Custo Brasil”.

Com a intensificação do Programa Nacional de Dragagem (PND), que tem por objetivo adequar a profundidade e a geometria do canal de acesso e da bacia de evolução dos portos organizados, os portos marítimos estão sendo capacitados a receber navios de maior porte, aumentando sua capacidade de movimentação de cargas e, conseqüentemente, a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional. Dentre as ações desenvolvidas no exercício de 2012, destacam-se:

a) Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Fortaleza (CE)

Obra concluída em julho/2012, compreendendo a dragagem de aprofundamento da cota de -11,5m para -14,0m com alargamento do canal de acesso e da bacia de evolução para adequar as instalações do porto de Fortaleza.

b) Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Areia Branca (RN)

Execução da dragagem de aprofundamento do canal de acesso ao Porto Ilha, para a cota de -15m, para adequar as instalações do porto de Areia Branca ao porte da frota de novas embarcações que frequentam os portos brasileiros para a realização do comércio internacional. E a execução da dragagem de aprofundamento do canal de acesso às salinas, para a cota de -3m. As obras encontram-se em fase de projeto.

c) Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE)

Dragagem de aprofundamento da cota de -15,0m para -20,0m com alargamento do canal de acesso externo para adequar as instalações do porto, que viabilizará o acesso de navios petroleiros de grande porte, com até 170.000 tpb, para atender ao pólo petroquímico. Até nov/12 já havia sido realizado 18% (65,4% da dragagem – 1ª fase e 15% da derrocagem) da obra. Foram concluídas as sondagens e os estudos para detalhamento do projeto da derrocagem e foi iniciada a execução, escarificação e dragagem de solos mais compactos até atingir os solos mais duros a serem derrocados.

Está em fase de projeto a dragagem de implantação de canal de acesso e bacia de manobras para acesso ao Estaleiro Promar.

d) Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Maceió (AL)

Dragagem de aprofundamento do segundo berço (externo) do Terminal de Granéis Líquidos (TGL), da cota de -5,0m para a cota de -10,5m, e do canal de acesso e bacia de evolução do porto, da cota de -9,0m/-10,0m para a cota de -10,5m, possibilitando a atracação e operação simultânea de dois navios no TGL e a atracação de navios de maiores calados no terminal açucareiro e no cais comercial. Em fase de projeto.

e) Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória (ES)

Dragagem de aprofundamento da cota de -11,4m para -14,0m com alargamento do canal de acesso e da bacia de evolução para adequar as instalações do porto. Em 2012 foi executado 39% da obra.

f) Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Dragagem de aprofundamento e implantação de novo traçado geométrico do canal de acesso ao Cais da Gamboa para -11,0m; dragagem de aprofundamento e alargamento de trecho do canal principal para -15,0m; dragagem de aprofundamento para -11,0m na área de atracação do cais para navios de passageiros que servirá à COPA 2014. Em fase de projeto.

g) Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Canal das Flechas (RJ)

Execução da dragagem do canal das Flechas para aprofundar os canais de acesso interno e externo para as cotas de -7,00m e -7,50m, respectivamente, numa extensão total aproximada de 2.400m, para viabilizar a implantação de instalações portuárias dedicadas às atividades de apoio portuário para o suprimento de plataformas de petróleo e de reparo e construção de navios de apoio off-shore. Em 2012 a obra não pode ser iniciada, pois o projeto executivo apresentado pela Prefeitura de Campos não estava adequado para aprovação pela SEP/PR.

h) Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)

As obras incluídas na ação 122L são as de dragagem de aprofundamento no Canal da Ilha das Cabras em Itaguaí e a de dragagem de aprofundamento no Canal Derivativo ao canal principal de acesso aquaviário ao porto de Itaguaí. Sobre a primeira, já foi concluído o projeto básico e a licença prévia já foi obtida junto ao órgão ambiental. Encontra-se em preparação o edital de licitação em RDC. Pretende-se licitar a obra em RDC até 01/04/2013 e concluí-la até 30/06/2013. A obra deverá ser iniciada em 20/08/2013 e concluída em 20/08/2014. Quanto à segunda obra, o projeto básico também já está desenvolvido, mas aguarda-se a concessão da licença prévia para que se possa licitar a obra, para o que o INEA exige que seja apresentado um estudo de impacto ambiental (EIA-RIMA).

i) Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos (SP)

A dragagem de aprofundamento para a cota de -15,0m com alargamento do canal de acesso e da bacia de evolução para adequar as instalações do porto foi concluída em junho de 2012. E em novembro/2012 foi concluído o derrocamento das pedras de Teffé e Itapema, da cota de -12,0m para -16,0m. Estão em fase de projeto a dragagem do acesso ao canal externo do Porto de Santos da cota de -15,0m para a cota de -16,0m e a dragagem para alargamento de 2 bacias de evolução.

j) Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR)

Dragagem de aprofundamento das cotas de -15 / -14 / -13 / -11 / -11 / -11 metros para -16 / -15 / -15 / -14,5 / -14,5 / -14,5 metros (áreas Alfa, Bravo Uno e Dois, e Charlie Uno, Dois e Três, respectivamente) com alargamento do canal de acesso e da bacia de evolução para adequar as instalações do porto. Em fase de projeto.

k) Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Imbituba (SC)

Dragagem de aprofundamento da cota de -12,5m para -15,0m/-15,5m/-17,0m para adequar as instalações do Porto de Imbituba ao porte da frota de novas embarcações que freqüentam os portos brasileiros para a realização do comércio internacional. Em fase de licitação.

l) Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)

Foi concluída em junho/2012 a obra de dragagem de aprofundamento da cota de -14m para -16,2m no canal interno e para -18m no canal externo com alargamento do canal de acesso para adequar as instalações do porto.

E está em fase de projeto a dragagem de aprofundamento no canal de acesso e bacia de evolução do Porto Novo e Canal Norte, passando o calado operacional atual de -9,0m para -13,5m numa extensão de aproximadamente 5,5km e 2km, respectivamente.

IV - PROGRAMA NACIONAL DE DRAGAGEM II (PND II)

Junto com a Medida Provisória 595, 06/12/2012, foi lançado o Plano Nacional de Dragagem II, que prevê um investimento de R\$ 3,8 bilhões para o alargamento e aprofundamento de canais de acesso, sinalização e balizamento em hidrovias e portos marítimos.

Os serviços de dragagem serão realizados pelas empresas privadas, assim como a manutenção pelo período estipulado. Os contratos serão de dez anos e será dividido em cinco blocos, para permitir ganhos de escala, dependendo da necessidade de cada porto específico. Os estudos para as obras já começaram e as licitações estão previstas para serem feitas a partir de abril de 2013.

V - SISTEMA DE CUSTOS DE INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA (SICPORT)

A Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos está à frente do projeto para a implantação de um sistema, denominado SICPORT - Sistema de Custos de Infraestrutura Portuária, em atendimento à recomendação do Acórdão nº 1807/2008 – Plenário do Tribunal de Contas da União.

Este sistema está sendo desenvolvido em parceria com o Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, buscando as composições de custos unitários das obras portuárias que será base de referência oficial para elaboração de licitações do setor.

O SICPORT está com toda a parte referente à programação, banco de dados e WEB prontos.

VI – PROGRAMA DE GESTÃO PORTUÁRIA POR RESULTADOS

O programa Gestão Portuária por Resultados (GPPR) consiste na implantação de diversos projetos de modernização da gestão portuária, além da definição de uma bateria de indicadores de desempenho, voltados para a obtenção de resultados, nas Companhias Docas vinculadas à SEP/PR, em conformidade com determinação do TCU, por meio do Acórdão nº. 1904/2009, com a Portaria SEP/PR nº. 214, de 11/09/2008, que atende ao Decreto Presidencial nº. 4.613, de 25/03/2008, e mais recentemente com a Medida Provisória nº. 595/2012.

Por meio de parceria entre a SEP/PR e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina – SENAI-SC, celebrada em março de 2011, iniciou-se a implementação da melhoria da gestão com a realização de projeto piloto no porto de Maceió/AL e na Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN, que administra os portos de Areia Branca/RN e Natal/RN.

O objetivo do programa é promover a reorganização estratégica de gestão e de processos. Os resultados obtidos com o projeto piloto servirão de base para a ampliação do programa nas outras seis Companhias Docas vinculadas à SEP/PR. O investimento inicial deste projeto conta com recursos da União e de doação do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

TRATA SE DE UM PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DAS COMPANHIAS DOCAS VINCULADAS À SEP, CONSTITUÍDO DE DOIS PILARES: I) PROJETOS ESTRUTURANTES DA GESTÃO POR RESULTADOS; E II) INDICADORES DE DESEMPENHO.

Em 2012, os principais resultados do GPPR na CODERN foram obtidos nos portos de Natal e Areia Branca pela realização de atividades nas áreas de Planejamento Estratégico, Balanced Scorecard, Mapeamento de Processos, Gestão Financeira e de Custos, Plano de Cargos e Salários, Plano de Desenvolvimento de Pessoas, Gestão do Clima, Programa de Avaliação de Desempenho – PAD e Sistema de Gestão de Segurança da Informação. Em 2012 foram priorizados os processos de controle financeiro da CODERN. No mesmo período, com relação ao Porto de Maceió, foram realizadas atividades de 5S.

A fim de dar continuidade aos trabalhos de modernização das demais Companhias Docas vinculadas à SEP/PR, durante o segundo semestre de 2012, teve início as tratativas para o estabelecimento de parceria entre a SEP/PR e o Movimento Brasil Competitivo - MBC, associação civil, sem fins lucrativos. Por meio desta parceria será possível estender as iniciativas de modernização da gestão, implantando-se a reestruturação estratégica, de gestão e de processos das Companhias Docas vinculadas à SEP/PR. As iniciativas incluem, além das companhias docas, o planejamento estratégico da SEP/PR e a reorganização estratégica do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias - INPH.

Cabe destacar que a referida parceria se utiliza do instituto do Acordo de Cooperação, em que tanto a SEP/PR como as Companhias Docas vinculadas não necessitam aportar recursos orçamentários e financeiros para a consecução do projeto, colocando apenas recursos humanos e materiais necessários ao planejamento, coordenação e controle das atividades programadas.

VII – REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA (REIDI)

Dentre as atividades exercidas pela SEP ressaltam-se a análise dos projetos de obras de infraestrutura portuária apresentados pelas empresas e a sua posterior habilitação ao Regime de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura (REIDI).

CRIADO PELA LEI N.º 11.488, DE 15 DE JUNHO DE 2007 E REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 6.144, DE 03 DE JULHO DE 2007, O REIDI TEM COMO OBJETIVO A SUSPENSÃO DE INCIDÊNCIA DE IMPOSTOS SOBRE PESSOAS JURÍDICAS NO CASO DE VENDA OU IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS, INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS NOVOS E DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA UTILIZAÇÃO OU INCORPORAÇÃO EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA.

No exercício de 2012, foram aprovados e habilitados ao REIDI 02 (dois) projetos apresentados à Secretaria de Portos/PR, conforme informações a seguir:

Tabela 1: Portos habilitados no REIDI

Empresa	CNPJ	Nome/Descrição do Empreendimento	N.º Portaria de Habilitação/DOU	Valor do Projeto (R\$)
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS	33.000.167/0001-01	Salvador/BA "Projeto de implantação do Terminal de Regaseificação da Bahia - TRBA"	Portaria n.º 201/2012, D.O.U. de 25/07/2012	1.049.412.000,00
Rio Túria Serviços Logísticos Ltda.	06.023.849/0001-67	Barcarena/PA "Projeto de construção e implantação do Terminal Fronteira Norte - TERFRON voltado à melhoria da operação logística de exportação de mercadorias oriundas do norte da região Centro-Oeste"	Portaria n.º 218/2012, D.O.U. de 11/09/2012	129.585.406,24
TOTAL (R\$):				1.178.997.406,24

O valor total estimado dos investimentos de R\$ 1.178.997.406,24 (um bilhão, cento e setenta e oito milhões, novecentos e noventa e sete mil, quatrocentos e seis reais e vinte e quatro centavos), de modo que o valor total estimado da incidência do REIDI sobre o valor total dos investimentos aprovados foi de aproximadamente R\$ 106.109.766,56 (cento e seis milhões, cento e nove mil, setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).

VIII – REGIME TRIBUTÁRIO PARA INCENTIVO À MODERNIZAÇÃO E À AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA PORTUÁRIA (REPORTO)

Foi criado pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, que o instituiu com o nome de Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO). Em 2008, esse incentivo sofreu alterações da Lei nº 11.726, de 23 de junho de 2008; e, posteriormente, outras regulamentações com os Decretos nºs 6.582, de 26 de setembro de 2008, e 6.759, de 5 de fevereiro de 2009.

O REPORTO É UM REGIME TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO QUE CRIA UMA SUSPENSÃO TRIBUTÁRIA (QUE SE CONVERTE EM ISENÇÃO APÓS CINCO ANOS) PARA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS QUE VENHAM A SER ADQUIRIDOS PARA USO EM INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS.

A Medida Provisória nº 556/2011, que propôs a ampliação do REPORTO até 2015, perdeu a eficácia em 31/05/2012 por não ter sido votada na Câmara dos Deputados. Posteriormente o programa foi agregado à MP 559/2012, que foi convertida na Lei de Nº 12.688/2012, de 28/06/2012 e publicada em 18/07/2012. A referida lei institui que os benefícios fiscais do REPORTO passem a valer por mais quatro anos, sendo o novo prazo de validade até 31/12/2015. Adicionalmente, houve a publicação da MP nº 563/2012, em 04/04/2012, estendendo o alcance do REPORTO às outras áreas da operação portuária, além da movimentação de cargas. A MP nº 563/2012 foi transformada em Lei Nº 12.715, de 17/09/2012.

A SEP/PR está em discussões com o MDIC, com o apoio da CAMEX, para se chegar a um consenso quanto à relação de equipamentos que devem receber benefício do REPORTO. Além disso, está em discussão o estabelecimento de um procedimento de coabitação da empresa vencedora de licitação, para que seja possível aos Portos, adquirir os equipamentos, com os benefícios do REPORTO. Pelo atual modelo, no caso de processos licitatórios nos quais a empresa vencedora fornecerá um conjunto de equipamentos para compor um sistema, como por exemplo o VTMISS, a empresa não recebe os benefícios do REPORTO, pois ela fará a aquisição dos equipamentos mas não os utilizará. No final de 2012, SEP/PR, PETROBRÁS, MDIC E CAMEX definiram a redação de uma Medida Provisória a ser proposta para permitir a coabitação.

IX – DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À CABOTAGEM (PIC)

Em continuidade às ações iniciadas em 2010 com Projeto de Incentivo à Cabotagem – PIC, a SEP/PR tem desenvolvido um conjunto de projetos com o objetivo de estabelecer políticas diretamente voltadas para o incentivo da navegação de cabotagem.

TAIS POLÍTICAS BUSCAM PROMOVER A TRANSFERÊNCIA DE CARGAS DOS MODAIS TERRESTRES PARA O AQUAVIÁRIO DE CABOTAGEM, MODELANDO SOLUÇÕES PARA VIABILIZAR A IMPLANTAÇÃO DE LINHAS DE CABOTAGEM, INTERLIGAR OS PORTOS NACIONAIS, CONTRIBUIR PARA A REDUÇÃO DE CUSTOS LOGÍSTICOS, DE IMPLANTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA, REDUZIR OS IMPACTOS AMBIENTAIS E ACIDENTES EM RODOVIAS E AMPLIAR A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA NACIONAL.

Devido ao caráter multidisciplinar do tema, em 2012 decidiu-se por estabelecer uma agenda comum entre SEP/PR, Ministério dos Transportes - MT e ANTAQ resultando na criação de um Grupo de Trabalho, expandindo assim a abrangência do projeto, que evoluiu para um programa de desenvolvimento do setor.

Assim, com o objetivo de estimular o aumento da participação da navegação de cabotagem no Brasil, a SEP/PR e o MT estabeleceram as tratativas e institucionalizaram no último trimestre de 2012, por intermédio da Portaria Interministerial SEP/PR-MT nº. 01/2012 o programa “Pró Cabotagem”. O programa criou Grupo de Trabalho interinstitucional para propor ações de curto, médio e longo prazo para os níveis institucional, operacional e de infraestrutura, com indicação de estudos para integração da rede de transportes, ampliação da infraestrutura, adequação da legislação, melhoria da operação e proposição de incentivos fiscais, encaminhando-as no âmbito do CONIT.

Com relação às ações em andamento, foi finalizada em 2012 a etapa programada relativa ao acordo de assistência técnica firmado em outubro de 2011 entre a SEP/PR e a Agência de Desenvolvimento de Informática e Telecomunicações de Singapura – IDA International, com a entrega do relatório final contendo e a modelagem as recomendações para implementação de um moderno sistema de informações voltado à integração e gestão dos processos relativos à cabotagem nos portos brasileiros.

Outro projeto em curso é o estudo, parceria entre SEP/PR e Banco Mundial, denominado “Desenvolvimento da Cabotagem no Brasil” com recursos de doação do Fundo Espanhol para América Latina e Caribe (*Spanish Fund for Latin America and Caribbean - SFLAC*), com igual contrapartida pela União. O referido projeto visa à realização de um diagnóstico sobre a cabotagem no país, com a finalidade de subsidiar a proposição de políticas públicas para o setor no médio e longo prazos. Em 2012, desenvolveram-se as ações preparatórias, tendo sido desenvolvido e aprovado pelo Banco Mundial o Termo de Referência do projeto. Em seqüência, foi realizada a chamada pública para interessados e selecionadas as empresas qualificadas para o processo licitatório, ficando a contratação e execução do referido estudo para o ano de 2013.

X - PROJETO PORTO SEM PAPEL

O PROJETO PORTO SEM PAPEL TEM A FINALIDADE DE DESENVOLVER SISTEMAS INTELIGENTES QUE PERMITAM A TROCA ELETRÔNICA DE DADOS ENTRE AS ENTIDADES INTERVENIENTES NA ATIVIDADE PORTUÁRIA POR MEIO DE UMA JANELA ÚNICA, A PADRONIZAÇÃO DE DOCUMENTOS E A CONSEQÜENTE REDUÇÃO DO TEMPO PARA AS ANUÊNCIAS NOS PORTOS DO BRASIL.

O resultado desse projeto será a diminuição dos custos e a racionalização da burocracia dos processos portuários, estabelecendo um documento virtual único que vai processar e distribuir, em tempo real, as informações necessárias ao funcionamento do setor, beneficiando assim os usuários e as entidades intervenientes.

O projeto foi iniciado em 04/12/2009. A primeira fase, já concluída em 2011, representou sua implantação nos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória. A segunda fase do Porto Sem Papel trata da difusão da ferramenta tecnológica para os demais 32 portos marítimos brasileiros a partir de novembro de 2011.

Em 2012 a meta de implantação do sistema em 26 portos foi cumprida, conforme segue: Pecém/CE, Fortaleza/CE, Areia Branca/RN, Natal/RN, Suape/PE, Recife/PE, Aratu/BA, Salvador/BA, Ilhéus/BA, Barra do Riacho/ES, Forno/RJ, Niterói/RJ, Itaguaí/RJ, Angra dos Reis/RJ, Cabedelo/PB, Maceió/AL, São Sebastião/SP, Paranaguá/PR, Antonina/PR, São Francisco do Sul, Itajaí/SC, Imbituba/SC, Laguna/SC, Porto Alegre/RS, Pelotas/RS e Rio Grande/RS.

XI - PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA PORTUÁRIA (PNLP)

Trata-se de um conjunto de ações de planejamento do setor portuário brasileiro. Dentre essas ações, a de maior destaque é o Plano Nacional de Logística Portuária – PNL.

O PNLP CONTEMPLA A ANÁLISE DO DESEMPENHO ATUAL DO SETOR, O DIAGNÓSTICO DAS BARREIRAS INFRAESTRUTURAIS E DE GESTÃO E A DEFINIÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COM ALTERNATIVAS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO NO CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS.

Os Estudos para o Planejamento do Setor Portuário foram implementados por meio de parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, iniciada em março de 2010. Na primeira fase da parceria, encerrada em março de 2012, foram recebidos e aprovados o PNLP e os 15 Planos Diretores Estratégicos – Master Plans dos principais portos públicos nacionais, quais sejam: Vila do Conde/PA, Santarém/PA, □ Itaquí/MA, □ Pecém/CE, □ Fortaleza/CE, □ Suape/PE, Aratu/BA, □ Salvador/BA, Vitória/ES, □ Itaguaí/RJ, □ Rio de Janeiro/RJ, □ Paranaguá/PR, Santos/SP (atualização), Itajaí/SC e Rio Grande/RS.

Para a execução da primeira fase da parceria, participaram do projeto instituições de renome no setor portuário, a fim de contar com uma rede de apoio que agregasse práticas de sucesso ao projeto, tais como o benchmarking internacional com o Porto de Rotterdam e nacional com a experiência no desenvolvimento do projeto de expansão do Porto de Santos, além da articulação com o Ministério dos Transportes - MT que desenvolve e atualiza o Plano Nacional de Logística e Transportes - PNLT, e outras iniciativas pontuais como as da Universidade de São Paulo - USP em trabalhos de desenvolvimento de metodologia para definição de terminais com configurações padronizadas que possam atender às necessidades da tipologia de carga com que trabalham.

Com o intuito de que PNLP se torne um processo sistemático de implementação, acompanhamento e manutenção que viabilize a sua perenização e a institucionalização do processo de planejamento estratégico do setor portuário nacional, uma nova parceria com a UFSC foi estabelecida em dezembro de 2011. Os produtos esperados dessa segunda fase da parceria são:

- Atualização e monitoramento do planejamento portuário;
- Atualização dos 15 Planos Mestres já realizados; e
- Elaboração de Planos Mestres para os demais 19 portos públicos nacionais, quais sejam: Manaus/AM; Santana/AP; Belém/PA; Areia Branca/RN; Natal/RN; Cabedelo/PB; Recife/PE; Maceió/AL; Ilhéus/BA; Barra do Riocho/ES; Forno/RJ; Niterói/RJ; Angra dos Reis/RJ; São Sebastião/SP; Antonina/PR; São Francisco do Sul/SC; Imbituba/SC; Porto Alegre/RS e Pelotas/RS.

Em 2012 foram entregues as versões finais dos Planos Mestres de São Francisco do Sul, Ilhéus e Imbituba. Além disso, foi concluída a versão preliminar do relatório dos indicadores de monitoramento do PNLP.

XII - SISTEMA DE GERENCIAMENTO E INFORMAÇÕES DE TRÁFEGO MARÍTIMO - *VESSELTRAFFIC MANAGEMENT INFORMATION SYSTEM – VTMS*

O VTMS, sigla em inglês para *Vessel Traffic Management Information System*, consiste em um sistema de auxílio eletrônico à navegação, com capacidade de prover monitoração ativa do tráfego aquaviário, cujo propósito é ampliar a segurança da vida humana no mar, a segurança da navegação e a proteção ao meio ambiente nas áreas em que haja intensa movimentação de embarcações ou risco de acidente de grandes proporções.

Além disso, com a implantação do sistema, espera-se a melhora na eficiência nas manobras de embarcações, diminuindo, vertiginosamente, os tempos de espera dos navios para atracação, os tempos de tráfego dentro da área portuária e alcança, até mesmo, os tempos de carga e descarga de mercadorias.

O projeto, iniciado em dezembro de 2011, visa à implantação do sistema em 6 portos brasileiros, quais sejam: Aratu/BA, Salvador/BA, Vitória/ES Itaguaí/RJ, Rio de Janeiro/RJ, e Santos/SP.

Por se tratar de um assunto absolutamente inovador no país, algumas definições iniciais foram os principais entraves ao projeto VTMISS. Uma vez que o Brasil não possui uma força de segurança voltada para vigilância e salva guarda da costa do país, assim como a guarda costeira em alguns países do mundo, a modelagem dos requisitos mínimos para implantação do sistema e a definição do modelo de exploração e responsabilidade de operação compuseram as principais dificuldades.

Em 2012 foram elaborados os projetos básicos de implantação dos portos do Rio de Janeiro e Vitória e iniciados os projetos para os portos de Salvador e Aratu. Além disso, foi assinado um termo de cooperação com a UFSC para Desenvolvimento de Estudos, Projetos e Apoio à SEP/PR na implantação do sistema VTMISS em mais 10 portos (Manaus/AM; Belém e Vila do Conde/PA; Itaqui/MA; Suape/PE; Fortaleza/CE; Paranaguá e Antonina/PR; São Francisco do Sul/SC; Itajaí/SC; Imbituba/SC e Rio Grande/RS). A implantação dos projetos será executada diretamente pelas Autoridades Portuárias por meio de repasse de recursos da União.

XIII - CADEIA LOGÍSTICA PORTUÁRIA INTELIGENTE

O projeto Cadeia Logística Portuária Inteligente tem o objetivo desenvolver um sistema (PORTOLOG) capaz de monitorar a carga destinada ao porto desde sua origem, permitindo assim o fornecimento de informações com antecedência à comunidade portuária e aos anuentes, facilitando a programação dos recursos para agilizar as operações.

Para o desenvolvimento e implantação do sistema em 12 portos nacionais (Santarém/PA; Itaqui/MA; Pecém/CE; Fortaleza/CE; Suape/PE; Salvador/BA; Vitória/ES; Itaguaí/RJ; Rio de Janeiro/RJ; Santos/SP; Paranaguá/PR e Rio Grande/RS), a SEP/PR contratou o SERPRO em dezembro de 2011.

Paralelamente, a SEP/PR firmou acordo de cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para estudo dos *layouts* dos gates de acesso dos portos presentes no escopo do projeto.

O sistema será alimentado por dados coletados a partir de sensoriamento digital, utilizando-se das tecnologias de “Identificação por Rádio Frequência (RFID – Radio Frequency Identification)”, “Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR – Optical Character Recognition)”, “Selos Eletrônicos (e-seal)” e “Reconhecimento Biométrico”, além de trocar informações eletronicamente com outros sistemas governamentais.

Com a coleta e disseminação de dados, bem como pelo uso de tecnologias de sensoriamento digital, o sistema proverá:

- Sequenciamento otimizado do acesso de veículos aos portos, tornando-se mais eficiente o uso das infraestruturas viárias e reduzindo-se as filas para acesso aos portos;
- Maior segurança ao conjunto veículo/carga, evitando violação e roubo de cargas e o transporte de cargas ilícitas;
- Maior controle e redução do tempo de permanência do veículo para inspeção nos portões de acesso aos terminais portuários;
- Mecanismos para implantação de gestão de risco pelos diversos órgãos anuentes;
- Aumento na eficiência das ações fiscalizatórias de carga pelos diversos órgãos anuentes, por se apresentar como uma ferramenta de articulação entre tais órgãos; e
- Uma base de informações confiáveis e tempestivas para o planejamento de atividades operacionais e de planejamento, com base em indicadores de desempenho.

O projeto tem como beneficiários diretos:

- Os usuários dos serviços portuários (exportadores, importadores, transportadores, etc.);
- As autoridades portuárias, os órgãos anuentes e de fiscalização;
- Os operadores dos terminais portuários;
- Os responsáveis pelo tráfego em vias urbanas, rodovias e ferrovias; e
- A comunidade local, pela melhoria da mobilidade urbana.

Em 2012, pelo contrato com o SERPRO, foi iniciada uma prova de conceito no Porto de Santos, com o objetivo de se validar os processos e tecnologias. Além disso, foram entregues o Documento de Visão Global do Projeto e o Projeto Lógico e foi iniciado o desenvolvimento do sistema. Além disso, foram realizadas visitas técnicas pela equipe do LabTrans/UFSC e da SEP/PR para coleta de dados e definição de *layouts* dos gates de acesso dos portos de Santos e Vitória.

XIV - SISTEMA DE APOIO AO GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA - GESTÃO PORTUÁRIA

O projeto objetiva fornecer um sistema de apoio aos gestores da Secretaria de Portos e das Autoridades Portuárias, por meio de aquisição e implantação de um Sistema Corporativo Integrado Governamental nas respectivas Autoridades Portuárias. O projeto, iniciado em fevereiro de 2012, será implementado nas sete Companhias Docas vinculadas à SEP/PR, quais sejam: CDP, CDC, CODERN, CODEBA, CODESA, CDRJ e CODESP. Para desenvolvimento do sistema e implantação nas Companhias Docas, foi contratado o SERPRO.

O resultado esperado do projeto é a otimização do fluxo de informações – indispensáveis ao planejamento, à gestão, à tomada de decisão, ao controle e à supervisão das atividades e das operações portuárias de modo sustentável – inclusive com a disseminação, de forma eficaz, de informações entre SEP/PR e Autoridades Portuárias.

Os resultados alcançados pelo projeto no exercício foram as entregas pelo SERPRO do relatório da situação dos processos nas Companhias Docas, do relatório de detalhamento da solução e o início do desenvolvimento do sistema. A celebração do contrato com o fornecedor após a data programada – firmada em fevereiro de 2012 ao invés de outubro de 2011 – levou ao atraso no cronograma do projeto.

XV - PROGRAMA DE CONFORMIDADE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES LÍQUIDOS

O PROGRAMA DE CONFORMIDADE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES LÍQUIDOS COMPREENDE UM CONJUNTO DE AÇÕES QUE VISAM PROMOVER A CONFORMIDADE LEGAL DOS PORTOS MARÍTIMOS FRENTE ÀS EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS, DAS VIGILÂNCIAS SANITÁRIA E AGROPECUÁRIA, RELACIONADAS AO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES LÍQUIDOS.

O objetivo do programa é implantar um sistema de gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos e controle de fauna sinantrópica em 22 portos marítimos brasileiros, quais sejam: Belém/PA; Vila do Conde/PA; Itaquí/MA, Fortaleza/CE, Natal/RN, Cabedelo/PB, Recife/PE, Suape/PE, Maceió/AL, Aratu/BA, Salvador/BA, Ilhéus/BA; Vitória/ES, Rio de Janeiro/RJ, Itaguaí/RJ, Santos/SP, São Sebastião/SP; Paranaguá/PR, São Francisco do Sul/SC, Imbituba/SC, Itajaí/SC e Rio Grande/RS.

O programa será desenvolvido em três fases. A primeira, iniciada em julho de 2011 e desenvolvida por meio de parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, consiste na elaboração, para os 22 portos, de inventário e diagnóstico da situação atual de geração e movimentação de resíduos e efluentes, resultando em 22 Manuais de Boas Práticas, que contêm perspectivas de gestão sustentável dos resíduos e efluentes e apresentação de uma proposta de mitigação da fauna sinantrópica nociva presente nesses portos. A segunda fase caracteriza-se pela elaboração de projetos específicos à implantação das práticas indicadas nos manuais. A terceira fase corresponde a implantações das ações e obras projetadas segunda fase, de acordo com as características de cada porto.

Com relação aos resultados alcançados pelo Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos dos portos marítimos brasileiros, durante o ano de 2012, na primeira fase do projeto, foram realizados os diagnósticos necessários para a elaboração dos manuais de boas práticas nos 22 portos. A entrega dos respectivos manuais ocorrerá até o final de março de 2013.

XVI - PROGRAMA FEDERAL DE APOIO À REGULARIZAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL PORTUÁRIA – PRGAP

O Programa de Regularização e Gestão Ambiental Portuária – PRGAP consiste na elaboração de estudos ambientais, visando à emissão pelos órgãos ambientais competentes da licença ambiental de operação a portos administrados pelas Companhias Docas vinculadas à SEP/PR. Busca-se com esse projeto promover e apoiar os portos marítimos beneficiados, de forma continuada, para permitir a compatibilização das necessidades de sua operação e manutenção às normas ambientais vigentes. A implementação do programa é feita em parceria com as Universidades Federais da Bahia – UFBA e Santa Catarina – UFSC.

O programa conta com nove portos beneficiados, quais sejam: Areia Branca/RN e Natal/RN, vinculadas à CODERN; Aratu/BA, Salvador/BA e Ilhéus/BA, vinculados à CODEBA; Vitória/ES, vinculado à CODESA; Rio de Janeiro/RJ e Itaguaí/RJ, vinculados à CDRJ, e Santos/SP, vinculado à CODESP.

No ano de 2012, a partir da elaboração dos estudos ambientais para a regularização dos portos que aderiram ao PRGAP, houve um interesse na participação dos setores de meio ambiente desses portos no processo, inclusive com a análise dos estudos e sua aprovação. Foram finalizados os estudos nos portos de Natal, Vitória, Aratu e encaminhados para os órgãos ambientais licenciadores. Os estudos para a regularização dos portos de Ilhéus, Itaguaí se encontram com a CODEBA e CDRJ, respectivamente, para análise final e posterior encaminhamento aos órgãos ambientais. Para os demais, há previsão legal, segundo a Portaria Interministerial MMA/SEP 425/2011, que instituiu o PRGAP, de se finalizar os estudos até outubro de 2013.

XVII - ESTUDOS SOBRE A PRATICAGEM

Em dezembro de 2012 a SEP/PR estabeleceu parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com o objetivo de melhor compreender a temática da Praticagem nos portos brasileiros.

Um dos produtos esperados da parceria tem por objeto avaliar o modelo de Praticagem hoje existente no Brasil, identificando o impacto do mesmo na logística do país, envolvendo as seguintes ações: formação de custos; análises comparativas e benchmarking; legislação/jurídico; regulação econômica; processo logístico, operação e cadeia produtiva; análise institucional e análises estatísticas. O resultado esperado desse produto é a entrega de subsídios suficientes ao governo para que este regule o setor de forma a assegurar a qualidade da prestação do serviço e reduza os custos operacionais a patamares compatíveis com as melhores práticas internacionais.

Outro produto oriundo da parceria tem por objeto a modelagem da integração logístico-operacional entre a Praticagem e o Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações (VTMIS – *Vessel Traffic Management Information System*), configuração do modelo de Praticagem para cada Zona de Praticagem (ZP), desenvolvimento de metodologias e ferramentas de simulação e análise, e prestação de apoio técnico à SEP/PR em questões relativas à Praticagem e ao controle do tráfego de embarcações. Como resultado, irá permitir a adequada configuração paramétrica para cada modelo de cada ZP e propor soluções logísticas que integrem os serviços de Praticagem à gestão portuária, já prevendo a implantação do programa de VTMIS. Desta forma, serão garantidos os ganhos operacionais e de segurança previstos no planejamento destes programas.

XVIII - ARRENDAMENTOS DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS DOS PORTOS PÚBLICOS

Com relação à participação da iniciativa privada em arrendamentos nos portos públicos brasileiros, o cenário em 2012 foi de insegurança jurídica em larga escala decorrente de mais de uma centena de contratos vencidos e a vencer até 2017. Desses arrendamentos, há contratos celebrados tanto antes como depois da publicação da Lei nº. 8.630/1993.

Diante das proporções do problema, que vem causando profundas apreensões no mercado, o assunto foi tratado no âmbito do Governo Federal pela SEP/PR, Advocacia Geral da União - AGU, ANTAQ e Casa Civil da Presidência da República – CC/PR, visando à escolha da melhor estratégia para solucioná-lo.

Uma das medidas concretas adotadas para enfrentar o problema foi o estabelecimento de parceria entre SEP/PR e UnB/Ceftru, estabelecida em outubro de 2012, para apoiar a elaboração dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA dos arrendamentos que se encontram na situação descrita anteriormente para fins de licitação a novos interessados.

Com as mudanças normativas empreendidas pela MP nº. 595/2012, espera-se uma aproximação entre o Governo e a Iniciativa Privada, de modo a melhor prover investimentos privados no setor portuário, importantes para fazer face à expansão na infraestrutura portuária e na oferta da capacidade necessária. Recentemente, a Presidenta da República anunciou investimentos privados da ordem de R\$ 54 bilhões, que serão realizados até 2016 em portos públicos e terminais de uso privado. Considerando apenas os portos públicos (arrendamentos), existem 159 áreas passíveis de licitação, sendo 42 novas e 117 existentes que, em alguns casos, poderão ter seus contratos renovados. Os investimentos previstos para todas essas áreas podem alcançar cerca de R\$ 16,7 bilhões.

XIX - ACESSOS PORTUÁRIOS

A SEP/PR, em ação conjunta com o Ministério dos Transportes – MT, desenvolve, desde junho de 2012, trabalho para diagnosticar os principais acessos portuários, atuais e futuros, e propor intervenções, com a finalidade de prover os portos de acessos condizentes ao seu respectivo perfil de movimentação de carga. Esse trabalho tem como premissa harmonizar as recomendações sobre acessos portuários contidos nos instrumentos de planejamento de ambos os ministérios - Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT, do MT, e Plano Nacional de Logística Portuária – PNLP, da SEP/PR.

Um dos resultados dessa ação foi a elaboração de carteira de investimentos, na ordem de R\$ 2,6 bilhões, necessários à adequação dos acessos hidroviários, rodoviários, ferroviários nos 18 principais portos brasileiros e à criação de pátios de regulação de tráfego, anunciado pela Presidenta da República, em dezembro de 2012.

Desse investimento, a ser executado por Governo Federal, Estados e iniciativa privada, está sob responsabilidade direta da SEP/PR a aplicação de R\$ 751 milhões para a implementação de Áreas de Apoio Logístico Portuário - AALPs nos portos selecionados. Registre-se que as referidas áreas representam um conceito mais amplo do que os pátios anunciados, uma vez que podem variar de uma área com a função exclusiva de pátio regulador para caminhões, em sua forma mais simples, até uma Zona de Apoio Logístico Portuário – ZALP, na forma mais complexa. Sua principal função é de organizar o fluxo de cargas destinadas ou provenientes do porto, racionalizando o uso dos acessos portuários e minimizando o conflito porto-cidade, quanto aos tráfegos urbano e portuário

3 ESTRUTURA ORGÂNICA

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Gradativamente, o modelo de gestão aplicado na SEP tem-se adequado as necessidades do setor portuário, e a Secretaria têm como planejamento estratégico as seguintes ações

- a) Formulação de políticas e diretrizes para o fomento do setor, além da execução de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura portuária, com investimentos orçamentários e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).
- b) Participação no planejamento estratégico e a aprovação dos planos de outorgas, visando garantir segurança e eficiência ao transporte aquaviário de cargas e de passageiros no país.
- c) Elaboração do Plano Nacional Estratégico dos Portos, que vai priorizar investimentos públicos e viabilizar o conceito dos portos concentradores e alimentadores, tendência operacional verificada mundialmente.

Com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos, a SEP adota rotinas de controle interno, administrando sua operação no âmbito dos Sistemas Estruturantes do Governo Federal. A gestão das transferências (convênios, contratos de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres) está devidamente registrada no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, havendo os respectivos registros após a liberação de recursos e prestação de contas da utilização dos recursos liberados. Também destaca-se que ocorre a freqüente fiscalização *in loco* dos recursos transferidos aos convenentes.

REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES

A remuneração paga aos administradores das empresas estatais a título dos membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal é de responsabilidade das empresas estatais, conforme estabelecidos nas normas legais e societárias.

SISTEMA DE CORREIÇÃO

As atividades de correição, no âmbito da SEP, são supervisionadas pela Coordenação-Geral de Correição da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República.

INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA SEP

Quadro 2 – Estrutura de controles internos

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	

Continuação Quadro 2 – Estrutura de controles internos

Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA

Quadro 3 – Programa de Governo Constante do PPA – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2074			
Título	Transporte Marítimo			
Órgão Responsável	Secretaria de Portos			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	486.905.000	486.905.200		
b) Outras Fontes	1.257.305.000			
c) Subtotais (a + b)	1.744.210.000			
d) Valor Global Previsto no PPA	2.814.456.000			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
199.956.327,36	68.994.238,99	---	---	55.227.618,46
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0177	Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.	Secretaria de Portos		
0183	Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.	Secretaria de Portos		
0188	Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.	Secretaria de Portos		
0198	Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.	Secretaria de Portos		
0218	Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.	Secretaria de Portos		
0232	Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.	Secretaria de Portos		
0233	Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país.	Secretaria de Portos		
0453	Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.	Secretaria de Portos		

Quadro 4 – Objetivos de Programa Temático 0177 de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0177					
Descrição	Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.					
Programa	2074					
Órgão Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
145.000.000	114.050.000	88.308.283	2.134.049	---	---	2.134.049
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Intervir em 17 portos marítimos brasileiros de forma a assegurar condições adequadas de profundidade.	unidade	17	9	145.000.000	88.308.283

Foram realizadas intervenções para execução de obras em 9 portos no ano de 2012: Porto de Paranaguá; Porto de Santos; Porto de Rio de Janeiro; Porto de Vitória; Porto de Itaguai; Porto de Fortaleza; Porto de Maceió; Porto de Suape; Porto de Imbituba.

Quadro 5 – Objetivos de Programa Temático 0183 de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0183					
Descrição	Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.					
Programa	2074					
Órgão Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
170.190.000	73.800.000	24.990.000	15.000.000	---	---	15.000.000
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Adequar instalações portuárias de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de movimentação e armazenagem de cargas, de circulação e das instalações gerais e de suprimento em 21 portos organizados marítimos	unidade	21	---	170.190.000	15.000.000

A quantificação de meta não pode ser estabelecida, uma vez que a unidade de medida é "porto" e para isso teriam que estar concluídas todas as ações em um determinado porto para se ter uma unidade alcançada.

No Porto de Itajaí/SC, foi lançado, pela Superintendência do Porto, o edital para licitar a obra de alinhamento do berço 4, em 28/12/2012, e a obra de recuperação do molhe norte foi concluída.

No Porto do Rio Grande/RS, o projeto da recuperação da área junto aos molhes foi concluído e o projeto da ampliação do cais público do porto novo se encontra em fase de conclusão, dependendo de definições com relação ao orçamento. As duas obras deverão ser iniciadas em 2013.

No Porto de Suape/PE, o projeto para as obras e serviços relativos ao Terminal de Granéis Sólidos está em fase de elaboração, pela Administração do Porto, e a construção do acesso rodoferroviário está 70% executada.

Também estão em elaboração, pelas respectivas Administrações Portuárias, os projetos para adequações das instalações dos portos de Recife/PE e São Francisco do Sul/SC. A recuperação do molhe do Porto de Imbituba/SC depende da definição da fonte de financiamento do empreendimento, sem avanços em 2012.

Quanto ao Berço 108 - Granéis Líquidos do Porto de Itaquí, a obra está em andamento, com previsão de conclusão em 2013. A construção do Berço 100 do Porto de Itaquí foi concluída.

O Porto de Paranaguá ainda não apresentou estudos e/ou projetos para as ações de melhoria previstas.

Quadro 6 – Objetivos de Programa Temático 0188 de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0188					
Descrição	Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.					
Programa	2074					
Órgão Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.000.000	16.640.000	16.640.000	16.640.000	---	---	16.640.000
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Elaborar 11 estudos e projetos de planos de uso de áreas portuárias não operacionais e de interface com áreas urbanas	estudo	11	0	12.000.000	16.640.000
2	Implantar 6 terminais de passageiros em portos organizados marítimos	unidade	6	0		

Meta 1 - Não houve desenvolvimentos em 2012 por indisponibilidade de recursos e absorção da equipe em outras atividades mostrando-se necessário propor um redimensionamento e reformulação da meta a partir de 2013.

Meta 2 - Com exceção das obras em Santos e Rio de Janeiro, todas estão em execução com término previsto para 2013. As obras de Santos estão em execução, com término previsto para 2014. As obras do Rio de Janeiro iniciaram em fevereiro de 2013, com término previsto para 2014. A obra de Recife está com 75% de execução e término previsto para junho/2013.

Quadro 7 – Objetivos de Programa Temático 0198 de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0198					
Descrição	Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.					
Programa	2074					
Órgão Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
35.000.000	26.250.000	23.250.000	7.047.221	---	---	7.047.221
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Implantar o modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas 3 Companhias Docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidência da República	unidade	3	0	1.000.000	0
2	Implantar o Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS) em 06 portos	unidade	6	0	1.000.000	0
3	Implantar o Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária em 06 portos	unidade	6	0	4.500.000	2.500.000
4	Implantar o Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Porto Sem Papel em 35 portos	unidade	35	26	25.500.000	4.547.221
5	Implantar o Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente em 09 portos	unidade	9	0	3.000.000	0

Meta 1 - Para iniciar a implementação desse modelo de gestão em suas empresas, a SEP/PR, por meio de parceria com Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina – SENAI-SC, teve início em novembro de 2011, projeto piloto na Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN, com o objetivo de promover a reorganização estratégica de gestão e de processos. Como ganho rápido, obtido a partir da identificação de problemas e introdução de ferramenta de controle e planejamento financeiro, já a partir de julho de 2012, houve redução de despesas mensais da unidade de Areia Branca de cerca de 40%. O processo de implantação na Codern está 60% completo. Já foi definido o Termo de Referência para licitação de um sistema ERP, além de todo o levantamento das necessidades de hardware. Deverá ser finalizado até o final do primeiro semestre/2013, o Plano de Cargos e Salários (desenhado a partir do Planejamento Estratégico), Plano de Desenvolvimento de Pessoas e Programa de Avaliação de Desempenho.

Com relação à implementação do GPPR nas demais Companhias Docas (CDP, CDC, CODEBA, CODESA, CDRJ e CODESP), a SEP/PR está em vias de firmar parceria com o Movimento Brasil Competitivo - MBC, planejada para iniciar no primeiro trimestre de 2013, em que as seis companhias serão contempladas com projetos de modernização de gestão.

Meta 2 - Em 2012 foram concluídos o projeto básico para os portos do Rio de Janeiro e Vitória. O projeto básico de Salvador/Aratu está em andamento. Para 2013 a meta é concluir o projeto básico de Salvador/Aratu, elaborar o projeto básico de Itaguaí e licitar a implantação dos sistemas para os portos do Rio de Janeiro, Vitória, Salvador/Aratu e Itaguaí. O motivo para ainda não ter havido nenhuma implantação foi a dificuldade encontrada na elaboração dos projetos, por ser um projeto pioneiro no país e de alta complexidade tecnológica.

Meta 3 – O projeto está em andamento. O SERPRO, contratado para desenvolvimento dos sistemas, está realizando as análises de requisitos e desenvolvimento do sistema. As implantações estão previstas para 2013 e, ao invés do previsto inicialmente, os sistemas serão implantados nas 7 companhias docas e não apenas em 6 portos.

Meta 4 - Em 2012 a meta era a implantação do sistema em 23 portos, no entanto a meta foi superado e o sistema foi implantado em 26 portos. Para 2013 espera-se a conclusão do projeto com implantação nos portos restantes.

Meta 5 - Em 2012 foi assinado o contrato com o SERPRO para desenvolvimento do sistema e assinado um termo de cooperação com a UFSC para estudos logísticos. O sistema já começou a ser desenvolvido e os levantamentos dos equipamentos realizados para os portos de Santos e Vitória. Para 2013 prevê-se a implantação nos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória. A implantação nos demais portos está prevista para 2014.

Quadro 8 – Objetivos de Programa Temático 0218 de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0218					
Descrição	Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.					
Programa	2074					
Órgão Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
200.000	200.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Elaborar 2 estudos para identificação de demanda pela instalação de portos secos	estudo	2	0		
2	Elaborar 2 estudos para implantação das Zonas de Atividade Logística dos portos organizados	estudo	2	0	200.000	0
3	Implantar a Zona de Atividade Logística do Porto de Santos (SP)	unidade	1	0		

Quadro 9 – Objetivos de Programa Temático 0232 de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0232					
Descrição	Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.					
Programa	2074					
Órgão Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
25.700.000	13.700.000	12.700.000	12.700.000	---	---	0
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Implantação de dispositivos de controle de saúde em 22 portos organizados marítimos	unidade	22	0	1.000.000	0
2	Elaborar 22 estudos para a regularização ambiental e uniformização de processos de licenciamento ambiental do Sistema Portuário Nacional	estudo	22	0	24.700.000	12.700.000
3	Implantar o Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária (PRGAP) em 22 portos organizados marítimos	unidade	22	5		
4	Implantar o Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos em 22 portos organizados marítimos	unidade	22	0		

Meta 1 - Nesta meta apoiou-se e acompanhou-se a reformulação da Resolução 344, tendo-se atuado no Grupo de Trabalho interministerial formado para elaborar a nova resolução CONAMA 454 publicada em 8/11/2012 que passou a tratar do tema relativo ao licenciamento ambiental portuário. Nela alcançou-se a meta de adequação e ajustes aos licenciamento de dragagem de sedimentos. Em 2013 essa meta deverá ser excluída porque se confunde com a meta 3 de Implantação do Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária (PRGAP).

Meta 2 - Em 2012, buscou-se atuar junto às cias docas para que realizassem as obras civis a seu encargo para que os equipamentos possam ser instalados e se tornem operacionais. Em 2013, pretende-se reavaliar a possibilidade e a necessidade de instalação de autoclaves nos portos que não foram contemplados na primeira fase, reforçar a gestão para que as companhias finalizem as obras civis que restam nos portos que já receberam os equipamentos (Salvador - 1 autoclave, Vitória - 2, Rio de Janeiro - 2, Santos - 6, Recife - 3, Paranaguá - 2, São Francisco do Sul - 1 e Rio Grande - 2) e estabelecer os procedimentos e regulamentações para operação desses equipamentos. Quanto às salas de situação, foram instalados até 2012 os equipamentos nos portos de Vila do Conde, Belém, Fortaleza, Natal, Vitória, Rio de Janeiro, Itaguaí e Santos ficando pendentes os portos de Salvador, Aratu e Ilhéus que serão finalizados em 2013. Em 2013 também será avaliada a possibilidade de instalação das salas nos portos delegados já que na primeira fase apenas as Cias Docas foram contempladas.

Meta 3 - Em 2012, foram finalizados os estudos para regularização dos Portos de Natal, Vitória, Aratu, Ilhéus e Santos. Em 2013, serão elaborados os demais.

Meta 4 - A execução do Programa de Conformidade do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e Efluentes líquidos nos portos marítimos brasileiros contempla um horizonte de 03 anos, iniciando em agosto de 2011 e com término para dezembro de 2014. A primeira fase se encerra em fevereiro de 2013. Em 2012 foram identificados os procedimentos que os portos públicos adotam e já foram propostos novos procedimentos, que serão incorporados no PGRS para cada um dos 22 portos. Em 2013, além da finalização do manual de boas práticas previsto na primeira fase, serão elaborados projetos básicos para a realização das obras e ações indicadas para cada porto no manual de boas práticas (fase II).

Quadro 10 – Objetivos de Programa Temático 0233 de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0233					
Descrição	Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país.					
Programa	2074					
Órgão Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
43.315.200	46.415.200	34.068.044	15.472.969	---	---	14.406.348
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Elaborar 11 estudos para simplificar procedimentos e reduzir o custo de movimentação nos portos organizados marítimos no transporte de mercadorias por cabotagem	estudo	11	0	43.315.200	34.068.044
2	Elaborar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZ) para 8 Portos Organizados Marítimos	unidade	8	0		
3	Elaborar o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP)	unidade	1	1		
4	Implantar o Projeto de Incentivo à Cabotagem (PIC)	unidade	1	0		

Meta 1 – No ano de 2012 foi iniciado um projeto com o Banco Mundial: (Estudo Para o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem No Brasil), que atualmente está em fase Licitatória. A previsão de término do estudo é dezembro de 2013.

Meta 2 - Com a edição da MP 595/2012, a elaboração dos PDZs passou a ser responsabilidade da SEP. Atualmente, está em discussão interna qual departamento da SEP será responsável pela nova atribuição.

Meta 3 - Com relação ao planejamento de longo prazo do setor portuário brasileiro, foram recebidos e aprovados o Plano Nacional de Logística Portuária – PNLN e os 15 Planos Diretores Estratégicos – Master Plans dos principais portos públicos nacionais.

Meta 4 - O PIC avançou em 2012 por meio da publicação da Portaria Interministerial SEP/MT criando o Grupo de Trabalho para o Programa de Desenvolvimento da cabotagem, Procabotagem. (Portaria Interministerial MTE-SEP/PR nº 1, de 13 de novembro de 2012). O prazo para a apresentação do relatório é de 18 meses.

Quadro 11 – Objetivos de Programa Temático 0453 de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0453					
Descrição	Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.					
Programa	2074					
Órgão Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
55.500.000	55.500.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Dotar de infraestrutura adequada as instalações portuárias do Porto de Pecém (CE)	% de execução física	100	0	55.500.000	0
2	Elaborar 4 estudos e projetos para outorga de novos portos organizados e terminais portuários marítimos	estudo	4	0		
3	Elaborar as diretrizes de outorgas para os Portos Organizados Marítimos	unidade	1	0		
4	Implantar 1 novo porto organizado marítimo	unidade	1	0		

Meta 1 – A SEP/PR ainda não recebeu do Porto de Pecém qualquer tipo de projeto ou estudo para ampliação da capacidade do porto.

Meta 2 – A SEP propôs a alteração da meta para "Realizar a licitação de concessão de 4 portos organizados marítimos". Com base nos estudos de viabilidade técnica, financeira e ambiental a serem realizados, a SEP implantará 2 novos portos organizados marítimos (Águas Profundas e Manaus) até o final do PPA 2012-2015, além de licitar mais 2 portos existentes, um com contrato de concessão vencido (Imbituba) e outro a ser concedido.

Meta 3 – Minuta de Portaria está em análise pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Portuário da SEP/PR

Meta 4 - A SEP solicitou a exclusão da meta pois já está contemplada na meta "Realizar a licitação de concessão de 4 portos organizados marítimos".

Quadro 12 – Iniciativas de Programa Temático 00II de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00II					
Descrição	Adequação da navegabilidade em Portos Marítimos Brasileiros					
Objetivo	0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
130.000.000	113.900.000	88.308.283	2.134.049	---	---	2.134.049
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 13 – Iniciativas de Programa Temático 00IJ de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00IJ					
Descrição	Adequação da navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)					
Objetivo	0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.000.000	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 14 – Iniciativas de Programa Temático 00IK de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00IK					
Descrição	Adequação da navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)					
Objetivo	0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	150.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 15 – Iniciativas de Programa Temático 00JJ de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00JJ					
Descrição	Adequação da infraestrutura viária em Portos Organizados Marítimos					
Objetivo	0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 16 – Iniciativas de Programa Temático 00JK de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00JK					
Descrição	Adequação da infraestrutura viária no Porto de Santos (SP)					
Objetivo	0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 17 – Iniciativas de Programa Temático 00JN de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00JN					
Descrição	Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em portos Organizados Marítimos					
Objetivo	0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
108.540.000	57.600.000	22.990.000	13.000.000	---	---	13.000.000
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 18 – Iniciativas de Programa Temático 00JS de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00JS					
Descrição	Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santos (SP)					
Objetivo	0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 19 – Iniciativas de Programa Temático 00JT de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00JT					
Descrição	Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de São Francisco do Sul (SC)					
Objetivo	0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.000.000	4.000.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 20 – Iniciativas de Programa Temático 00JU de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00JU					
Descrição	Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Suape (PE)					
Objetivo	0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.000.000	2.000.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 21 – Iniciativas de Programa Temático 00JV de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00JV					
Descrição	Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vitória (ES)					
Objetivo	0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 22 – Iniciativas de Programa Temático 00JW de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00JW					
Descrição	Adequação de estruturas de segurança a operação de navios em Portos Organizados Marítimos					
Objetivo	0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
54.450.000	9.000.000	2.000.000	2.000.000	---	---	2.000.000
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 23 – Iniciativas de Programa Temático 00KR de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00KR					
Descrição	Adequação de instalações gerais e de suprimentos em Portos Organizados Marítimos					
Objetivo	0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 24 – Iniciativas de Programa Temático 00KT de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00KT					
Descrição	Estudos para infraestrutura portuária					
Objetivo	0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.200.000	1.200.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 25 – Iniciativas de Programa Temático 048C de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	048C					
Descrição	Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vila do Conde (PA)					
Objetivo	0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 26 – Iniciativas de Programa Temático 04AP de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	04AP					
Descrição	Adequação da infraestrutura viária no Porto de Cabedelo/PB					
Objetivo	0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 27 – Iniciativas de Programa Temático 04CI de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	04CI					
Descrição	Implantação do Porto Sul - BA					
Objetivo	0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 28 – Iniciativas de Programa Temático 00LL de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00LL					
Descrição	Estudos e projetos de planos de uso de áreas portuárias não operacionais e de interface com áreas urbanas					
Objetivo	0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração portocidade por meio da revitalização de áreas portuárias.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 29 – Iniciativas de Programa Temático 00LN de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00LN					
Descrição	Implantação de terminais de passageiros em Portos Organizados Marítimos					
Objetivo	0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração portocidade por meio da revitalização de áreas portuárias.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.000.000	16.640.000	16.640.000	16.640.000	---	---	16.640.000
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 30 – Iniciativas de Programa Temático 00LR de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00LR					
Descrição	Implantação de terminal de passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ)					
Objetivo	0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração portocidade por meio da revitalização de áreas portuárias.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 31 – Iniciativas de Programa Temático 00NQ de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00NQ					
Descrição	Estudos e projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos					
Objetivo	0198 - Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
34.000.000	25.250.000	23.250.000	7.047.221	---	---	7.047.221
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 32 – Iniciativas de Programa Temático 00NZ de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00NZ					
Descrição	Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS)					
Objetivo	0198 - Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000	1.000.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 33 – Iniciativas de Programa Temático 00OK de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00OK					
Descrição	Elaboração de estudos para identificação de demanda pela instalação de portos secos					
Objetivo	0218 - Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 34 – Iniciativas de Programa Temático 00OL de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00OL					
Descrição	Elaboração de estudos para implantação das Zonas de Atividade Logística dos Portos Organizados					
Objetivo	0218 - Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 35 – Iniciativas de Programa Temático 00OM de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00OM					
Descrição	Implantação das Zonas de Atividade Logística dos Portos Organizados					
Objetivo	0218 - Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
200.000	200.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 36 – Iniciativas de Programa Temático 00PU de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00PU					
Descrição	Dispositivos de controle de saúde em Portos Organizados Marítimos					
Objetivo	0232 - Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
25.700.000	13.700.000	12.700.000	12.700.000	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 37 – Iniciativas de Programa Temático 00PV de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00PV					
Descrição	Estudos e projetos para a regularização ambiental e uniformização de processos de licenciamento ambiental do Sistema Portuário Nacional					
Objetivo	0232 - Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 38 – Iniciativas de Programa Temático 00Q1 de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00Q1					
Descrição	Estudos para o planejamento e gestão do setor portuário					
Objetivo	0233 - Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
43.315.200	46.415.200	34.068.044	15.472.969	---	---	14.406.348
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 39 – Iniciativas de Programa Temático 00Q2 de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	00Q2					
Descrição	Regulação do transporte marítimo					
Objetivo	0233 - Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 40 – Iniciativas de Programa Temático 01H9 de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	01H9					
Descrição	Reestruturação de instalações portuárias					
Objetivo	0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.000.000	9.000.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 41 – Iniciativas de Programa Temático 01HA de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	01HA					
Descrição	Estudos e projetos de implantação de novos portos organizados e terminais portuários marítimos					
Objetivo	0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 42 – Iniciativas de Programa Temático 01HB de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	01HB					
Descrição	Implantação de novos portos organizados					
Objetivo	0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
46.500.000	46.500.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Quadro 43 – Ações vinculadas a Programa Temático 122A de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		122A				
Descrição		Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ)				
Iniciativa		00II - Adequação da navegabilidade em Portos Marítimos Brasileiros				
Unidade Responsável		Secretaria de Portos				
Unidade Orçamentária		20128				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.000.000	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	10	0	15.000.000	0

O projeto encontra-se em fase de readequação, o que impossibilitou a licitação da obra.

Quadro 44 – Ações vinculadas a Programa Temático 122E de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		122E				
Descrição		Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos (SP)				
Iniciativa		00II - Adequação da navegabilidade em Portos Marítimos Brasileiros				
Unidade Responsável		Secretaria de Portos				
Unidade Orçamentária		20128				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
44.000.000	21.000.000	2.898.283	158.858	---	---	158.858
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	81	40	44.000.000	158.858

O projeto encontra-se em fase de readequação, o que impossibilitou a licitação da obra.

Quadro 45 – Ações vinculadas a Programa Temático 122H de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		122H				
Descrição		Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE)				
Iniciativa		00II - Adequação da navegabilidade em Portos Marítimos Brasileiros				
Unidade Responsável		Secretaria de Portos				
Unidade Orçamentária		20128				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000	1.000.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	1	0	1.000.000	0

O projeto encontra-se em fase de estudos.

Quadro 46 – Ações vinculadas a Programa Temático 122I de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	122I					
Descrição	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória (ES)					
Iniciativa	00II - Adequação da navegabilidade em Portos Marítimos Brasileiros					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
20.000.000	71.600.000	68.160.000	1.975.191	---	---	1.975.191
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	14	39	20.000.000	1.975.191

A obra está com execução física adiantada, porém sem alcance dos marcos contratuais, devido à não retirada das pedras derrocadas, não houve pagamentos.

Quadro 47 – Ações vinculadas a Programa Temático 122J de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	122J					
Descrição	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Fortaleza (CE)					
Iniciativa	00II - Adequação da navegabilidade em Portos Marítimos Brasileiros					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	300.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
---	---	---	---	---	---	---

Obra executada.

Quadro 48 – Ações vinculadas a Programa Temático 122K de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	122K					
Descrição	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Imbituba (SC)					
Iniciativa	00II - Adequação da navegabilidade em Portos Marítimos Brasileiros					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.000.000	10.000.000	7.250.000	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	13	0	10.000.000	0

Licitação homologada, aguarda-se assinatura do contrato.

Quadro 49 – Ações vinculadas a Programa Temático 122O de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	122O					
Descrição	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR)					
Iniciativa	00II - Adequação da navegabilidade em Portos Marítimos Brasileiros					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.000.000	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	18	0	12.000.000	0

Aguarda-se a obtenção da licença prévia do IBAMA para licitação da obra.

Quadro 50 – Ações vinculadas a Programa Temático 12DG de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	12DG					
Descrição	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Canal das Flechas (RJ)					
Iniciativa	00II - Adequação da navegabilidade em Portos Marítimos Brasileiros					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	19	0	10.000.000	0

Aguarda-se a apresentação da 5ª versão do projeto executivo pela prefeitura de campos para análise e aprovação pela SEP/PR antes do início da obra.

Quadro 51 – Ações vinculadas a Programa Temático 12Y0 de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	12Y0					
Descrição	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Maceió (AL)					
Iniciativa	00II - Adequação da navegabilidade em Portos Marítimos Brasileiros					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.000.000	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	27	0	8.000.000	0

Aguarda-se a conclusão das sondagens em SPT, a cargo do porto de Maceió, para subsidiar a elaboração do projeto.

Quadro 52 – Ações vinculadas a Programa Temático 12Y1 de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	12Y1					
Descrição	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Areia Branca (RN)					
Iniciativa	00II - Adequação da navegabilidade em Portos Marítimos Brasileiros					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.000.000	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	10	0	10.000.000	0

Levantamentos complementares em execução para subsidiar a elaboração final do projeto.

Quadro 53 – Ações vinculadas a Programa Temático 122L de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	122L					
Descrição	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)					
Iniciativa	00IJ - Adequação da navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.000.000	0	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	10	0	15.000.000	0

Alteração do arcabouço jurídico determinou a revisão do edital em RDC e o atraso no início previsto da obra.

Quadro 54 – Ações vinculadas a Programa Temático 122B de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	122B					
Descrição	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)					
Iniciativa	00IK - Adequação da navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	150.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
---	---	---	---	---	---	---

Levantamentos complementares em execução para subsidiar a elaboração final do projeto.

Quadro 55 – Ações vinculadas a Programa Temático 122Z de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	122Z					
Descrição	Construção do Berço 108 no Porto de Itaquí (MA)					
Iniciativa	00JN - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em portos Organizados Marítimos					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
21.040.000	21.040.000	21.040.000	13.000.000	---	---	13.000.000
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	25	21	21.040.000	13.000.000

Em 2012 estavam previstos os repasses da 2ª (R\$13.000.000,00) e 3ª (R\$8.040.000,00) parcelas do Termo de Compromisso, somando R\$21.040.000,00. Entretanto, o avanço da obra não consumiu o montante repassado na 1ª parcela, R\$34.950.000,00 comprometendo, conseqüentemente, o repasse da 3ª parcela, no valor de R\$8.040.000,00.

Quadro 56 – Ações vinculadas a Programa Temático 12K7 de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	12K7					
Descrição	Alinhamento e Reforço do Berço 4 no Porto de Itajaí (SC)					
Iniciativa	00JN - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em portos Organizados Marítimos					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
25.000.000	1.950.000	1.950.000	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	28	0	25.000.000	0

O edital de licitação foi lançado pela Superintendência do Porto de Itajaí em 28/dezembro/2012.

Quadro 57– Ações vinculadas a Programa Temático 7S17 de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	7S17					
Descrição	Ampliação de Melhoria da Infraestrutura do Porto de Paranaguá (PR)					
Iniciativa	00JN - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em portos Organizados Marítimos					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
30.500.000	30.500.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	15	0	30.500.000	0

A SEP/PR não recebeu da Administração do Porto de Paranaguá nenhuma demanda para esta ação.

Quadro 58 – Ações vinculadas a Programa Temático 7L25 de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		7L25				
Descrição		Ampliação do Cais Público do Porto Novo do Porto de Rio Grande (RS)				
Iniciativa		00JN - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em portos Organizados Marítimos				
Unidade Responsável		Secretaria de Portos				
Unidade Orçamentária		20128				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
30.000.000	2.110.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	24	0	30.000.000	0

Obra de execução direta a ser fiscalizada pela SEP/PR. O início do processo licitatório está dependendo da revisão do orçamento, a cargo do Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro – DEC.

Quadro 59 – Ações vinculadas a Programa Temático 12KP de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		12KP				
Descrição		Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente				
Iniciativa		00NQ - Estudos e projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos				
Unidade Responsável		Secretaria de Portos				
Unidade Orçamentária		20128				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.000.000	500.000	500.000	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	% de execução física	5	13	3.000.000	0

A execução física do projeto Cadeia Logística Inteligente atingiu 13% ante a meta prevista de 20% na LOA de 2012. Os resultados alcançados pelo projeto no exercício foram: (i) o início da execução do contrato com o fornecedor (SERPRO), (ii) a conclusão da visão global do projeto, (iii) a conclusão do seu projeto lógico, (iv) a realização de grande parte das atividades previstas para a execução do teste de campo do sistema e (v) o início da fase de homologação do sistema. A celebração do contrato com o fornecedor após a data programada – firmada em dezembro de 2011 ao invés de maio de 2011 - e a existência de problemas técnicos na instalação de equipamentos para o teste de campo do sistema levaram ao atraso no cronograma do projeto, o que resultou no não alcance da meta estipulada.

Quadro 60 – Ações vinculadas a Programa Temático 7Q62 de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	7Q62					
Descrição	Adequação de Instalações de Acostagem e Movimentação e Armazenagem de Cargas no Porto de Recife (PE)					
Iniciativa	00JN - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em portos Organizados Marítimos					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.000.000	2.000.000	0	0	---	---	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	2	0	2.000.000	0

Os estudos e projetos para implantação da ação, apresentados à SEP/PR pela Administração do Porto do Recife, bem como os recursos previstos para sua implantação, foram insuficientes.

Quadro 61 – Ações vinculadas a Programa Temático 10NP de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	10NP					
Descrição	Adequação de Instalações de Acostagem e Movimentação e Armazenagem de Cargas no Porto de São Francisco do Sul (SC)					
Iniciativa	00JT - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de São Francisco do Sul (SC)					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.000.000	4.000.000	0	0	---	---	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	2	0	4.000.000	0

Os estudos e projetos, para implantação das obras, apresentados à SEP/PR pela Administração do Porto de São Francisco do Sul, bem como o orçamento previsto para execução da ação, foram insuficientes.

Quadro 62– Ações vinculadas a Programa Temático 11XC de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	11XC					
Descrição	Recuperação do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba (SC)					
Iniciativa	00JW - Adequação de estruturas de segurança a operação de navios em Portos Organizados Marítimos					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000	1.000.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	1	0	1.000.000	0

O orçamento destinado a esta ação não foi suficiente para sua implantação.

Quadro 63 – Ações vinculadas a Programa Temático 138S de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	138S					
Descrição	Construção de Cais e Terminal de Granéis Sólidos na Ilha de Cocaia no Porto de Suape (PE)					
Iniciativa	00JU - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Suape (PE)					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.000.000	2.000.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	1	0	2.000.000	0

Os estudos e projetos para implantação da ação, apresentados à SEP/PR pela Administração do Porto de Suape, bem como o orçamento previsto para sua execução, foram insuficientes.

Quadro 64 – Ações vinculadas a Programa Temático 128N de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	128N					
Descrição	Recuperação dos Molhes do Canal de Acesso ao Porto de Rio Grande (RS)					
Iniciativa	00JW - Adequação de estruturas de segurança a operação de navios em Portos Organizados Marítimos					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
51.450.000	6.000.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	61	0	51.450.000	0

A SEP/PR não deflagrou o processo licitatório.

Quadro 65 – Ações vinculadas a Programa Temático 00JW de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	138M					
Descrição	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios no Porto de Itajaí (SC)					
Iniciativa	00JW - Adequação de estruturas de segurança a operação de navios em Portos Organizados Marítimos					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	---	---	2.000.000
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	40	100	2.000.000	2.000.000

Para essa etapa da obra, a realização foi de 100% da meta prevista, ou seja, 40% da obra. O lançamento de 100% foi equivocado. A obra foi concluída em 2012.

Quadro 66 – Ações vinculadas a Programa Temático 20SJ de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	20SJ					
Descrição	Estudos e Projetos para Melhoria da Infraestrutura Portuária					
Iniciativa	00KT - Estudos para infraestrutura portuária					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.200.000	1.200.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estudo Realizado	unidade	1	0	1.200.000	0

Ação orçamentária com execução física igual a zero, haja vista a ausência de limite.

Quadro 67 – Ações vinculadas a Programa Temático 12JQ de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	12JQ					
Descrição	Implantação do Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Recife (PE)					
Iniciativa	00LN - Implantação de terminais de passageiros em Portos Organizados Marítimos					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.000.000	16.640.000	16.640.000	16.640.000	---	---	16.640.000
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra executada	% de execução física	52	75	12.000.000	16.640.000

Antecipação do Crédito Orçamentário previsto para 2013, no valor de R\$4.640.000,00, para possibilitar a conclusão do empreendimento, com previsão inicial para janeiro/2013.

Quadro 68 – Ações vinculadas a Programa Temático 122X de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	122X					
Descrição	Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado					
Iniciativa	00NQ - Estudos e projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
25.500.000	18.250.000	18.250.000	4.547.221	---	---	4.547.221
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	% de execução física	20	44	25.500.000	4.547.221

A execução física do projeto Porto Sem Papel atingiu a meta prevista de 44% na LOA de 2012. O valor alcançado pela meta física corresponde à implementação do programa em 26 portos no ano. Com isso, ao final de 2012, 29 portos passaram a contar com o Porto Sem Papel, haja vista que em 3 deles - Santos, Rio de Janeiro e Vitória, o programa já havia sido implementado em 2011.

Quadro 69 – Ações vinculadas a Programa Temático 12KQ de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	12KQ					
Descrição	Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária					
Iniciativa	00NQ - Estudos e projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.500.000	4.500.000	4.500.000	2.500.000	---	---	2.500.000
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	% de execução física	18	12	4.500.000	2.500.000

A execução física do projeto atingiu 12% ante a meta prevista de 18% na LOA de 2012. Os resultados alcançados pelo projeto no exercício foram as entregas pelo SERPRO do relatório da situação dos processos nas Companhias Docas, dos relatórios de detalhamento da solução e o início do desenvolvimento do sistema. A celebração do contrato com o fornecedor após a data programada – firmada em fevereiro de 2012 ao invés de outubro de 2011– levou ao atraso no cronograma do projeto, o que resultou no não alcance da meta estipulada.

Quadro 70 – Ações vinculadas a Programa Temático 138T de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	138T					
Descrição	Estudos e Projetos para Implantação da Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas Companhias Docas					
Iniciativa	00NQ - Estudos e projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000	2.000.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estudo Realizado	unidade	20	0	1.000.000	0

Ação orçamentária com execução física igual a zero, haja vista a ausência de limite.

Quadro 71 – Ações vinculadas a Programa Temático 12KR de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	12KR					
Descrição	Implantação do Sistema de Gestão de Tráfego de Navios					
Iniciativa	00NZ - Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS)					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000	1.000.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	% de execução física	2	0	1.000.000	0

Ação orçamentária com execução física igual a zero, haja vista que os recursos necessários para execução da política foram remanejados para as Companhias Docas, por meio de Participação da União no Capital – PUCs.

Quadro 72 – Ações vinculadas a Programa Temático 138U de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	138U					
Descrição	Implantação da Zona de Atividade Logística do Porto de Santos (SP)					
Iniciativa	00OM - Implantação das Zonas de Atividade Logística dos Portos Organizados					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
200.000	200.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Zona de apoio logístico implantada	% de execução física	1	0	200.000	0

Ação orçamentária com execução física igual a zero, haja vista a ausência de limite.

Quadro 73 – Ações vinculadas a Programa Temático 12KS de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	12KS					
Descrição	Implantação do Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos em Portos Marítimos					
Iniciativa	00PU - Dispositivos de controle de saúde em Portos Organizados Marítimos					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
24.700.000	12.700.000	12.700.000	12.700.000	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	% de execução física	21	21	24.700.000	12.700.000

A execução física do projeto Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos atingiu a meta prevista de 21% na LOA de 2012. O valor alcançado pela meta física corresponde à realização de grande parte da primeira de três fases do projeto cujo produto é a entrega do Manual de Boas Práticas para cada um dos 22 portos contemplados no programa, com previsão de conclusão para fevereiro de 2013.

Quadro 74 – Ações vinculadas a Programa Temático 20B9 de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	20B9					
Descrição	Estudos para o Planejamento do Setor Portuário - PAC					
Iniciativa	00Q1 - Estudos para o planejamento e gestão do setor portuário					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
19.500.000	20.100.000	14.028.478	497.808	---	---	497.808
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estudo Realizado	unidade	5	0	19.500.000	497.808

A meta física original para a ação orçamentária em questão foi de 5 estudos realizados para 2012. Contudo, no início do ano, observou-se que dos 6 em andamento financiados pela ação orçamentária em tela, nenhum deles possuía data de conclusão prevista para 2012. Dessa forma, a meta física não foi possível alcançar a meta estipulada. A conclusão de 3 desses estudos está programada para 2013.

Quadro 75 – Ações vinculadas a Programa Temático 138Y de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	138Y					
Descrição	Implantação de Dispositivos de Controle de Saúde em Portos Organizados Marítimos					
Iniciativa	00PU - Dispositivos de controle de saúde em Portos Organizados Marítimos					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000	1.000.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	% de execução física	5	0	1.000.000	0

Ação orçamentária com execução física igual a zero, haja vista a ausência de limite.

Quadro 76 – Ações vinculadas a Programa Temático 20SK de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	20SK					
Descrição	Estudos para Planejamento e Gestão do Setor Portuário					
Iniciativa	00Q1 - Estudos para o planejamento e gestão do setor portuário					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.815.200	8.815.200	4.615.200	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estudo Realizado	unidade	5	0	8.815.200	0

A meta física original para a ação orçamentária em questão foi de 5 estudos realizados para 2012. Contudo, a ação orçamentária apenas financiou um estudo cuja data de conclusão é para depois de 2012. Dessa forma, não foi possível alcançar a meta estipulada.

Quadro 77 – Ações vinculadas a Programa Temático 8785 de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	8785					
Descrição	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC					
Iniciativa	00Q1 - Estudos para o planejamento e gestão do setor portuário					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.000.000	17.500.000	15.424.366	14.975.161	---	---	13.908.541
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	---	---	---	---	15.000.000	14.975.161

Quadro 78 – Ações vinculadas a Programa Temático 138O de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	138O					
Descrição	Adequação das Instalações do Terminal Portuário do Pecém (CE)					
Iniciativa	01H9 - Reestruturação de instalações portuárias					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.000.000	9.000.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra Executada	% de execução física	4	0	9.000.000	0

Os estudos e projetos para implantação das obras, apresentados à SEP/PR pelo Terminal Marítimo de Pecém, bem como o orçamento previsto para execução da ação, foram insuficientes.

Quadro 79 – Ações vinculadas a Programa Temático 7S16 de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	7S16					
Descrição	Construção do Porto de Aratu (BA)					
Iniciativa	01HB - Implantação de novos portos organizados					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	20128					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
46.500.000	46.500.000	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra Executada	% de execução física	46	0	46.500.000	0

Valores relativos à emenda de bancada.

Quadro 80 – Programa de Governo Constante do PPA – De Gestão e Manutenção

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa	2101					
Título	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República					
Órgão Responsável	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
37.230.609	39.245.818	35.734.149	21.488.082	---	---	21.279.371

Quadro 81 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ – 09HB

Identificação da Ação						
Código	09HB					
Descrição	Contribuição Da União, De Suas Autarquias E Fundações Para O Custeio Do Regime De Previdência Dos Servidores Públicos Federais					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
13.333	13.333	0	0	---	---	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
---	---	---	---	---	---	---

Quadro 82 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ - 2000

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração Da Unidade					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
19.498.696	19.498.696	17.290.733	3.292.916	---	---	3.211.220
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
---	---	---	---	---	---	---

Quadro 83 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ – 2004

Identificação da Ação						
Código	2004					
Descrição	Assistência Médica E Odontológica Aos Servidores, Empregados E Seus Dependentes					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
26.400	26.400	16.513	16.513	---	---	16.513
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa beneficiada	unidade	23	11	26.400	16.513

Quadro 84– Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ - 2010

Identificação da Ação						
Código	2010					
Descrição	Assistência Pré-Escolar Aos Dependentes Dos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.420	3.920	3.677	3.677	---	---	3.677
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criança Atendida	unidade	3	3	3.420	3.677

Quadro 85 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ - 2011

Identificação da Ação						
Código	2011					
Descrição	Auxílio-Transporte Aos Servidores E Empregados					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
55.440	83.440	59.621	59.621	---	---	59.621
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	30	31	55.440	59.621

Quadro 86 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ - 2012

Identificação da Ação						
Código	2012					
Descrição	Auxílio-Alimentação Aos Servidores E Empregados					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
280.896	308.896	298.155	298.155	---	---	298.155
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	77	87	280.896	298.155

Quadro 87 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ – 20CW

Identificação da Ação						
Código	20CW					
Descrição	Assistência Médica Aos Servidores E Empregados - Exames Periódicos					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
14.220	14.220	0	0	---	---	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	unidade	79	0	14.220	0

Quadro 88 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ – 20TP

Identificação da Ação						
Código	20TP					
Descrição	Pagamento De Pessoal Ativo Da União					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
16.788.204	18.746.913	17.731.594	17.731.594	---	---	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
---	---	---	---	---	---	---

Quadro 89 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ - 4572

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação De Servidores Públicos Federais Em Processo De Qualificação E Requalificação					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
400.000	400.000	333.855	85.605	---	---	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor capacitado	unidade	94	81	400.000	85.605

Quadro 90 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ - 4641

Identificação da Ação						
Código	4641					
Descrição	Publicidade De Utilidade Pública					
Unidade Responsável	Secretaria de Portos					
Unidade Orçamentária	Secretaria de Portos					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
150.000	150.000	0	0	---	---	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
---	---	---	---	---	---	---

Quadro 91 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Secretaria de Portos - Obras	20128	110309
Secretaria de Portos – Demais Despesas	20128	110323

Quadro 92 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		--	---	---	---	---	---
	PLOA		16.801.537	6.863.359,00	---	---	144.604.376	85.662.674,00
	LOA		16.801.537	6.863.359,00	---	---	144.515.272	85.662.674,00
CRÉDITOS	Suplementares		1.958.709	12.450.000,00	---	---	16.456.500	53.498.000,00
	Especiais	Abertos	---	---	---	---	---	---
		Reabertos	---	---	---	---	---	---
	Extraordinários	Abertos	---	---	---	---	---	---
		Reabertos	---	---	---	---	---	---
	Créditos Cancelados		---	---	---	---	-50.350.000	-13.583.806,00
Outras Operações		---	---	---	---	---	---	
Total		18.760.246	19.313.359,00	---	---	110.621.772	125.576.868	

Fonte: SIAFI Gerencial, Lei nº12.381/11 e Lei nº12.595/12.

Quadro 93 – Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		---	---	---	---	---
	PLOA		241.819.000	550.288.131,00	634.310.000	414.532.731,00	---
	LOA		362.819.000	590.656.673,00	634.310.000	414.532.731,00	---
CRÉDITOS	Suplementares		56.940.000	177.388.714,00	115.250.000	67.406.153,00	---
	Especiais	Abertos	3.602.701	24.760.464,00	---	46.000.000,00	---
		Reabertos	---	---	---	---	---
	Extraordinários	Abertos	---	1.000.000,00	---	---	---
		Reabertos	---	---	---	---	---
	Créditos Cancelados		-163.790.000	-238.173.331,00	-9.300.000	-18.400.000,00	---
Outras Operações		---	---	---	---	---	
Total		259.571.701	555.632.520,00	740.260.000	509.538.884,00	---	

Fonte: Siafi Gerencial, Lei nº12.381/11 e Lei nº12.595/12.

Quadro 94 –Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		---	---	---	---	---
	PLOA		161.405.913	92.526.033	876.129.000	964.820.862	---
	LOA		161.316.809	92.526.033	997.129.000	1.005.189.404	---
CRÉDITOS	Suplementares		18.415.209	65.948.000	172.190.000	244.794.867	---
	Especiais	Abertos	---	---	3.602.701	70.760.464	---
		Reabertos	---	---	---	---	---
	Extraordinários	Abertos	---	---	---	1.000.000	---
		Reabertos	---	---	---	---	---
	Créditos Cancelados		-50.350.000	-13.583.806	-173.090.000	-256.573.331	---
Outras Operações		---	---	---	---	---	
Total		129.382.018	144.890.227,00	999.831.701	1.065.171.404,00	---	

Fonte: Siafi Gerencial, Lei nº12.381/11 e Lei nº12.595/12.

Quadro 95 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	---	---	---	---	---	---
	Recebidos	---	---	---	---	---	---
Movimentação Externa	Concedidos	110323	153115	26.121.2074.12KS.0001	---	---	12.700.000,00
		110323	154040	26.121.2074.20B9.0001	---	---	1.996.968,00
			153163		---	---	4.933.261,00
			153114		---	---	385.000,00
			153163		---	---	998.464,14
			153163		---	---	5.000.000,00
			153114		---	---	1.930.000,00
			160509		---	---	448.925,15
		110323	---	26.121.2074.20SK.0001	---	---	4.615.200,00
		110323	153115	26.122.2074.8785.0001	---	---	7.994.135,03
			153163		---	---	1.066.621,53
		110309	---	26.128.2101.4572.0001	---	---	248.250,00
		110323	---	26.128.2101.4572.0001	---	---	27.000,00
Recebidos	160509	110309	26.121.2074.20B9.0001	---	---	448.925,15	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	---	---	---	---	---	---
	Recebidos	---	---	---	---	---	---
Movimentação Externa	Concedidos	110323	160509	26.784.1462.10RZ.0042	1.122.971,00	---	---
	Recebidos	160509	110323	26.784.1462.10RZ.0042	1.122.971,00	---	---

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: A Secretaria de Portos firma convênios, termos de cooperação e termos de compromisso, efetuando movimentações de crédito externa para atingir seus objetivos institucionais por meio de associação de esforços e interesse recíproco. A mais relevante movimentação de crédito em 2012, R\$ 12.700.000,00, refere-se ao termo de cooperação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro para implantação do programa de conformidade de gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos nos portos marítimos brasileiros.

O programa orçamentário mais utilizado para realizar as movimentações orçamentárias foi o 2074 - Transporte Marítimo, o qual conjugado com os projetos 12KS - Implantação do Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquido em Portos Marítimos e o 8785 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, contribuem para o efetivo desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres.

Quadro 96 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	91.727.352,89	200.155.012,05	4.076.041,94	88.185.763,53
a) Convite	---	---	---	---
b) Tomada de Preços	979.976,16	---	229.891,36	---
c) Concorrência	78.308.283,00	186.311.041,87	2.134.048,97	85.050.065,07
d) Pregão	12.439.093,73	13.843.970,18	1.712.101,61	3.135.698,46
e) Concurso	---	---	---	---
f) Consulta	---	---	---	---
2. Contratações Diretas (g+h)	40.083.670,08	70.004.255,01	8.148.682,15	2.445.118,94
g) Dispensa	39.536.998,94	69.308.350,58	8.068.932,91	2.265.973,65
h) Inexigibilidade	546.671,14	695.904,43	79.749,24	179.145,29
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos	---	---	---	---
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha	---	---	---	---
k) Diárias	---	---	---	---
5. Outros	818.144.764,56	631.704.476,27	632.494.446,41	424.497.653,18
6. Total (1+2+3+4+5)	949.955.787,53	901.863.743,33	644.719.170,50	515.128.535,65

Fonte: Siafi Gerencial

Quadro 97 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesas Correntes – créditos originários

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos (RAP + EXERC)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.192,26	0,00
Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.192,26	0
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento da despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
3. Outras Despesas Correntes	5.705,75	80.424,40	5.705,75	80.424,40	0,00	0,00	5.705,75	80.277,40
Contratação Por Tempo Determinado	200.000,00	1.049.464,16	200.000,00	1.049.464,16	333.750,42	4.291.494,93	503.373,09	5.007.208,67
Diárias - Civil	374.188,91	499.048,89	374.188,91	499.048,89	0,00	0,00	372.586,88	499.704,39
Pagto De Diarias-Militar No Pais E Exterior	5.705,75	80.424,40	5.705,75	80.424,40	0,00	0,00	5.705,75	80.277,40
Auxílio Financeiro A Estudantes	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Auxílio Financeiro A Pesquisadores	88.352,56	28.000,00	88.352,56	28.000,00	28.000,00	0,00	88.000,00	0,00
Material De Consumo	202.410,89	158.371,65	202.410,89	158.371,65	6.950,00	412.674,89	99.477,79	558.166,64
Passagens E Despesas Com Locomoção	2.189.635,67	1.723.318,96	2.189.635,67	1.723.318,96	543.054,20	609.428,67	1.164.472,03	1.792.071,16
Serviços De Consultoria	0,00	684.081,58	0,00	684.081,58	1.407.726,34	2.278.342,80	500.000,00	1.554.698,04
Outros Serviços De Terceiros - P.Física	203.850,22	2.803.281,30	203.850,22	2.803.281,30	2.205.071,00	0,00	2.251.847,63	598.210,30
Locação De Mão-De-Obra	7.540.352,24	1.825.543,48	7.540.352,24	1.825.543,48	1.030.696,48	142.630,28	928.663,62	349.813,12
Outros Serviços De Terceiros- Pessoa Jurídica	75.610.756,95	101.635.914,06	75.610.756,95	101.635.914,06	93.618.652,88	38.458.589,05	90.894.676,47	40.757.911,75
Obrig.Tribut.E Contrib-Op.Intra-Orcamentarias	70.707,00	76.554,54	70.707,00	76.554,54	90.464,19	926.516,47	129.822,13	912.606,82
Despesas De Exercícios Anteriores	0,00	65.162,66	0,00	65.162,66	0,00	0,00	0,00	65.162,66
Indenizações E Restituições	244.917,52	241.916,74	244.917,52	241.916,74	53.389,21	57.752,11	223.511,16	248.966,75

Quadro 98 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesas de Capital – créditos originários

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos (RAP + EXERC)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos	131.968.008,89	340.300.777,91	131.968.008,89	340.300.777,91	498.135.191,55	749.302.845,65	374.309.603,35	567.803.069,32
Contratação Por Tempo Determinado	0,00	39.660,09	0,00	39.660,09	39.660,09	48.289,72	12.393,02	48.289,72
Diárias - Pessoal Civil	0,00	5.711,30	0,00	5.711,30	0,00	0,00	0,00	5.711,30
Pagto De Diarias-Militar No Pais E Exterior	3.186,00	0,00	3.186,00	0,00	0,00	0,00	3.186,00	0,00
Material De Consumo	132.558,68	534.532,78	132.558,68	534.532,78	750.716,26	1.416.498,84	670.941,83	1.197.926,86
Passagens E Despesas Com Locomoção	0,00	13.500,00	0,00	13.500,00	70.820,46	128.605,76	49.026,15	71.285,30
Serviços De Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	661.917,92	1.891.194,04	273.272,56	1.229.276,12
Outros Serviços De Terceiros- Pessoa Jurídica	2.905.173,00	3.025.657,70	2.905.173,00	3.025.657,70	12.297.500,85	21.520.394,44	2.684.179,96	10.044.745,97
Auxílios - Fundo A Fundo	11.950.000,00	0,00	11.950.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrig.Tribut.E Contrib-Op.Intra-Orcamentarias	360,00	307.416,32	360,00	307.416,32	310.593,31	66.839,45	315.213,62	38.490,80
Obras E Instalações - Op.Int.Orc.	116.069.976,16	334.155.343,22	116.069.976,16	334.155.343,22	482.196.226,16	724.081.521,40	367.658.188,76	554.606.641,25
Equip.E Material Permanente - Op.Intra-Orc.	906.755,05	2.218.956,50	906.755,05	2.218.956,50	1.807.756,50	149.502,00	2.643.201,45	560.702,00
5. Inversões Financeiras	731.251.900,93	450.691.883,00	731.251.900,93	450.691.883,00	20.602.536,76	373.800.880,87	618.685.256,67	715.817.266,66
Constit. Ou Aumento De Capital De Empresas	731.251.900,93	450.691.883,00	731.251.900,93	450.691.883,00	20.602.536,76	373.800.880,87	618.685.256,67	715.817.266,66
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento da despesa	---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Siafi Gerencial

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

No exercício de 2012, não houve ocorrência, no âmbito da Secretaria de Portos, de reconhecimentos de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

5.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro 99 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	31.998.406,64	---	9.246.831,63	22.751.575,01
2010	212.247.802,21	---	62.884.609,41	149.363.192,80
2009	5.446.176,39	---	88.789,56	5.357.386,83
2008	---	---	---	---
2007	---	---	---	---
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	354.736.801,04	-24.321.725,29	236.019.574,37	25.073.556,21
2010	308.224.211,70	-40.805.682,89	133.507.494,82	27.534.260,61
2009	26.473.636,54	-6.787.104,90	3.484.039,57	600.000,00
2008	289.786,79	-13.256,55	---	---
2007	578.816,59	-320.000,00	206.486,71	---

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica: A Secretaria de Portos/PR iniciou o exercício de 2012 com o montante de R\$ 249 milhões relativo a Restos a Pagar Processados, sendo mais de 98% referentes às obras que visam diretamente a segurança e a eficiência do transporte aquaviário de cargas e de passageiros, dos quais cerca de 29% foram pagos no exercício de 2012. O montante de Restos a Pagar não processados à disposição desta Secretaria de Portos em 2012 era de 690 milhões, dos quais 72 milhões foram cancelados e 426 milhões foram liquidados ou pagos durante o exercício de 2012, contribuindo para a efetiva melhoria da infraestrutura e da superestrutura dos portos e terminais portuários marítimos.

5.2 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Quadro 100 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Portos da Presidência da República									
CNPJ: 08.855.874/0001-32					UG/GESTÃO: 110309 e 110323/0001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	173/2003	06.354.468/0001-60	266.910.101,10	26.691.010,11	43.194.475,00	224.009.415,00	9/12/2003	31/3/2013	1
1	279/2006	11.448.933/0001-62	82.769.001,84	9.269.001,84	0,00	73.500.000,00	29/12/2006	31/5/2013	1
1	001/2007	06.354.468/0001-60	54.461.082,40	5.446.108,24	0,00	49.014.974,16	21/12/2007	31/1/2012	4
1	010/2010	41.230.103/0001-25	66.384.848,68	2.230.530,94	64.154.317,74	64.154.317,74	31/12/2010	31/12/2012	4
1	034/2010	00.662.091/0001-20	18.238.541,90	0,00	12.189.404,15	18.238.541,90	30/12/2010	31/10/2012	4
1	060/2010	03.503.868/0001-00	33.151.585,13	3.315.158,52	9.945.476,00	19.890.952,00	31/12/2010	3/7/2013	1
4	01/2012	33.663.683/0001-16	35.848.133,61	0,00	7.994.136,03	7.994.136,03	1/12/2012	1/12/2015	1
5	01/2009	79.621.439/0001-91	52.494.681,34	0,00	0,00	0,00	30/12/2009	30/1/2012	(*)
5	02/2009	11.448.933/0001-62	111.002.057,74	21.411.398,16	0,00	72.650.000,00	17/12/2009	27/5/2011	2
5	004/2009	11.448.933/0001-62	71.561.620,03	3.561.620,03	22.913.457,83	42.582.316,09	31/12/2009	31/5/2013	1
5	02/2010	11.448.933/0001-62	278.194.996,73	200.194.996,73	19.500.000,00	39.000.000,00	28/12/2010	31/5/2013	1
5	02/2011	29.116.894/0001-61	51.003.539,80	1.003.539,80	0,00	0,00	21/6/2011	20/10/2013	1
5	003/2011	04.417.870/0001-11	21.800.000,00	0,00	21.800.000,00	21.800.000,00	22/6/2011	31/5/2013	1
5	011/2011	00.662.091/0001-20	85.000.000,00	0,00	33.550.000,00	33.550.000,00	30/12/2011	31/8/2013	1
5	012/2011	06.354.468/0001-60	70.419.826,75	0,00	47.950.000,00	47.950.000,00	30/12/2011	31/8/2013	1

Continuação - Quadro 100 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Portos da Presidência da República									
CNPJ: 08.855.874/0001-32					UG/GESTÃO: 110309 e 110323/0001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	01/2010	83.899.526/0001-82	R\$ 30.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 2.122.000,00	R\$ 30.000.000,00	30/03/2010	30/03/2012	4
3	03/2011	83.899.526/0001-82	R\$ 27.737.065,00	R\$ 0,00	R\$ 11.324.308,00	R\$ 11.324.308,00	30/12/2011	30/12/2014	1
3	02/2011	00.038.174/0001-43	R\$ 240.680,00	R\$ 0,00	R\$ 96.272,00	R\$ 96.272,00	04/01/2012	04/08/2012	4
1	755857/2011	43.588.755/0001-61	R\$ 1.430.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 256.000,00	R\$ 640.000,00	01/09/2011	26/04/2013	1
1	04/2009	27.316.538/0001-66	R\$ 4.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.000.000,00	06/01/2010	31/01/2014	1
1	06/2009	83.131.268/0001-90	R\$ 331.509,60	R\$ 16.575,48	R\$ 0,00	R\$ 314.934,12	18/01/2010	18/03/2013	1
1	07/2009	04.417.870/0001-11	R\$ 609.676,79	R\$ 60.967,67	R\$ 0,00	R\$ 548.709,12	20/01/2010	03/02/2013	1
1	010/2008	72.060.999/0001-75	R\$ 2.490.310,52	R\$ 360.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 1.400.000,00	31/12/2008	05/01/2013	1
3	10/2010	15.180.714/0001-04	R\$ 3.284.000,00	-	R\$ 1.444.960,00	R\$ 2.430.160,00	31/12/2010	31/12/2013	1
3	02/2009	83.899.526/0001-82	R\$ 7.442.116,06	R\$ 0,00	R\$ 3.625.656,86	R\$ 6.110.976,75	05/02/2010	20/04/2013	1
3	01/2011	33.663.683/0001-16	R\$ 35.857.895,37	R\$ 1.881.796,40	R\$ 5.322.449,56	R\$ 9.273.709,56	09/08/2011	09/02/2014	1
3	04/2011	00.394.502/0431-10	R\$ 272.000,00	R\$ 0,00	R\$ 272.000,00	R\$ 272.000,00	12/12/2011	06/12/2012	4
3	03/2010	07.521.315/0001-23	R\$ 3.117.973,00	R\$ 0,00	R\$ 380.040,96	R\$ 3.117.973,00	10/08/2010	31/10/2012	4
1	030/2010	03.774.688/0001-55	R\$ 2.000.000,00	R\$ 220.900,00	R\$ 500.000,00	R\$ 1.000.000,00	21/03/2011	18/03/2014	1
3	03/2012	92.969.856/0001-98	R\$ 385.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	28/12/2012	28/06/2013	1

Continuação - Quadro 100 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Portos da Presidência da República									
CNPJ: 08.855.874/0001-32					UG/GESTÃO: 110309 e 110323/0001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	04/2012	92.969.856/0001-98	R\$ 1.930.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	28/12/2012	28/12/2014	1
3	05/2012	83.899.526/0001-82	R\$ 248.250,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	28/12/2012	28/02/2014	1
3	06/2012	83.899.526/0001-82	R\$ 5.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	28/12/2012	28/02/2016	1
3	07/2012	83.899.526/0001-82	R\$ 6.972.940,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	28/12/2012	28/02/2016	1
3	02/2012	00.038.174/0001-43	R\$ 6.656.560,00	R\$ 0,00	R\$ 332.828,00	R\$ 332.828,00	24/10/2012	24/10/2014	1
1	09/2008	83.131.268/0001-90	R\$ 274.935,00	-	R\$ 24.934,00	R\$ 274.934,00	08/01/2009	07/06/2012	4
1	08/2008	07.223.670/0001-16	R\$ 840.000,00	R\$ 140.000,00	R\$ 0,00	R\$ 984.279,35	08/01/2008	07/07/2014	1
1	07/2009	15.180.714/0001-04	R\$ 3.253.824,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.253.824,32	09/12/2009	09/12/2013	1
<p>LEGENDA</p> <p>Modalidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Parceria 4 - Termo de Cooperação 5 - Termo de Compromisso <p>Situação da Transferência:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado 									

Fonte: Arquivos administrativos da SGIP e SPDP/SEP/PR

(*) Por determinação do MPOG esta obra será executada diretamente pela SEP/PR. O Termo de Compromisso nº 01/2009, celebrado com a APPA, foi encerrado sem ter sido feita nenhuma transferência de recursos.

Quadro 101– Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Portos da Presidência da República					
CNPJ:	08.855.874/0001-32					
UG/GESTÃO:	110309 e 110323/0001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio		2	6	87.470.131,80	17.667.322,87	6.933.037,79
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria				32.914.651,41	18.821.752,27	19.560.627,27
Termo de Cooperação	8	3	4	122.800.000,00	19.500.000,00	21.650.000,00
Termo de Compromisso		4	1	243.184.783,21	55.989.075,14	48.143.665,06
Totais	8	9	11	87.470.131,80	17.667.322,87	6.933.037,79

Fonte: Registros administrativos da SGIP SPDP da SEP/PR.

Quadro 102 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Portos da Presidência da República					
CNPJ: 08.855.874/0001-32			UG/GESTÃO: 110309 e 110323/0001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2013 e seguintes	Valores em (R\$1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	11	358.510.838,83	327.542.113,91	29.346.887,54	91,36%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	11	131.361.960,04	37.466.118,34	48.044.968,56	28,52%
Termo de Compromisso	6	373.219.826,75	184.882.316,09	188.337.510,66	49,54%
Totais	28	863.092.625,62	549.890.548,34	265.729.366,76	63,71%

Fonte: Registros administrativos da SGIP SPDP da SEP/PR.

Quadro 103 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convenio, Termo de Cooperação e de Contrato de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Portos da Presidência da República					
CNPJ: 08.855.874/0001-32		UG/GESTÃO: 110309 e 110323/0001			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios (*)	Termo ode Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	65.271.429,51		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	2.257.021,65		
2011	Contas prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	435.435.992,53		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas prestadas	Quantidade	3		
		Montante Repassado	46.777.186,45		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2010	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Registros administrativos da SGIP SPDP da SEP/PR.

Quadro 104 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Portos da Presidência da República					
CNPJ: 08.855.874/0001-32		UG/GESTÃO: 110309 e 110323/0001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios (*)	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas		
			Contas Não Analisadas		
		Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO Analisadas		Quantidade	3 (**)		
	Montante Repassado (R\$)	67.528.451,16			
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		2(**)	
Montante repassado (R\$)		101.133.063,34			
2010	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		3 (**)	
Montante Repassado		18.103.624,99			
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		3 (**)	
		Montante Repassado		35.158.192,06	

Fonte: Registros administrativos da SGIP SPDP da SEP/PR.

(*) Convênios e Termos de Compromisso

(**) Contas com análise em andamento, mas não concluídas.

SUPRIMENTO DE FUNDOS

No exercício de 2012, não houve ocorrência, no âmbito da Secretaria de Portos, de despesas de suprimentos de fundos.

RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA SEP

No exercício de 2012, não houve ocorrência de renúncias de receitas geridas pela Secretaria de Portos.

GESTÃO DE PRECATÓRIOS

No exercício de 2012, não houve ocorrência, no âmbito da Secretaria de Portos, de gestão de precatórios.

6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

Quadro 105 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	189	189	22	9
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1	1	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	188	188	22	9
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	57	57	10	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	26	26	6	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	105	105	6	8
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	29	29	6	5
4. Total de Servidores (1+2+3)	218	218	28	14

Fonte: Siape-Gerencial – RH/CGGI

Quadro 106 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
1.4. Empregados Públicos anistiados pela Lei nº 8.748/94 e Decreto nº 6.077/07	53
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Licença para Tratamento de Saúde)	2
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	55

Fonte: Siape-Gerencial e arquivos da Coordenação-Geral de Gestão Interna – CGGI/SEP

Quadro 107 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31/12)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	112	107	10	10
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	111	106	10	10
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	10	3	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	67	1	5
1.2.4. Sem Vínculo	-	29	6	5
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	112	107	10	10

Fonte: Siape-Gerencial e arquivos da Coordenação-Geral de Gestão Interna – CGGI/SEP

Quadro 108 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	9	17	24	75	63
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	9	17	24	75	63
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	4	13	5	7	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	1	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	4	13	5	6	1
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	13	30	29	82	64

Fonte: Siape-Gerencial e arquivos da Coordenação-Geral de Gestão Interna – CGGI/SEP

Quadro 109 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	1	19	41	109	11	7	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	1	19	41	109	11	7	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	13	16	1	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	1	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	13	16	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	1	19	54	125	12	7	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Siape-Gerencial e arquivos da Coordenação-Geral de Gestão Interna – CGGI/SEP

Quadro 110 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão (CLT-43-ANS)										
Exercícios	2012	1.723.406,27	-	247.697,05	54.266,69	244.877,57	4.868,00	-	1.430,00	2.276.545,58
	2011	1.148.068,31	-	141.960,69	37.721,38	170.995,29	7.419,00	2.904,73	-	1.509.069,40
	2010	582.541,59	-	77.033,29	5.755,90	116.819,21	2.258,00	2.737,51	-	787.145,50
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial (NES-07)										
Exercícios	2012	-	320.677,56	40.084,69	8.907,71	3.648,00	-	-	-	373.317,96
	2011	-	304.702,86	40.084,69	25.199,09	3.938,18	-	-	-	373.924,82
	2010	-	96.735,97	16.122,64	2.235,87	2.736,00	-	-	-	117.830,48
Servidores ocupantes de cargo do Grupo Direção e Assessoramento Superior (EST-04)										
Exercícios	2012	-	1.307.558,83	165.784,96	63.425,97	120.437,26	5.915,05	-	-	1.663.122,07
	2011	-	1.329.041,97	184.006,21	86.206,65	120.701,39	10.363,00	-	-	1.730.319,22
	2010	-	1.732.087,53	197.138,40	77.166,07	125.258,88	4.071,00	-	-	2.135.721,88
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Direção e Assessoramento Superior – Requisitos (Est.-03, Est.-14 e Est.-18)										
Exercícios	2012	-	2.765.279,81	357.717,90	128.168,82	7.455,25	5.730,04	67.758,96	-	3.332.108,78
	2011	-	2.732.818,06	332.631,23	142.317,25	8.444,34	6.785,00	52.397,56	-	3.275.393,44
	2010	-	2.694.089,85	347.295,63	107.528,45	12.349,30	2.284,00	52.290,70	-	3.215.837,93

Fonte: Extrator de Dados/SIAPE – DDP's Mensais-SIAPE

Quadro 111 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
1.1 Voluntária		
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)		

Fonte: SIAPE e arquivos da Coordenação-Geral de Gestão Interna – CGGI/SEP

Quadro 112 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
1.1. Integral		
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)		

Fonte: Siape-Gerencial e arquivos da Coordenação-Geral de Gestão Interna – CGGI/SEP

Quadro 113 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	NÃO SE APLICA			
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais				

Fonte: SIAPE e arquivos da Coordenação-Geral de Gestão Interna – CGGI/SEP

Obs.: SEP não possui quadro de pessoal de servidores Inativos e de Beneficiários de Pensão

Quadro 114 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	Não se Aplica SEP não procedeu admissões de cargos efetivos nem concessões de aposentadorias ou pensões			
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais				

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão Interna – CGGI/SEP

Quadro 115 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	NÃO SE APLICA			
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total				
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total				

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão Interna – CGGI/SEP

Quadro 116 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	NÃO SE APLICA			
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
Totais				

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão Interna – CGGI/SEP

Quadro 117 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	NÃO SE APLICA			
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais				

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão Interna – CGGI/SEP

INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

A Secretaria de Portos tem procurado, principalmente, nos dois últimos anos acompanhar e avaliar quantitativa e qualitativamente o desempenho dos recursos humanos em exercício na Instituição, bem assim, adotado encaminhamentos na busca de minimizar aspectos negativos decorrentes de uma simples relação laboral – patrão x empregado.

Está prevendo para o segundo semestre de 2013 a aplicação de avaliação individual de seus servidores – na modalidade auto-avaliação – de forma a obter um mapeamento condizente e fiel do potencial de sua Força de Trabalho -, o qual, conjugado com o Levantamento e Mapeamento das Competências Disponíveis, já levado a efeito no exercício de 2012, poderão subsidiar o estabelecimento de uma Política de Recursos Humanos.

Espera-se assim, um melhor planejamento nas ações de recrutamento e seleção, no desenho, análise e avaliação dos cargos – para proposta de constituição de quadro próprio e permanente de pessoal -, bem assim a perspectiva de eventuais compensações, benefícios e propositura de patamares remuneratórios.

Obviamente todas estas ações deverão alinhar-se ao Planejamento Estratégico da Secretaria, *vis a vis*, às atuais atribuições da Instituição, assim como das demais atividades e tarefas que poderão advir a partir das disposições legais ora em andamento junto ao congresso nacional (MP 595/2012, etc.).

ABSENTEÍSMO

O índice de absenteísmo dos servidores em exercício na Secretaria de Portos é praticamente insignificante, visto a composição da Força de Trabalho efetiva, formada em sua maioria por servidores requisitados de outros órgãos, seja para ocupar cargo em comissão de Direção e Assessoramento Superiores, seja por requisição para exercício até mesmo sem cargo comissionado. No decorrer do exercício de 2012, apurou-se tão somente 02 (dois) afastamentos de médio/longo prazo, por motivo de Licença para Tratamento de Saúde.

Caso os trabalhadores celetistas (anistiados) estivessem em exercício diretamente na SEP, muito provavelmente poderíamos ter um índice maior, na medida em que faixa etária daqueles trabalhadores é bastante elevada.

ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS

A exemplo do exercício de 2011, em 2012, não houve registros quanto a Acidentes de Trabalho que tenham afetado a capacidade laborativa dos servidores.

ROTATIVIDADE (TURNOVER)

Ao contrário de 2011, quando houve significativo número de provimentos e exonerações, principalmente envolvendo os ocupantes de Cargos em Comissão – explicável face a mudança de direção geral da SEP, bem assim alguns cargos de assessoramento direto -. Em 2012, observou-se boa estabilidade na permanência/continuidade dos componentes da Força de Trabalho; Até mesmo alguns servidores que haviam sido requisitados inicialmente para exercício de Cargo em Comissão, ao serem exonerados destes, optaram por permanecer em exercício na SEP.

Fatores comuns, capazes de contribuir para um elevado turnover nas Organizações Públicas, principalmente quando estas possuem quadro permanente de pessoal, tais como: baixa remuneração, mau clima organizacional, elevada faixa etária dos servidores efetivos, com demandas elevadas para aposentadorias, etc., não estão presentes na SEP, exatamente pelo fato de não ter ainda o Quadro Permanente de Pessoal.

Um percentual superior a 5% (cinco por cento) – calculado a partir do número de servidores que ingressam na Instituição em relação ao número dos que saem, em relação ao total do quadro de pessoal seria sim, caso de preocupação e adoção de medidas acertivas, entretanto, não foi o caso.

EDUCAÇÃO CONTINUADA

Em consonância com as disposições constantes do Decreto nº. 5.707/06, a Portaria nº. 094, de 20/05/2011, publicada no Boletim Interno nº. 03, de 31/05/2011, procurou-se no exercício e de acordo com a Norma Interna de Capacitação e Plano Anual de Capacitação, dar prosseguimento às ações de desenvolvimento e capacitação de seu pessoal. Lamentavelmente, o quantitativo reduzido de seu quadro de pessoal, mais uma vez, foi fator preponderante para que as ações de capacitação previstas para o exercício de 2012, ficasse aquém do planejado, seja em relação ao número de eventos que deixaram de ser oportunizados, seja em relação a não utilização de grande parte dos recursos orçamentários/financeiros disponibilizados. Ainda assim, encontram-se mapeadas as necessidades e demandas com evidenciação das lacunas de capacitação, inclusive as demandas emergenciais no nível de Cursos Gerais e/ou Específicos. Releva salientar que somente a partir do exercício de 2012, essa função estratégica na gestão de pessoas, passou a receber maior atenção visto que até então, todas as questões vinculadas à organização e desenvolvimento de pessoal seguiam as normas e orientações emanadas da Diretoria de Gestão de Pessoas da Casa Civil/PR, as quais, ainda que proficientes, não guardavam assim, alinhamento e sintonia com as especificidades da Secretaria

Por outro lado, registre-se que será fundamental para continuidade e efetividade de ações em relação ao estabelecimento de uma política de Educação Continuada na Gestão de Pessoas da SEP, a urgente aprovação de seu Regimento Interno, após a revisão de sua Estrutura Organizacional, face a face as atribuições advindas com a Medida Provisória nº 595/2012 e ações previstas no PPA 2012/2015. Sem o que, infrutíferos e inócuos serão os esforços despendidos para adequação quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal à missão organizacional, com adequado equilíbrio entre área meio e área fim; a ampliação desse quadro, preferencialmente com servidores de carreira. Permanente, e, eventualmente para algumas ações, pessoal temporário, selecionados mediante rigorosos processos de recrutamento ,

E) DISCIPLINA

Tema pouco relevante em relação à SEP, visto inexistência de maiores incidentes envolvendo questões disciplinares.

F) APOSENTADORIA VERSUS REPOSIÇÃO DO QUADRO

Função que não preocupa Secretaria visto a inexistência de Quadro Próprio de Pessoal, e os cuidados que estão sendo tomados em relação ao pessoal selecionado para serem requisitados ou recebidos em exercício provisório (servidores de Carreiras Descentralizadas – Advocacia da União, Carreira de Gestão e Políticas Governamentais – Infraestrutura, etc.).

G) COMPOSIÇÃO/VARIAÇÕES NA FORÇA DE TRABALHO

O artigo 18 do Decreto nº 7.262/10 que trata das requisições de pessoal para exercício na Secretaria de Portos, dando a essa requisições caráter irrecusável, permite de certa forma que a Secretaria possa contornar os problemas decorrentes da inexistência de Quadro Próprio de Pessoal, com Carreira específica implantada, etc. Esforços da administração da Secretaria junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem sido feitos no sentido de aumentar o número de servidores ocupantes de cargos das Carreiras de Exercício Descentralizado, à disposição da SEP (Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Analista de Infra-estrutura, etc.)

Mesmo com os esforços acima relatados, verifica-se que a Força de Trabalho ainda conta com grande contingente de servidores sem vínculo efetivo com o serviço público (os nomeados para DAS). Se por um lado, positivamente temos a oportunidade de “oxigenação” de novas idéias e/ou conhecimentos, um excessivo ou prevalente número de servidores sem vínculo, ou apenas lotados provisoriamente no órgão pode comprometer a retenção de competências gerenciais, técnicas e administrativas, e principalmente a consolidação de cultura organizacional, na medida em que esses servidores tendem em algum momento a retornarem aos seus órgãos de origem, ou então exonerarem-se dos cargos em comissão/DAS, quando recebem propostas remuneratórias superiores ou ingressam em outros órgãos públicos, mediante Concursos Públicos.

Considerando que a grande maioria dos servidores requisitados ou nomeados para cargos em comissão vincula-se em sua grande maioria às áreas finalísticas da Secretaria, é preocupante o baixo número de servidores com vínculo efetivo com o serviço público, lotados nas áreas meio (de suporte e apoio técnico e administrativo). Objetivando enfrentar o problema, a Administração tem procurado junto às instâncias governamentais competentes, alternativas para minimizar os reflexos dessa situação, dentre estas, negociar com o Ministério do Planejamento, a perspectiva de alocar-se além de mais Analistas de Infraestrutura e Especialistas em Políticas Públicas, também servidoras para as áreas administrativas/financeiras e de tecnologia da informação.

A perspectiva de aproveitamento dos trabalhadores anistiados, oriundos da extinta PORTOBRAS, diretamente na Administração Central da SEP, tem sido dificultada, na medida, por exemplo, que dos 57 (cinquenta e sete) trabalhadores) somente 05 (cinco) residem no Distrito Federal, visto que originariamente, antes da extinção daquela Autarquia, eram lotados nas Unidades Descentralizadas da Portobrás, nos diversos Estados da Federação. Em consequência, o exercício dos mesmos tem sido efetivado, preferencialmente em órgãos do sistema portuário nacional (Cia. Docas – etc.), bem assim, em outros órgãos públicos federais, em seus estados de origem e residência. Outros fatores vinculados a esses trabalhadores também contribuem para que o engajamento dos mesmos nas atividades na SEP seja descartado como solução para minimizar a sua carência de pessoal, principalmente de apoio técnico/administrativo, tais como, o elevado custo orçamentário/financeiro para que os mesmos fossem removidos para Brasília; A elevada faixa etária desses trabalhadores, 35 (trinta e cinco) desses, com mais de 60(sessenta) anos de idade, e somente 03 (três) com menos de 50(cinquenta); A efetiva necessidade de investimentos na readaptação/requalificação funcional dos mesmos, para alocação em postos de trabalho atuais, dentre outros.

No quadro a seguir demonstra-se o quantitativo desses trabalhadores por cargos respectivos, sendo que dos 57 (cinquenta e sete), tão somente 05(cinco), de fato integram a Força de Trabalho da Secretaria. Tal mão-de-obra representou 30% das despesas com pessoal registradas no SIAPE, no exercício de 2012,

Tabela 2 - Empregados Anistiados (Lei 8.,878/94 – Dec.6.077/07 e 6.657/08)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QDE
180018	ENGENHEIRO II	1
180048	ASSISTENTE TÉCNICO A	1
180060	ASSISTENTE SOCIAL	1
180087	ENGENHEIRO I	1
180115	ENGENHEIRO CIVIL IV	1
180201	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2
180254	RECEPCIONISTA	1
180289	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I	4
180299	TECNICO EM CONTABILIDADE	2
180337	TECNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	1
180338	ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO	7
180339	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II	11
180358	OPERADOR DE COMPUTADOR	1
180483	GUARDA PORTUÁRIO	2
180484	CONFERENTE DE CAPATAZIAS	1
180508	MOTORISTA	2
180550	CONFERENTE	1
180559	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO	1
180560	MOÇO DE MÁQUINAS	1
180561	PINTOR	2
180562	AUXILIAR DE PORTARIA	1
180563	TRABALHADOR PORTUÁRIO	1
180564	ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO	1
180592	BOMBEIRO	1
180594	CONTINUO	1
180645	ENCARREGADO DE ZELADORIA II	1
180646	CONFERENTE DE CAPATAZIAS	1
180709	OPERADOR DE GUINDASTE	1
180710	ENCARREGADO DE TRANSPORTE RODOVIARIOS	1
180711	MECANICO DE MANUTENÇÃO	1
180712	CONTRA MESTRE DE MANUTENÇÃO	1
180724	OP DE EMPILHADEIRA E EQUIPAM SIMILARES I	1
180919	MECANICO INDUSTRIAL	1
	TOTAL	57

Dentre as ações que a Administração da SEP tem executado no sentido de alterar a composição de sua força de trabalho, algumas estratégias têm sido adotadas tais como:

- 1) Minimizar o quantitativo de servidores requisitados de outros órgãos (Situação Funcional 14) que impliquem em ressarcimentos aos órgãos de origem, inclusive no sentido da não elevação dos dispêndios orçamentário-financeiros com essa alternativa de ingressos, visto o considerável montante de recursos dispendidos: em 2011- R\$ 9.891.155,00 (nove milhões e oitocentos e noventa e um mil e cento e cinquenta e cinco reais) e, em 2012 - R\$ 9.701.043,00 (nove milhões, setecentos e um mil e quarenta e três reais) reais), para uma média anual de 56 (cinquenta e seis servidores) valores estes, sem computarmos as parcelas dos cargos em comissão nos quais eventualmente forem designados.

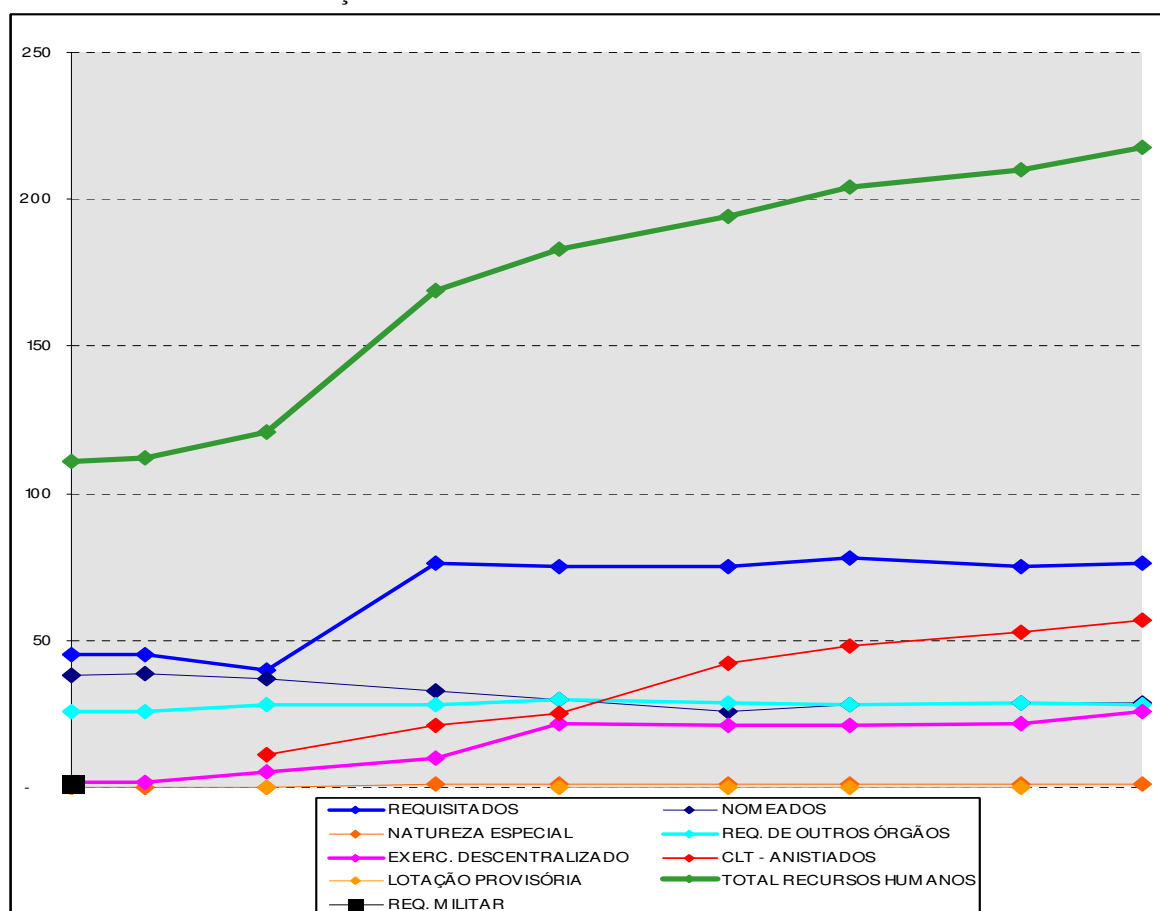
- 2) Priorizar as requisições de servidores ocupantes de cargos efetivos em carreiras de exercício descentralizado – Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental – Analistas de Infra-Estrutura – Advocacia Geral da União, etc. -.
- 3) Reduzir o quantitativo de nomeações para Cargos em Comissão - DAS, de pessoas sem nenhum vínculo efetivo/permanente, com a Administração Pública.

No quadro abaixo demonstrado, evidencia-se que as ações anteriormente citadas, tem produzido resultados satisfatórios.

Tabela 3 - Resultados alcançados

Vínculos	abr-09	dez-09	jun-10	dez-10	jun-11	dez-11	jun-12	dez-12
Ativos								
Requisitados	45	40	65	75	76	78	75	76
Nomeados	38	37	33	30	26	28	29	29
Natureza Especial			1	1	1	1	1	1
Req. de outros órgãos	26	28	28	30	30	28	28	28
Req. Militar								1
Exerc. Descentralizado	2	5	10	22	22	21	22	26
CLT - Anistiados		11	21	25	37	48	53	57
Lotação provisória								
Total Recursos Humanos	111	121	158	183	192	204	208	218

Gráfico 1 – Resultados alcançados



Fonte: CGGI

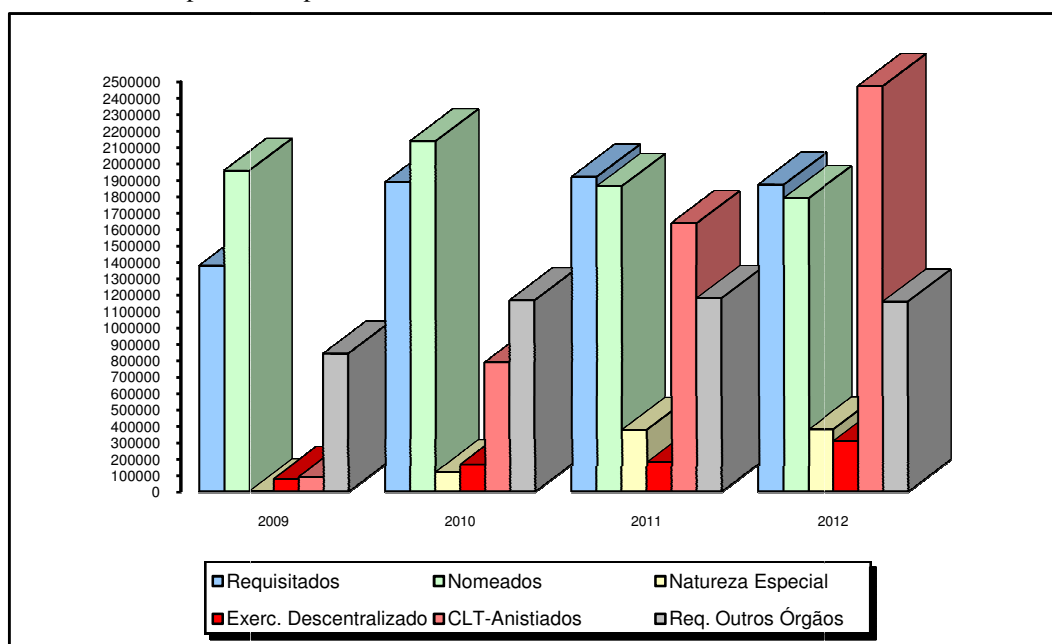
ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DAS DESPESAS COM PESSOAL;

Tabela 4 –Despesas com pessoal

Ano Vínculo	2009	2010	2011	2012
Requisitados	1.376.301	1.886.253	1.919.038	1.870.517
Nomeados	1.955.463	2.135.722	1.861.820	1.789.062
Natureza Especial	-	117.830	375.955	378.487
Req. Outros Órgãos	840.404	1.165.751	1.178.161	1.157.834
Exerc. Descentralizado	76.684	163.834	179.741	307.529
CLT-Anistiados	88.660	787.146	1.635.068	2.470.600
TOTAL	4.337.512	6.256.536	7.149.783	7.974.029

Fonte: DDPs/SIAPE

Gráfico 2 – Despesas com pessoal



PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO – FAIXA ETÁRIA/VÍNCULOS/ESCOLARIDADE;

Tabela 5 – Perfil da Força de Trabalho

Escolaridade	QDE
1º Grau incompleto	1
1º Grau completo	19
2º Grau/Técnicos	54
Nível Superior	125
NS c/Esp. e/ou Pós	12
NS C/Mestrado	7
Total	218

Fonte: SIAPE

Gráfico 3 - Perfil da Força de Trabalho – Escolaridade

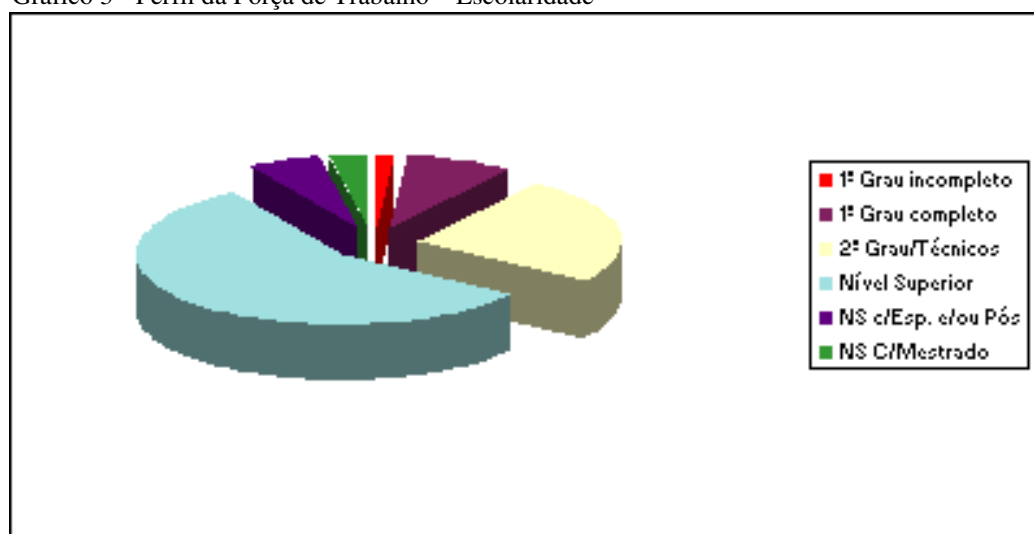


Tabela 6 - Perfil da Força de Trabalho – Faixa etária x Sexo

FAIXA ETÁRIA	SEXO		TOTAL
	MASCULINO	FEMININO	
14 a 18	-	-	-
18 a 21	-	-	-
21 a 25	0	1	1
25 a 30	5	6	12
30 a 35	9	10	18
35 a 40	5	8	12
40 a 50	21	9	29
50 a 60	63	17	82
>60	51	15	64
TOTAL	154	66	218

6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Quadro 118 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos de unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
A SEP não possui Quadro Efetivo/Permanente de Pessoal					

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão Interna – CGGI/SEP

Quadro 119 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página
NÃO SE APLICA, visto não realização Concurso Público					

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão Interna – CGGI/SEP

Quadro 120 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
NÃO SE APLICA			

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão Interna – CGGI/SEP

Quadro 121 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Secretaria de Portos													
UG/Gestão: 110309 e 110323/0001							CNPJ: 08.855.874/0001-32						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	03/2011	72.620.735/0001-29	09/08/2011	07/08/2013	12	12	1	1			P
Observações: A Empresa: Ágil Serviços Especiais LTDA, foi contratada para serviços de Recepção, Limpeza, Conservação, inclusos encarregados, serviços de copeiragem e garçom, com fornecimento de todos os materiais de consumo, equipamentos e mão-de-obra necessários à sua execução no âmbito da SEP - Nesse demonstrativo estão inclusos tão somente os trabalhadores envolvidos nas atividades de Limpeza e Conservação													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão Interna – CGGI/SEP

Quadro 122 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Secretaria de Portos													
UG/Gestão:							CNPJ: 08.855.874/0001-32						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natu-reza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4	0	03/2011	72.620.735/0001-29	08/08/2011	07/08/2013	18	17	-	-	-	-	A
2011	5	0	03/2011	72.620.735/0001-29	08/08/2011	07/08/2013	-	-	6	6	-	-	A
2010	2	0	07/2010	03.872.382.0001-13	19/04/2010	18/04/2013	-	-	9	9	-	-	E
2012	12	0	015/2013	04.268.943/0001-50	27/12/2013	26/12/2013	-	-	51	-	30	-	A
Observações:													
O Contrato nº 03/2011, contempla a contratação de serviços de Recepção, Limpeza, Conservação, inclusos encarregados, serviços de copeiragem e garçom, com fornecimento de todos os materiais de consumo, equipamentos e mão-de-obra necessários à sua execução no âmbito da SEP. Nesse demonstrativo, em relação ao contrato ora tratado, computamos os trabalhadores envolvidos nas atividades de Copeiragem e Recepção – O quantitativo de trabalhadores nas atividades de Limpeza e Conservação estão quantificados no Quadro A.6.17, conforme orientações.													
No Contrato 015/2013 – O início das atividades dos trabalhadores dar-se-á a partir de 02/01/2013													
LEGENDA													
Área:				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
1. Segurança;				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
2. Transportes;				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
3. Informática;				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão Interna – CGGI/SEP

Quadro 123 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	NÃO SE APLICA – Não há programa de estágio supervisionado na SEP				
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)					

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão Interna – CGGI/SEP

7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Quadro 124 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte: CGGI/Sec. Executiva/SEP

Observações: Não há Bens Imóveis de Uso Especial à disposição da SEP

Quadro 125 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	4	4
	Brasília	4	4
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"	0	0
	município 1		
	município 2		
Subtotal Brasil		4	4
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		4	4

Fonte: CGGI/Sec. Executiva/SEP

Observações:

- 1 - Imóvel composto do 1º andar, sala 103; 13º, Cobertura e Mezanino, do Ed. Varig - SCN - Quadra 04 Bloco B - Pétala C - Ed. Centro Empresarial Varig, locado junto à Empresa Inovar Construções e Empreendimentos Imobiliários LTDA. (Salas 103 - 1.302 - 1.302M e 1.403)
- 2 - Imóvel composto do 12º andar do Ed. Varig - SCN - Quadra 04 Bloco B - Pétala C - Ed. Centro Empresarial Varig, locado junto à Empresa Previnorte - Fundação de Previdência Complementar. - Sala 1.203
- 3 - Sala 402 do Ed. Varig - SCN - Quadra 04 Bloco B - Pétala C - Ed. Centro Empresarial Varig, sub-rogada do ITI, junto a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social
- 4 - Sala 1102, do Ed. Varig - SCN - Quadra 04 Bloco B - Pétala C - Ed. Centro Empresarial Varig, sub-rogada do ITI, junto a Fundação Petrobrás de Seguridade Social.

Quadro 126 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Total							Σ	Σ
Fonte: CGGI/Sec. Executiva/SEP								

Observações: Não há bens Imóveis de Propriedade da União sob a responsabilidade da UJ

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

A Secretaria de Portos usa ativos de Rede da própria Presidência da Pública - PR. E as ações são vinculadas à área específica de “TI” da Secretaria de Administração – DIRT/SA/PR.

9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Quadro 127 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 					X
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 			X		
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					X
	Sim				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 			X		
Considerações Gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

CONSUMO DE PAPEL

A SEP/PR possui contrato com empresa em parceria com o Instituto SOS Mata Atlântica que certifica que o papel consumido no contrato de impressão departamental é objeto de compensação ambiental, por meio de doação para o futuro replantio de árvores nativas pelo Programa Florestas do Futuro.

10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Quadro 128 - Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no Exercício – 1806/2012

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP					92748
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 018.583/2012	1806/2012 - TCU	9.2	RE	501/2012-TCU/SECOB-4
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos - SGIP					92753
Descrição da Deliberação					
<p>Porto de Fortaleza-CE</p> <p>9.2. recomendar à SEP/PR que, em futuras licitações:</p> <p>9.2.1 avalie a possibilidade de usar diferentes trajetos para dragas de diferentes dimensões e condições de carregamento, levando em consideração o calado de cada equipamento</p> <p>9.2.2 avalie o efeito de marés sobre as profundidades registradas nas cartas náuticas, uma vez que certos obstáculos à navegação na maré baixa podem não constituir obstáculos na maré alta;</p> <p>9.3.3 abstenha-se de arredondar as distâncias médias de transporte - DMT, caso este procedimento tenha impacto significativo sobre o valor do orçamento.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos - SGIP					92753
Síntese da Providência Adotada					
Acatadas as recomendações.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Obra concluída sem restrições.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Nihil					

Quadro 129 - Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no Exercício – 718/2012

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 037.383/2011-6	718/2012 - TCU -Plenário	9.2	DE	Aviso nº 292-Seses-TCU-Plenário
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos - SGIP					92753
Descrição da Deliberação					
Porto de Vitória-ES					
<p>9.2. determinar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 c/c o art. 250, inciso II, que a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR) expurgue, no prazo de trinta dias a contar da ciência, os seguintes erros materiais detectados no relatório de fiscalização 1000/2011, caso tenham sido reproduzidos na planilha da contratada:</p> <p>9.2.1 incoerência relativa à apresentação dos valores unitários, visto que o serviço de transporte traz o custo unitário (sem BDI) enquanto que os demais componentes do orçamento estão expressos por seus preços unitários (com BDI);</p> <p>9.2.2 falta de detalhamento na composição dos serviços de mobilização e desmobilização, uma vez que se estimaram quantitativos, respectivamente, de 350 e 170 unidades, de viagens de ônibus e hotel/alimentação/translado dos operários, sem identificar a origem desses valores;</p> <p>9.3.3 erro de aritmética nos itens 6 e 10 da Composição de Preços Unitária (CPU), respectivamente nos serviços de “Fornecimento de Equipe de Batimetria para Acompanhamento de Dragagem” e “Administração Local”.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos - SGIP					92753
Síntese da Providência Adotada					
Acatadas as recomendações.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Obra concluída sem restrições.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Nihil					

Quadro 130 - Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no Exercício – 632/2012

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 002.089/2012-2	632/2012 - TCU - Plenário	9.2	DE	Aviso 422/SE-C.Civil/PR
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos - SGIP					92753
Descrição da Deliberação					
Porto do Rio de Janeiro/RJ					
9.2. determinar à Segecex que, nas fiscalizações de futuras licitações de obras públicas, passe a avaliar a compatibilidade, do projeto básico com a OT IBR 01/2006 e, na hipótese de inconformidades relevantes, represente ao relator com proposta de providências.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos - SGIP					92753
Síntese da Providência Adotada					
Acatadas as recomendações.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Obra concluída sem restrições.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Nihil					

Quadro 131 - Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no Exercício – 285/2011

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 031.307/2010-8	285/2011 - TCU - Plenário	9.2	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos - SGIP					92753
Descrição da Deliberação					
Porto de Santos/SP - Drr					
9.2. recomendar à SEP/PR que, em futuras licitações de obras de derrocamento:					
9.2.1 exija projeto, básico ou executivo, com orçamento completo, detalhado e fundamentado, de forma a garantir aderência entre especificações técnicas e preços orçados;					
9.2.2 evite utilizar orçamentos comparativos sem a devida fundamentação técnica e sem coerência com o projeto, a exemplo daqueles produzidos pelo Centran/DEC.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos - SGIP					92753
Síntese da Providência Adotada					
Acatadas as recomendações.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Obra concluída sem restrições.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Nihil					

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC-008.477/2008-0 apensado a TC-007.150/2010-5	327/2009 - 902/2009; 1508/2009 - 354/2010; 1998/2010 - 3413-49/10; 2784/2012 Plenário	9.1.1; 9.1.2; 9.1.3; 9.1.4; 9.1.5		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP					92748
Descrição da Deliberação					
<p>O Acórdão 2784/2012 (Plenário), de 10/10/2012, dá provimento ao pedido de reexame feito pelo Consórcio ECOPLAN/PLANAVE (Contrato AQ-96/2003-00) de modo a tornar sem efeito o item 9.1 do Acórdão 327/2009, abaixo relacionado.</p> <p>9.1.1 confirme o efetivo recolhimento da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, exigindo para tanto que a empresa Ecoplan Engenharia Ltda. comprove que incorreu no referido gasto na execução contratual;</p> <p>9.1.2 apure os valores pagos indevidamente ao Consórcio Ecoplan/Planave pelo superfaturamento relativo aos itens de pessoal e pela inclusão na taxa de bonificações e despesas indiretas - BDI de 5% a título de imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, enquanto que a lei municipal exige 4%;</p> <p>9.1.3 efetue retenções dos valores indevidamente pagos nas faturas vincendas do contratado;</p> <p>9.1.4 realize a adequação do contrato, mediante a substituição da alíquota do ISSQN e, se for o caso, a retirada da parcela referente: CSLL, bem como ajuste os valores constantes na planilha de preços do contratado de acordo com os salários efetivamente pagos aos seus empregados;</p> <p>9.1.5 informe a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, o resultado das medidas dos subitens anteriores.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos - SGIP					92753
Síntese da Providência Adotada					
<p>Em decorrência do Acórdão 2784/2012, que tornou sem efeito o item 9.1 do Acórdão 327/2009-TCU-Plenário, a SEP está procedendo ao levantamento das retenções dos valores das faturas referentes às medições do Contrato AQ-096/2003, para complementar o pagamento ao Consórcio.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Nihil					

Quadro 133 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP					92748
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos - SGIP					92753
Descrição da Deliberação					
Não há deliberações do TCU que permaneçam pendentes de atendimento no exercício					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos - SGIP					92753
Justificativas para o não Cumprimento					
Nihil					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 134 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP			92748
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Fiscalização nº17/2011 COFIP/CISET/SG/PR	II	Nota Técnica (AF) nº 15/2012/COFIP/CISET/SG/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos - SGIP			92753
Descrição da Recomendação			
<p>A Nota Técnica conclui entendendo que a grande maioria dos problemas descritos no Relatório de Fiscalização nº 17/2011 foram saneados. No entanto emite recomendações finais à SEP/PR:</p> <p>1- Promova ações de modo a finalizar seu sistema referencial de custos de dragagem;</p> <p>2- Avalie a adequabilidade do procedimento de fiscalização implementado para execução de futuras obras.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos - SGIP			92753
Síntese da Providência Adotada			
<p>1- Sistema referencial de custos em desenvolvimento no INPH;</p> <p>2- Procedimentos nos futuros processos de licitação para contratação do apoio à fiscalização foram adequados às recomendações recebidas</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Providências recomendadas foram adotadas			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 135 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP			92748
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos - SGIP			92753
Descrição da Recomendação			
Não há recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão e Infraestrutura de Portos - SGIP			92753
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Nihil			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro 136 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	1		
	Entregaram a DBR	1		
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	217		
	Entregaram a DBR	217		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Siape

Observação: Formulário de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste do IRPF, conforme a Portaria Interministerial MP/CGU nº298, DE 6/09/2007 (formulários obrigatoriamente preenchidos, assinados e entregues no ato de ingresso ou posse na SEP, e posteriormente arquivados na pasta funcional dos servidores).

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Dentre as restrições contábeis apontadas na declaração do contador responsável pela SEP, destacam-se as medidas tomadas visando a permanente solução:


UG/Gestão: 110323/00001


- **212 - Divergência de valores liquidados x passivo financeiro** - a divergência de R\$ 3.631.041,07 foi inteiramente sanada no mês de fevereiro de 2013. Também foi implementado procedimento diário para acompanhamento das equações contábeis de modo que os devidos ajustes sejam monitorados e efetuados imediatamente.
- **163 - Saldos alongados de contas transitórias do ativo compensado; e 170: Convênios a aprovar com data expirada** - em 2013 iniciou-se processo de conciliação dos saldos de contratos, convênios, termos de cooperação e termos de compromisso para que os registros contábeis dos atos potenciais reflitam adequadamente os compromissos firmados, suas fases e os prazos de vigência.
- **951 - Falta/Restrição conformidade de registros de gestão** - em 2013 foram aperfeiçoados os procedimentos para o acompanhamento diário da conformidade de registro de gestão, de forma a verificar as equações e dar soluções com celeridade, registrando-se a conformidade com tempestividade.

UG/Gestão: 110309/00001

- **212: Divergência de valores liquidados x passivo financeiro** - a divergência de R\$ 72.471,91 foi inteiramente sanada no mês de março de 2013. Também foi implementado procedimento diário para acompanhamento das equações contábeis de modo que o devido ajuste sejam monitorados e efetuados imediatamente.
- **170: Convênios a aprovar com data expirada; 169: Convênios a comprovar com data expirada; 172: Convênios a liberar expirados; e 163 - Saldos Alongados de contas transitórias do ativo compensado** - em 2013 iniciou-se processo de conciliação dos saldos de contratos, convênios, termos de cooperação e termos de compromisso para que os registros contábeis dos atos potenciais reflitam adequadamente os compromissos firmados, suas fases e os prazos de vigência.
- **106: Falta de depreciação de ativos permanentes** - os saldos referentes ao ativo imobilizado (patrimônio) serão transferidos para a unidade gestora 110001/00001 - Secretaria de Administração da Presidência, após emissão do termo de transferência, pois a Casa Civil da Presidência da República exercerá as atividades de material e patrimônio, conforme artigo 3º do Decreto n.º 4.939, de 29 de dezembro de 2003.
- **951: Falta/Restrição conformidade de registros de gestão** - em 2013 foram aperfeiçoados os procedimentos para o acompanhamento diário da conformidade de registro de gestão, de forma a verificar as equações e dar soluções com celeridade, registrando-se a conformidade com tempestividade.

ANEXOS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
SECRETARIA DOS PORTOS - OBRAS		110323	
<p>Declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais) previstas na Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, NBC T's nºs 16.6, 16.9 e 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC nºs 1.133, 1.136 e 1.137/2008, respectivamente, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da SECRETARIA DOS PORTOS – OBRAS que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p style="margin-left: 40px;">212 DIVERG. VALORES LIQUIDADOS X PASSIVO FINANC. 163 SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP. 170 CONVENIOSA APROVAR COM DATA EXPIRADA 951 FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO</p> <p style="text-align: center;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <div style="text-align: right; margin-right: 100px;">  João Bosco Garcia Chefe de Divisão DICON-COAVA-CISET-SG-PR </div>			
Local	Brasília-DF.,	Data	18.02.2013
Contador Responsável	JOÃO BOSCO GARCIA	CRC nº	3.109-DF

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
SECRETARIA DE PORTOS		110309	
<p>Declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais) previstas na Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, NBC T's n°s 16.6, 16.9 e 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC n°s 1.133, 1.136 e 1.137/2008, respectivamente, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da SECRETARIA DE PORTOS que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p style="margin-left: 40px;">212 DIVERG. VALORES LIQUIDADOS X PASSIVO FINANC. 170 CONVENIOSA APROVAR COM DATA EXPIRADA 169 CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA 172 CONVENIOS A LIBERAR EXPIRADOS 163 SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP. 106 FALTA DE DEPRECIACAO DE ATIVOS PERMANENTES 951 FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO</p> <p>Em relação especificamente à NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, aprovada pela Resolução CFC n° 1.136/2008, a unidade jurisdicionada realizou a depreciação de acordo com as orientações contidas na Macrofunção do SIAFI n°. 02.03.30, utilizando-se o método linear, em referência ao prazo estimado de vida útil econômica dos bens, e atribuído àqueles sujeitos a depreciação, o valor residual, que representa o valor líquido que a unidade espera obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica.</p> <p style="text-align: center;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <div style="text-align: right; margin-right: 100px;">  João Bosco Garcia Chefe de Divisão DICON-COAVA-CISET-SG-PR </div>			
Local	Brasília-DF.,	Data	18.02.2013
Contador Responsável	JOÃO BOSCO GARCIA	CRC n°	3.109-DF



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E AVALIAÇÃO
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CONTÁBIL

UG: 110309 - SECRETARIA DE PORTOS/PR
Gestão: 00001
Mês/Ano: Dezembro/2012

R E S T R I Ç Ã O C O N T Á B I L

1) 212 - DIVERG. VALORES LIQUIDADOS X PASSIVO FINANC.

Descrição: DIVERGENCIA REGISTRADA ENTRE OS VALORES REFERENTES A EMPENHOS LIQUIDADOS INCLUINDO FOLHA DE PAGAMENTO E PASSIVOS FINANCEIROS RELACIONADOS A ESTES SALDOS, CUJO FECHAMENTO DEVE OCORRER EM NIVEL DE UG.

Fato Gerador: Divergência entre as contas contábeis Valores Liquidados e Passivo Financeiro, no valor de R\$ 72.471,91

2) 170 - CONVENIOSA APROVAR COM DATA EXPIRADA

Descrição: PELA FALTA DO PRONUNCIAMENTO DO CONCEDENTE APOS 90 DIAS DO RECEBIMENTO DA PRESTACAO DE CONTAS FINAL.

Fato Gerador: Saldo nas contas contábeis 1.9.9.6.2.05.00 - Convênios a Aprovar, no valor total de R\$ 49.014.974,16, e cujas datas de vigências estão expiradas.

3) 169 - CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA

Descrição: PELA FALTA DE PRESTACAO DE CONTAS FINAL QUE DEVE SER APRESENTADA ATE SESSENTA DIAS APOS O TERMINO DA VIGENCIADO CONVENIO.

Fato Gerador: Saldo na conta contábil 1.9.9.6.2.24.05 - Convênios a Comprovar, oriundos do SICONV, no valor de R\$ 469.981,83, cujas datas de vigências estão expiradas.

4) 172 - CONVENIOS A LIBERAR EXPIRADOS

Descrição: PELA PERMANENCIA DE SALDO A LIBERAR QUE DEVE SER REGULARIZADO ATE A DATA DA PRESTACAO DE CONTAS FINAL.

201300350.doc



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E AVALIAÇÃO
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CONTÁBIL

UG: 110309 - SECRETARIA DE PORTOS/PR

Gestão: 00001

Mês/Ano: Dezembro/2012

Fato Gerador: Saldo na conta contábil 1.9.9.6.2.24.02 - Convênios a Liquidar, oriundos do SICONV, no valor total de R\$ 367,17, cuja vigência está expirada.

5) 163 - SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.

Descrição: DEMONSTRA A FALTA DE ANALISE DOS SALDOS EM CONTAS TRANSITORIAS ATE A DATA DE FECHAMENTO DO MES, RESULTANDO NA FALTA DE UM ADEQUADO CONTROLE, ALEM DE INTERFERIR NOS INDICES ECONOMICO-FINANCEIROS EXTRAIDOS A PARTIR DESSES SALDOS.

Fato Gerador: Saldo alongado na conta contábil 1.9.9.7.2.02.00, em contratos de serviços, no valor de R\$ 7.168.095,76.

Saldo alongado na conta contábil 1.9.9.7.2.03.00, em contratos de aluguéis, no valor de R\$ 156.291,10.

6) 106 - FALTA DE DEPRECIACAO DE ATIVOS PERMANENTES

Descrição: A FALTA DOS REGISTROS DE DEPRECIACAO DE ATIVOS PERMANENTES IMPOSSIBILITA O ADEQUADO CONHECIMENTO DA REALIDADE CONTABIL DO PATRIMONIO, COM REFLEXOS NEGATIVOS SOBRE O RESULTADO DO PATRIMONIO, COM REFLEXOS NEGATIVOS SOBRE O RESULTADO DO PERIODO, ALEM DE CONDUZIR A INOBSERVANCIA DE PROCEDIMENTOS DE CONTEUDO FISCAL E LEGAL. A RESTRICAO ACONTECERA QUANDO NAO HOVER O REGISTRO OU QUANDO A EVOLUCAO DE UM MES PARA OUTRO NAO ESTIVER CONDIZENTE COM O CALCULO ACUMULADO NO DECORRER DO EXERCICIO.

Fato Gerador: Falta de registro da Depreciação do mês de dezembro de 2012



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E AVALIAÇÃO
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CONTÁBIL

UG: 110309 - SECRETARIA DE PORTOS/PR
Gestão: 00001
Mês/Ano: Dezembro/2012

7) 951 - FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO

Descrição: OCORRE QUANDO A UG DEIXA DE REGISTRAR A CONFORMIDADE DE REGISTROS DE GESTAO EM DECORRENCIA DOS REGISTROS EFETUADOS PELA PROPRIA UNIDADE. APLICA-SE TAMBEM PELA EXISTENCIA DE RESTRICAO NA CONFORMIDADE DE REGISTROS DE GESTAO.

Fato Gerador:

Falta de Conformidade de Registro de Gestão no dia 03.12.2012

Em

21/01/2013


JOÃO BOSCO GARCIA
CONTADOR RESPONSÁVEL



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E AVALIAÇÃO
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CONTÁBIL

UG: 110323 - SECRETARIA DE PORTOS - OBRAS
Gestão: 00001
Mês/Ano: Dezembro/2012

R E S T R I Ç Ã O C O N T Á B I L

1) 212 - DIVERG. VALORES LIQUIDADOS X PASSIVO FINANC.

Descrição: DIVERGENCIA REGISTRADA ENTRE OS VALORES REFERENTES A EMPENHOS LIQUIDADOS INCLUINDO FOLHA DE PAGAMENTO E PASSIVOS FINANCEIROS RELACIONADOS A ESTES SALDOS, CUJO FECHAMENTO DEVE OCORRER EM NIVEL DE UG.

Fato Gerador: Divergência entre as contas contábeis Valores Liquidados e Passivo Financeiro no valor de R\$ 3.631.041,07.

2) 163 - SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.

Descrição: DEMONSTRA A FALTA DE ANALISE DOS SALDOS EM CONTAS TRANSITORIAS ATE A DATA DE FECHAMENTO DO MES, RESULTANDO NA FALTA DE UM ADEQUADO CONTROLE, ALEM DE INTERFERIR NOS INDICES ECONOMICO-FINANCEIROS EXTRAIDOS A PARTIR DESSES SALDOS.

Fato Gerador: Saldo alongado na conta contábil 1.9.9.7.2.02.00, referentes a 09 contratos de serviços, no valor de R\$ 37.787.234,96.

Saldo na conta contábil 1.9.9.6.2.21.04 - Termos de Compromisso a Comprovar, no valor total de R\$ 24.253.298,86, cujas datas de vigência estão expiradas.

Saldo na conta contábil 1.9.9.6.2.21.03 - Termos de Compromisso a Liberar, no valor de R\$ 62.494.681,34, cujas datas de vigência estão expiradas.

3) 170 - CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA

Descrição: PELA FALTA DO PRONUNCIAMENTO DO CONCEDENTE APOS 90 DIAS DO RECEBIMENTO DA PRESTACAO DE CONTAS FINAL.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E AVALIAÇÃO
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CONTÁBIL

UG: 110323 - SECRETARIA DE PORTOS - OBRAS
Gestão: 00001
Mês/Ano: Dezembro/2012

Fato Gerador: Saldo na conta contábil 1.9.9.6.2.05.00 - Convênios a Aprovar, no valor de R\$ 154.394.880,39, cujas vigências estão expiradas.

4) 951 - FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO

Descrição: OCORRE QUANDO A UG DEIXA DE REGISTRAR A CONFORMIDADE DE REGISTROS DE GESTAO EM DECORRENCIA DOS REGISTROS EFETUADOS PELA PROPRIA UNIDADE. APLICA-SE TAMBEM PELA EXISTENCIA DE RESTRICAO NA CONFORMIDADE DE REGISTROS DE GESTAO.

Fato Gerador: Falta de conformidade de registro de gestão nos dias 03 e 10 de dezembro de 2012

Em

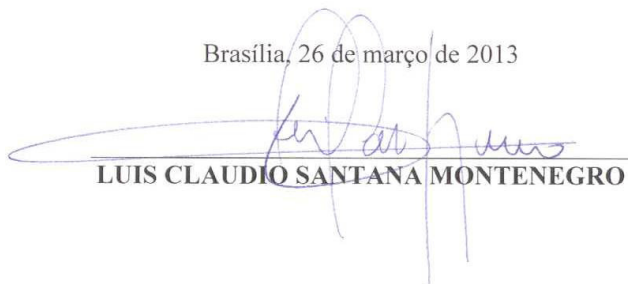
21/12/2012


JOÃO BOSCO GARCIA
CONTADOR RESPONSÁVEL

DECLARAÇÃO

Eu, **LUIS CLAUDIO SANTANA MONTENEGRO**, CPF **017.205.837-65**, **Diretor do Departamento De Sistemas De Informação Portuária/SPDP**, exercido na **Secretaria de Portos da Presidência da República**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres firmados até 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.

Brasília, 26 de março de 2013

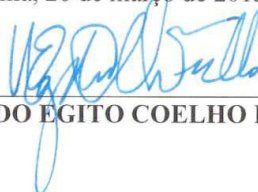


LUIS CLAUDIO SANTANA MONTENEGRO

DECLARAÇÃO

Eu, **WILSON DO EGITO COELHO FILHO**, CPF 085.541.881-87, **Diretor do Departamento De Planejamento Portuário/SPDP**, exercido na **Secretaria de Portos da Presidência da República**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres firmados até 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.

Brasília, 26 de março de 2013




WILSON DO EGITO COELHO FILHO

DECLARAÇÃO

Eu, **ANTONIO MAURICIO FERREIRA NETO**, CPF 698.112.538-20, **Diretor do Departamento De Revitalização e Modernização Portuária/SPDP**, exercido na **Secretaria de Portos da Presidência da República**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres firmados até 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.

Brasília, 26 de março de 2013



ANTONIO MAURICIO FERREIRA NETO

DECLARAÇÃO

Marcelo Werner Salles, Diretor do Departamento de Desempenho Operacional, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres firmados por este departamento, até o exercício de 2012, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.

Brasília/DF 27 de março de 2013.



Marcelo Werner Salles
Diretor de Desempenho Operacional
Secretaria de Portos/PR



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PORTOS
SECRETARIA EXECUTIVA
Coordenação-Geral de Gestão Interna**

DECLARAÇÃO

Eu, Reynaldo Aben-Athar, CPF nº 144.310.091-91, Coordenador-Geral de Gestão Interna, exercido na Secretaria de Portos declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, que todas as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres, firmados até o exercício de 2012, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.

Brasília, 27 de março de 2013

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Reynaldo', written over a faint circular stamp.

Reynaldo Aben-Athar
144.310.090-91
Coordenação-Geral de Gestão Interna
Secretaria de Portos

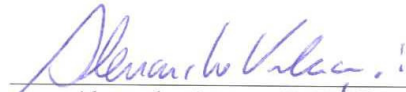
DECLARAÇÃO

Paulo Roberto Kozlowski Tannenbaum, CPF nº 565.546.057-20, Diretor do Departamento de Infraestrutura Portuária, e Alexandre Augusto Fernandes Ferreira Vilaça, CPF nº 339.519.427-20, Coordenador-Geral de Obras e Serviços do Departamento de Infraestrutura Portuária, ambos da Secretaria de Portos, declaram junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por este Departamento estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, de acordo com o quadro anexo, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 26 de março de 2013.



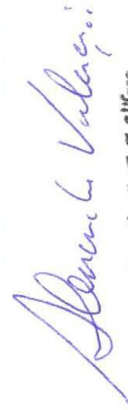
Paulo Roberto Kozlowski Tannenbaum
CPF – 565.546.057-20



Alexandre Augusto F. F. Vilaça
CPF – 339.519.427-20

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS/CONVÊNIOS (Relatório de Gestão SEP/2012)		
CONVÊNIO/CONTRATO	OBJETO	SITUAÇÃO
1. Convênio nº DNIT/AQ/0173/2003-00 - ITAJAÍ/MA	Execução das obras de ampliação e melhoramento da infraestrutura portuária do Porto do Itajai/MA.	SIAFI
2. Convênio nº SEP/001/2007 - ITAJAÍ/MA	Execução da dragagem de parte do canal de acesso junto aos berços 100 a 103 e dragagem e construção do aterro hidráulico da retroárea dos berços 100 e 101 no Porto do Itajai/MA.	SIASG
3. TC - SEP/012/2010 - ITAJAÍ/MA	Execução de obras Civis de Construção do Berço 108 - Terminal para Granéis Líquidos, no Porto de Itajai/MA.	SIAFI
4. Convênio nº DNIT/AQ/0279/2006-00 - SUAPE	Execução da Dragagem e Melhoramento da Infraestrutura do Porto de Suape.	SIASG
5. Convênio nº 008/1995-MT - SUAPE	Execução das obras de complementação e melhoramento da infraestrutura no Porto de Suape.	SIAFI
6. TC - 004/2009 - SUAPE	Execução das obras e serviços para construção de acesso rodoviário às ilhas de tatuoca e Cocata no Porto de SUAPE/PE.	SIAFI
7. Convênio SEP/010/2010 - F. NORONHA	Execução das obras de reforço do molhe de abrigo e de dragagem de aprofundamento da bacia de evolução de embarcações no Porto de Santo Antônio, em Fernando de Noronha/PE.	SIASG
8. Convênio nº DNIT/AQ/0123/2005-00 - RECIFE	Execução de obras/serviços de melhoramento na infra-estrutura terrestre e aquaviária do Porto de Recife/PE.	SIASG
9. TC SEP/003/2011 - RECIFE	Construção da Fase 2 do Terminal Marítimo de Passageiros, Instalação de Estacionamento e Pavimentação e Urbanização do Entorno do Terminal	SIAFI
10. Convênio nº DNIT/AQ/0268/2006-00 - MACEIÓ	A 2ª fase das obras de Construção do Cais para Contêineres no Porto de Maceió/AL.	SIASG
11. Convênio nº SEP/001/2008 - MACEIÓ	Execução da 3ª fase das obras e serviços de Construção de Cais para Contêineres no Porto de Maceió/AL.	SIASG
12. Convênio Nº 008/2000-MT - ITAJAÍ	Execução das Obras de Recuperação dos Molhes da Barra de acesso no Porto de Itajai/SC.	SIAFI
13. Convênio SEP/034/2010 - ITAJAÍ	Recuperação e Reforço do Molhe Norte do Porto de Itajai/SC	SICONV
14. TC - SEP/011/2011 - ITAJAÍ	Obras de Alinhamento e Reforço dos Berços 03 e 04 do Porto de Itajai/SC.	SIAFI
15. Convênio nº 006/1999-MT - CABEDELO	Execução das Obras de Recuperação do Porto de Cabedelo/PB.	SIAFI
16. Convênio nº DNIT/AQ/00.01.317/2005 - CDC	Modernização do Porto de Fortaleza/CE	SIASG
17. Convênio nº 011/1995-MT - PECÉM	Prestação de apoio técnico e financeiro para a implementação das ações voltadas para a viabilização do Complexo Portuário do Porto de Pecém, no Estado do Ceará.	SIAFI
18. Convênio SEP/060/2010 - PECÉM	Modernização do Terminal Portuário de Uso Misto do Porto de Pecém/CE.	SICONV
19. Convênio DNIT/AQ/043/2001 - S.F.SUL	Melhoramentos e Ampliação da Infraestrutura do Porto de São Francisco do Sul / SC	SIAFI
20. Convênio Nº DNIT/AQ/00.01.0235/2004-00 - S.F.SUL	Construção de Instalação para Inspeção Fitossanitária e Complexo Administrativo para Órgãos Federais no Porto de São Francisco do Sul / SC	SIAFI

março/2013



Alexandre A. F. F. Vilas
Coordenador Geral de Obras
e Serviços



Paulo Roberto Kozłowski Tannenberg
Diretor
Departamento de Infraestrutura Portuária
Secretaria de Portos/PR